

ABORDAGENS

ISBN: 2674-824X

**III SEMINÁRIO DISCENTE PPGS-UFPB
29-31 DE AGOSTO DE 2023**



João Pessoa, v. 5, n. Especial, jun./dez. 2024

Revista *Abordagens* – Revista discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa, v. 5, n. 2, ago./dez. 2024.

Editores da edição

Bruna Navarone Santos (PPGEBS/IOC/Fiocruz)
D'Angelles Coutinho Vieira (PPGS|UFPB)
Dayane Trindade Macedo (PPGS|UFPB)
Lays Lopes Carvalho (PPGS|UFPB)
Luciana Carmélio Silva Rodrigues Melo (PPGS|UFPB)
Maria Clara Lima de Menezes (PPGS|UFPB)
Patrick César da Silva (PPGS|UFPB)
Rafael Teixeira de Abreu (PPGS|URGS)

Comissão Editorial

Bruna Navarone Santos (PPGEBS/IOC/Fiocruz)
D'Angelles Coutinho Vieira (PPGS|UFPB)
Davi Lucena Barreto (PPGS|UFPB)
Dayane Trindade Macedo (PPGS|UFPB)
Lays Lopes Carvalho (PPGS|UFPB)
Kátiusca Torres Medeiros (PPGS|UFPB)
Kiuwre Freitas (PPGS|UFPB)
Luciana Carmélio Silva Rodrigues Melo (PPGS|UFPB)
Maria Clara Lima de Menezes (PPGS|UFPB)
Patrick César da Silva (PPGS|UFPB)
Rafael Teixeira de Abreu (PPGS|URGS)
Rodrigo Ferreira (PPGS|UFPB)

Comitê Editorial

Davi Lucena Barreto (PPGS|UFPB)
D'Angelles Coutinho Vieira (PPGS|UFPB)
Lays Lopes Carvalho (PPGS|UFPB)
Luciana Carmélio Silva Rodrigues Melo (PPGS|UFPB)

Conselho Consultivo

Aécio Amaral (DCS/UFPB);
Ana Clara Correa Henning (PPGD/UFPEL);
Artur Perrusi (Sociologia/UFPE);
Elaine da Silveria Leite (Sociologia/UFPEl);
Fernando de Figueiredo Balieiro (Ciências Sociais/UFSM);
Helber Tavares (UEPB);
Maurício Rombaldi (PPGS/UFPB);
Mauro Guilherme Pinheiro Koury (PPGA/UFPB) – *in memoriam*
Marcus Vinicius Spolle (Sociologia/UFPEl);
Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Sociologia/UFRPE);
Nildo Avelino (DCS/UFPB);
Nirvana Rafael de Sá (UFPB/PPGG);
Patrícia Alves Ramiro (PPGS/UFPB);
Paula Cordeiro (Sociologia/URCA);
Roberto Marques (Sociologia/URCA);
Rochelle Feline Fachineto (Sociologia/UFRGS);
Simone Magalhães Brito (PPGS/UFPB);
Vanderlan Silva (Ciências Sociais/UFCG);
Wendell Freitas (Sociologia/UFCA);

Capa

D'Angelles Coutinho Vieira (PPGS | UFPB)

UM CONVITE ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: A PRODUÇÃO III SEMINÁRIO DISCENTE DO PPGS-UFPB E SEU MOMENTO HISTÓRICO

Por Maria Clara Menezes e Rafael Teixeira de Abreu

A Revista *Abordagens* tem o prazer de receber, nesta forma de *Número especial*, os trabalhos apresentados, aprovados e recomendados para submissão na forma de artigo completo a partir das atividades do III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB). Os artigos, orientados teoricamente a partir dos Grupos de Trabalho a que foram submetidos, contam com diversos temas que atravessaram o evento de forma geral. E que, sob vários prismas, buscaram transversalizar discussões do todo social que nos cerca e que demanda mudanças e olhares aprofundados. Ao fim, nesta apresentação, trataremos de expor um pouco mais sobre os artigos que seguem a esta edição especial e que contaram com o trabalho e realização de seus autores, editores e de todo o pessoal envolvido, tanto da organização de nossa revista quanto do evento que antecedeu a este *Número*.

O III Seminário Discente PPGS-UFPB foi uma iniciativa conduzida por alunas, alunos e alunas do presente Programa de Pós-Graduação, tanto em nível de Mestrado quanto de Doutorado, em parceria com a secretaria do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e com a coordenação do PPGS. Em seu terceiro ano, e segundo de forma presencial, o evento teve como tema “Sociologias, modernidades e crises: impactos de novas tecnologias no fazer sociológico”, considerando os efeitos do uso de tecnologias cada vez mais situadas não só no fazer sociológico como via de pesquisa e trabalho de campo, mas, também, na construção de novos objetos teóricos e epistemológicos que levam a Sociologia a um outro nível de interpretação, ao debater, precisamente, os produtos destes *tempos modernos*.

As atividades do III SD PPGS-UFPB ocorreram de forma presencial, nos dias 29, 30 e 31 (terça, quarta e quinta-feira) de agosto de 2023, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), no Campus I da UFPB. A programação se deu às tardes e noites, das 14h às 22h. O evento foi aberto a ampla comunidade acadêmica e extra-acadêmica, e especialmente voltado aos estudantes de graduação e pós-graduação de universidades públicas e particulares, bem como mestres e doutores já praticantes e inseridos na academia e/ou no mercado de trabalho.

Naquela edição do evento, trazida aqui enquanto *Número especial*, sua estrutura contou com 7 grupos temáticos que se comunicaram com as linhas de pesquisa do referido Programa e que compõem um leque de temas e posições onde, como quase tudo na Sociologia, as (novas) tecnologias podem seguir promovendo seus efeitos, sejam eles positivos ou não. Os Grupos de Trabalho foram divididos entre Sociedade e Educação; Saúde e Corpos; Culturas, Territórios e Sociabilidades; Gêneros e Sexualidades; Marcadores Sociais da Diferença; Trabalho e Desenvolvimento; e Teorias sociológicas, com o apelo de favorecer não apenas discussões críticas sobre as temáticas propostas, mas a percepção multidisciplinar em que a disciplina de Sociologia deve estar inserida e onde seus atores – pesquisadores, professores, alunos e afins – estão imersos.

Assim como os Grupos de Trabalho que os receberam, os artigos que seguem esta edição estão estruturados em torno de temas comuns ao todo social e as Ciências Sociais, enquanto disciplina – como Educação, Trabalho, Migração, Raça, Métodos de Pesquisa, Relatos de experiência etc. – e que visam a ser um aporte teórico-metodológico para estipular os efeitos da Sociologia – enquanto disciplina – na sociedade e vice-versa. Especialmente, com as vantagens e desvantagens deste mundo tecnológico, em constante transformação.

No início deste *Número*, contamos com o artigo intitulado “Antropologia da morte e metodologia: uma etnografia hospitalar no Hospital Napoleão Laureano”, de Weverson Bezerra Silva, e que tem como objetivo descrever os desafios enfrentados durante a

produção de sua dissertação. Uma pesquisa etnográfica realizada no hospital visando a observar as relações e as práticas sociais com pacientes com câncer em cuidados paliativos. O autor faz uma importante reflexão sobre o desenvolvimento de sua etnografia, destacando o estranhamento inicial que surgiu ainda na seleção de mestrado, demonstrando que o ambiente hospitalar ainda é visto como um espaço estranho às ciências sociais.

O segundo artigo, “Análise das ações direcionadas ao artesanato Warao”, de Rodrigo Marinho Alexandre, apresenta um estudo sobre a comunidade indígena venezuelana Warao. O autor trabalha com a relação entre a produção do artesanato e as políticas públicas, entendendo essa produção como um elemento de pertencimento e reafirmação da cultura de indivíduos em situação de refúgio. Existem políticas públicas direcionadas a esse grupo? Os marcadores sociais podem explicar a ausência de iniciativas governamentais? São pessoas refugiadas cruzando suas fronteiras em busca de dignidade, é nesse sentido que o texto é construído.

O artigo “Aproximações metodológicas entre o design gráfico e a antropologia: um glossário virtual a partir da vivência na aldeia com os povos da etnia Potiguara”, de Paula Luana Moreira Cruz e Alícia Ferreira Gonçalves, apresenta uma iniciativa chamada glossário virtual elaborado pelas autoras. Trata-se de uma forma de união de imagens e seus significados produzidos pela etnia Potiguara pertencentes a três aldeias. O objetivo do glossário é desafiar a nossa perspectiva sobre a fotografia, evocando a dimensão do testemunho e da construção de significados culturais. As autoras argumentam que a fotografia não apenas registra, mas também interpreta e comunica a riqueza cultural dos povos Potiguara, promovendo uma maior visibilidade e valorização da sua história e cultura na sociedade contemporânea.

O próximo trabalho, intitulado “Transmaternidade, sistema prisional e violência de gênero: um diálogo ao encontro dos direitos humanos”, de Paulo Sérgio dos Santos Campelo e Marlene Helena de Oliveira França faz uma incursão sobre um dos grandes problemas enfrentados no Brasil, o genocídio da população LGBTQIA+. O artigo tem por

objetivo discutir e compreender os processos de violação de direitos humanos de mulheres trans privadas de liberdade, com ênfase no exercício do direito à maternidade. É possível perceber que tal temática ainda é pouco abordada, por isso trata-se de um estudo significativo, um debate sobre uma população frequentemente negligenciada pelo Estado e pela academia.

O seguinte artigo “Transposição Didática: Um Relato de Experiência Através do Programa de Residência Pedagógica na E.E.E.F.M. Dr. Otávio Novais”, de Karolayne Leonardo Costa e Rita de Cassia Santos de Lira, faz uma reflexão acerca do processo de transposição didática. Discutem as dificuldades e os desafios enfrentados ao adaptar e traduzir o conhecimento acadêmico para o contexto da educação básica. As autoras destacam a importância da conexão entre teoria e prática na formação de professores de Sociologia, e a necessidade tornar os conceitos mais acessíveis e, conseqüentemente, mais significativos aos estudantes.

Em “A Transgressão Da Sexualidade E A Identidade De Gênero No Contexto Universitário: Uma análise performática entre os corpos dissidentes da UERN Campus Mossoró”, Salatiel Figueredo Vicente investiga a transgressão da sexualidade e da identidade de gênero no contexto universitário. O foco principal é a análise performática dos corpos dissidentes, ou seja, aqueles que desafiam as normas de gênero e sexualidade estabelecidas pela sociedade cisnormativa. A pesquisa se baseia nos pressupostos da teoria *queer*, que questiona as categorias tradicionais de gênero e sexualidade, e que reconhece a fluidez e a diversidade das experiências humanas. O autor argumenta que a comunidade LGBTQIA+ desempenha um papel fundamental no cenário político, especialmente nas representações do corpo. No entanto, a performance do corpo é frequentemente inviabilizada pelos preconceitos e pelos preceitos da sociedade cisnormativa.

O penúltimo artigo “Gestão da força de trabalho no capitalismo de plataforma”, de Thaís Lopes Vasconcelos e Cláudia M. Costa Gomes, busca refletir sobre as mudanças na dinâmica de exploração do capitalismo contemporâneo, em especial o advento da

plataformização dos serviços e, conseqüentemente, da economia. A dinâmica da dependência é expandida pela lógica dos algoritmos que são produzidos, e protegidos, por países do capitalismo central. O texto discute a crescente importância dessas plataformas na composição da renda dos trabalhadores brasileiros, seu papel na flexibilização e precarização dos postos de trabalho e sua suposta neutralidade.

E por fim, “Abjeção, Gênero e Sexualidade: Reflexões a partir da Proibição do Uso do Banheiro pelas Pessoas Trans no Brasil”, de Iago Henrique Fernandes de Sousa Moura, é resultado de uma pesquisa bibliográfica que analisa a proibição do uso do banheiro pelas pessoas trans no Brasil, explorando suas implicações em relação à abjeção, gênero e sexualidade. A lógica binária de gênero, que opera uma distinção entre corpos considerados inteligíveis e aqueles que estão fora dela, é apontada como a raiz da discriminação e da violência contra as pessoas trans. O autor, utilizando conceitos de Judith Butler e Paul Preciado, demonstra como o corpo trans é visto como uma ameaça à ordem social estabelecida, sendo alvo de discriminações, humilhações e, em casos extremos, de assassinatos.

Os artigos descritos compõem em texto a transversalidade de saberes e posições teórico-metodológicas sobre os diversos temas concernentes ao todo social e a Sociologia enquanto disciplina teórica. Este *Número especial* busca estabelecer conexões sociológicas e práticas e promover novas discussões que possam ensejar pesquisas futuras ao longo do tempo.

Em especial, agradecemos aos autores e organizadores envolvidos neste *Número*.

Boa leitura!

Índice

- Transposição Didática: Um Relato de Experiência Através do Programa de Residência Pedagógica na E.E.E.F.M. Dr. Otávio Novais 10
Karolayne Leonardo Costa, Rita de Cassia Santos de Lira
- Transmaternidade, sistema prisional e violência de gênero: um diálogo ao encontro dos direitos humanos..... 22
Paulo Sergio dos Santos Campelo, Marlene Helena de Oliveira França
- Aproximações metodológicas entre o design gráfico e a antropologia: um glossário virtual a partir da vivência na aldeia com os povos da etnia Potiguara..... 35
Paula Luana Moreira Cruz, Alícia Ferreira Gonçalves
- A transgressão da sexualidade e a identidade de gênero no contexto universitário: uma análise performática entre os corpos dissidentes da UERN campus Mossoró 49
Salatiel Figueredo Vicente
- Antropologia da morte e metodologia: Uma etnografia hospitalar no hospital Napoleão Laureano 66
Weverson Bezerra Silva
- Análise das ações direcionadas ao artesanato Warao 81
Rodrigo Marinho Alexandre
- Abjeção, gênero e sexualidade: reflexões a partir da proibição do uso do banheiro pelas pessoas trans no Brasil 94
Iago Henrique Fernandes de Sousa Moura
- Gestão da força de trabalho no capitalismo de plataforma 106
Thaís Lopes Vasoncelos, Cláudia M. Costa Gomes

Transposição Didática: Um Relato de Experiência Através do Programa de Residência Pedagógica na E.E.E.F.M. Dr. Otávio Novais¹

Didactic Transposition: An Experience Report Through the Pedagogical Residency Program at E.E.E.F.M. Dr. Otávio Novais

Transposición didáctica: un relato de experiencia a través del programa de residencia pedagógica de la E.E.E.F.M. Dr. Otávio Novais

Karolayne Leonardo Costa²
Rita de Cassia Santos de Lira³

Resumo

O artigo propõe expor as experiências no exercício da transposição didática realizado através do Programa Residência Pedagógica - PRP, vinculado ao subprojeto de Sociologia – UFPB (RP – Sociologia). O processo de transposição didática é desenvolvido através do projeto de ensino-pesquisa intitulado “Povos indígenas no ciberespaço”, realizado com a turma de 2º ano do Ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (E.E.E.F.M.) Dr. Otávio Novais, em João Pessoa-PB, no ano de 2023. Ao longo do projeto são acionados conceitos antropológicos e sociológicos, como “cultura” e “relativismo cultural”, para discutir a relação dos povos indígenas no Brasil com o ciberespaço. A metodologia da pesquisa é qualitativa, com coleta de dados através de atividades em sala e análise de conteúdo com base no referencial teórico escolhido. Durante o projeto, os(as) estudantes realizaram pesquisas sobre a cultura dos povos indígenas brasileiros e sua relação com os meios digitais. Em conclusão, a experiência mostrou a importância da transposição didática no ensino de sociologia, tornando o conhecimento apropriado, contextualizado e compreensível para os/as estudantes. Além disso, o projeto permitiu uma reflexão sobre a relação dos povos indígenas com o ciberespaço no Brasil, promovendo uma maior valorização e compreensão da diversidade cultural na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Residência Pedagógica. Transposição didática. Ensino da Sociologia. Povos Indígenas brasileiros.

Abstract

The article proposes to expose the experiences in the exercise of didactic transposition carried out through the Pedagogical Residency Program - PRP, linked to the Sociology

¹ Trabalho desenvolvido através da experiência no Programa Residência Pedagógica - DCS – CAPES - UFPB, integra um recorte do projeto de ensino-pesquisa que está em desenvolvimento na E.E.E.F.M. Dr. Otávio Novais.

² Karolayne Leonardo Costa, Graduada na Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – CAMPUS I, e-mail: karolayneleonardo333@gmail.com.

³ Estudante no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, e-mail: ritadecassia.cnb@hotmail.com.

subproject – UFPB (RP – Sociology). The didactic transposition process is developed through the teaching-research project entitled “Indigenous peoples in cyberspace”, carried out with the 2nd year high school class at the State School of Elementary and Secondary Education (E.E.E.F.M.) Dr. Otávio Novais, in João Pessoa-PB, in the year 2023. Throughout the project, anthropological and sociological concepts are used, such as “culture” and “cultural relativism”, to discuss the relationship between indigenous peoples in Brazil and cyberspace. The research methodology is qualitative, with data collection through classroom activities and content analysis based on the chosen theoretical framework. During the project, the students carried out research on the culture of Brazilian indigenous peoples and their relationship with digital media. In conclusion, the experience showed the importance of didactic transposition in teaching sociology, making knowledge appropriate, contextualized and comprehensible to students. Furthermore, the project allowed a reflection on the relationship between indigenous peoples and cyberspace in Brazil, promoting a greater appreciation and understanding of cultural diversity in Brazilian society.

Keywords: Pedagogical Residency. Didactic transposition. Teaching Sociology. Brazilian Indigenous Peoples.

Resumen

El artículo se propone exponer las experiencias en el ejercicio de transposición didáctica realizado a través del Programa de Residencia Pedagógica - PRP, vinculado al subproyecto Sociología – UFPB (RP – Sociología). El proceso de transposición didáctica se desarrolla a través del proyecto de enseñanza-investigación titulado “Los pueblos indígenas en el ciberespacio”, realizado con la promoción del 2º año de secundaria de la Escuela Estatal de Educación Primaria y Secundaria (E.E.E.F.M.) Dr. Otávio Novais, en João Pessoa-PB, en el año 2023. A lo largo del proyecto, se utilizan conceptos antropológicos y sociológicos, como “cultura” y “relativismo cultural”, para discutir la relación entre los pueblos indígenas de Brasil y el ciberespacio. La metodología de investigación es cualitativa, con recolección de datos a través de actividades presenciales y análisis de contenido en base al marco teórico elegido. Durante el proyecto, los estudiantes realizaron investigaciones sobre la cultura de los pueblos indígenas brasileños y su relación con los medios digitales. En conclusión, la experiencia demostró la importancia de la transposición didáctica en la enseñanza de la sociología, haciendo que los conocimientos sean apropiados, contextualizados y comprensibles para los estudiantes. Además, el proyecto permitió una reflexión sobre la relación entre los pueblos indígenas y el ciberespacio en Brasil, promoviendo una mayor apreciación y comprensión de la diversidad cultural en la sociedad brasileña.

Palabras clave: Residencia Pedagógica. Transposición didáctica. Enseñanza de Sociología. Pueblos Indígenas Brasileños.

Introdução

Um dos primeiros desafios que os(as) estudantes do RP - Sociologia e dos(as) professores(as) em formação inicial enfrentam, quando precisam realizar algum tipo de intervenção na escola – campo, é a transposição didática dos conceitos e conteúdos que aprenderam na graduação de Ciências Sociais. O processo de transmissão de conhecimento implica em aproximá-lo do(a) estudante, convertendo-o em um objeto de aprendizagem. O processo de ensino deve ser concebido buscando a conexão e a complementação entre os conceitos científicos e as formas de aprendizagem. Nesse contexto, a escola expressa a necessidade de reavaliar seu papel, visando proporcionar aos(as) estudantes uma educação adequada às demandas educacionais e sociais atuais, assim como a Universidade, local de formação inicial dos professores, deve também reavaliar seu papel perante a produção de ciência e compartilhamento dela. Uma formação inicial de professores de Sociologia que permite o contato prévio com a Educação Básica é uma das formas de aproximar estes dois espaços de produção educacional, o que mostraremos ao longo do artigo.

O conceito de transposição didática esteve presente ao longo de todo processo, desde o planejamento, execução das atividades e análise de dados. A transposição didática é entendida como o processo de modificar um determinado conjunto de conhecimentos científicos com o propósito de torná-lo ensinável. Esse processo implica em realizar deslocamentos, rupturas e diversas transformações nesse conjunto de conhecimentos, e não se trata simplesmente de aplicar uma teoria de referência qualquer (Machado, 2000). Assim como a adaptação da linguagem, pesquisa de atividades educacionais que proporcionem aproximação com os conceitos e mudanças nas aulas tradicionais, com a finalidade de tornar os conceitos escolhidos em aprendizagem real para as/os estudantes.

A transposição didática ocorre no contexto da sala de aula, no momento em que o/a professor/a faz a seleção do conteúdo de acordo com sua abordagem e intencionalidade pedagógica, enfatizando e/ou descartando certos aspectos de um tema, e desse modo, determinando as formas de organização do conteúdo. Segundo Moreira (2011), Ausubel contribuiu com abordagens psicoeducacionais que visam explicar a aprendizagem escolar. De acordo com sua teoria, a aprendizagem se torna significativa

quando o novo conteúdo é integrado às estruturas de conhecimento do/a estudante e adquire sentido.

Os subsunçores são estruturas específicas às quais uma nova informação pode se associar no cérebro humano (estruturas de ancoragem), que armazena experiências anteriores do(a) aprendiz. Em contraste, quando o conteúdo escolar a ser aprendido não é relacionado de forma significativa com os conhecimentos prévios do/a estudante, ocorre uma aprendizagem que pode ser considerada mecânica e desarticulada. Isto posto, cabe a reflexão sobre a relevância de aproximar os conhecimentos sociológicos, antropológicos e políticos por meio do uso do ciberespaço e de seus instrumentos materiais no processo de transposição didática, pois é um ambiente digital ao qual os/as estudantes estão situados cotidianamente.

Segundo Chevallard (1991) o processo de transformação do conhecimento científico no espaço escolar não consiste apenas em simplificar o conhecimento científico. O autor ressalta que esse processo vai além da simplificação, segundo o mesmo, todo projeto social de ensino e de aprendizagem se constrói dialeticamente com a identificação e a designação dos conteúdos do saber como conteúdos a serem ensinados. A escola não apenas simplifica o conteúdo, mas designa quais conteúdos serão ensinados, implicando nessa relação dialética entre os objetivos do ensino e da aprendizagem, bem como as características do conhecimento científico.

Diante do exposto, o processo educacional distante da realidade escolar, sobretudo quando relacionada ao ensino da Sociologia, não fornece a possibilidade de construção coletiva de saberes transmitidos apenas através das técnicas de transposição didática. A educação científica não pode ser entendida afastada da realidade do cotidiano escolar e esse foi um dos desafios que encontramos ao adentrar nas atividades de regência na E.E.E.F.M. Dr. Otávio Novais. Com base nessas premissas, o presente trabalho relata uma experiência através do RP- Sociologia, cujo objetivo foi desenvolver um projeto de ensino-pesquisa com uma turma de 2º ano do Ensino Médio da E.E.E.F.M. Dr. Otávio Novais, localizada em João Pessoa- PB, no Bairro dos Novais, como poderemos ver na imagem de satélite localizada no tópico de caracterização da escola, ao longo do artigo.

Metodologia

Para a realização do projeto de ensino-pesquisa e reflexão do processo, foi utilizada a metodologia qualitativa com o aporte de métodos de observação e participação, planos de aula, entrevistas abertas e aplicação das regências, a fim de compreender como os/as estudantes, diante da abordagem dos conceitos trabalhados pelo projeto nas regências, lidam com a transposição didática. O período de desenvolvimento do projeto de ensino-pesquisa ocorreu entre novembro de 2022 a julho de 2023. Ao longo deste período de produção de pesquisa, refletimos sobre a importância do rigor metodológico aplicado a pesquisas na área das ciências sociais e concordamos com Flick, quando o mesmo afirma que:

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos (FLICK, 2009, p. 23).

Sendo assim, a reflexão sobre a prática esteve presente em todo nosso trabalho, assim como a rigorosidade com a metodologia em sala de aula, com os estudantes e a professora preceptora. O método de coleta de dados e análise dos resultados foi realizado por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2011), das respostas dos/as estudantes nas atividades aplicadas durante as regências, na participação e na produção de cartazes em sala de aula. Principalmente caracterizando em áreas os conceitos trabalhados em sala de aula e a análise do material visual e dos diálogos construídos pelos alunos e alunas.

Caracterização da E.E.E.F.M Dr. Otávio Novais

O projeto de ensino-pesquisa desenvolvido na E.E.E.F.M. Dr. Otávio Novais aconteceu durante o período de setembro de 2022 a junho de 2023. A escola está localizada em uma região periférica da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Encontra-se no Bairro dos Novais, na rua Zulmira Novais, número 1255. Podemos observar a localização da escola na figura a seguir.

Figura 1 – Imagem de satélite de localização da E.E.E.F.M. Dr. Otávio Novais



Fonte: Google Earth, elaboração da autora (2024).

As salas de aula onde as regências de Sociologia aconteceram eram diversas, mas todas com pouco ou nenhum ventilador, paredes danificadas, quadros de giz, mas salas de aula amplas. Segundo o último PPP da escola do ano de 2020, a infraestrutura da unidade escolar possui 7 salas de aula, 1 diretoria, 1 secretária, 1 almoxarifado, 1 arquivo, 1 sala de professores(as), 2 banheiros para funcionários, 12 banheiros para alunos(as), 1 laboratório de informática, 1 biblioteca, 1 cozinha, 3 depósitos, 1 dispensa, 1 ginásio de esportes com coberta e 1 pátio coberto com área livre.

A turma destinada para esta atividade foi o 2º ano do Ensino Médio, o 2º ano A. Com aulas de sociologia durante às sextas-feiras, no período matutino. Contando com 20 (vinte) estudantes em sala, acompanhamos a Professora preceptora Jaciara Mariano. É importante destacar que a atividade de acompanhamento e observação das aulas de sociologia, bem como as regências continuam até o final de Julho de 2023, sendo uma aula por semana, de 45 minutos. No tópico a seguir, iremos discorrer sobre o planejamento e os conceitos abordados nas regências.

Planejamento de aula e conceitos abordados

O projeto de ensino-pesquisa foi desenvolvido no ano de 2023 e 2024 com a turma de 2º ano C, tinha como tema “Povos Indígenas no Ciberespaço”. Inicialmente, foram realizados três encontros com a preceptora e os(as) residentes bolsistas, a fim de tomar conhecimento do nível de aprendizagem em que os(as) estudantes estão situados pós-pandemia a partir dos relatos da preceptora de sociologia e a exposição da sua sequência didática atual.

Também foram realizados acompanhamentos e observações das aulas de sociologia ministradas pela professora da disciplina, foram observadas sete aulas de sociologia com o objetivo de observar a transposição dos conteúdos didáticos. Essas observações contribuíram para o planejamento dos próximos passos do projeto e a transposição didática dos conceitos trabalhados.

Inicialmente, o projeto de ensino-pesquisa intitulado “Povos indígenas no ciberespaço” trabalhou com uma diversidade de conceitos ao longo de quatro regências. Para fins de discussão sobre estes conceitos e reflexão sobre a aplicação deles em sala de aula, discorreremos sobre o referencial teórico destes. O conceito de cultura a partir da obra "Cultura: um conceito antropológico" (2001) do antropólogo Roque Laraia⁴, tem como objetivo de pensar a complexidade e a dinâmica que esse conceito aporta, e entendendo que a cultura é um conjunto de valores, de crenças, de comportamentos e de normas existentes em uma sociedade. A partir desse conceito, os(as) estudantes são convidados a explorar a complexidade e a dinâmica deste, superando uma visão estática. Em sala de aula, essa abordagem teórica se traduziu em discussões e atividades práticas de pesquisa relacionadas aos povos indígenas no ciberespaço. Os(as) estudantes são desafiados a aplicar o conceito de cultura de forma crítica e contextualizada, examinando como as identidades culturais indígenas são expressas nos livros disponíveis da biblioteca da escola e nas suas redes sociais.

⁴ Roque de Barros Laraia (1932-2020) foi um destacado antropólogo brasileiro, nascido em Fortaleza, Ceará. Sua extensa carreira acadêmica foi dedicada ao estudo das sociedades indígenas e ao avanço da antropologia no Brasil. Seu livro mais conhecido, "Cultura: um conceito antropológico"(2001), tornou-se uma referência essencial na área.

Outro conceito que o projeto trabalhou foi o de relativismo cultural a partir de Franz Boas⁵(2004). Sua antropologia cultural afirmava a ideia de que as culturas devem ser compreendidas em seus próprios termos, sem que sejam feitas comparações ou julgamentos de valor. Boas (2004) ressalta que não existe uma cultura superior ou inferior, mas sim diferentes formas de ser e viver no mundo. Também foram utilizadas as contribuições do autor Roberto Cardoso de Oliveira (1976), em sua obra “Identidade, etnia e estrutura social”, para entender o conceito de identidade como algo construído em diferentes contextos sociais, e como a etnia pode ser uma das formas pelas quais as pessoas se identificam e se agrupam, portanto, ela é uma construção social culturalmente situada e dinâmica. O uso desses conceitos parte de uma abordagem pedagógica que busca promover uma compreensão profunda e respeitosa da diversidade cultural indígena brasileira.

Já o conceito de identidade a partir da orientação teórica de Barth (1969), apresentada no artigo “Identificação étnica, territorialização e fronteiras: A perenidade das identidades indígenas com o objeto de investigação antropológica e ação indigenista” de autoria de Cristhian Teófilo (2005)⁶, se aproxima do debate que Cardoso de Oliveira (1976) coloca sobre o contato interétnico. O uso desse recurso teórico promove a compreensão de que não há uma homogeneidade cultural entre todos os povos indígenas brasileiros, pois a própria cultura configura uma existência social característica, baseada em processos históricos, simbólicos e também econômicos entre os indivíduos e entre os grupos que estão em constante contato e transformação. As abordagens teóricas utilizadas em sala de aula contribuem para desafiar visões simplistas e estereotipadas sobre a diversidade cultural dos povos indígenas brasileiros, colaborando com o entendimento acerca da complexidade cultural indígena.

⁵ Franz Boas é um antropólogo alemão que se estabeleceu nos Estados Unidos, é reconhecido como o "pai da antropologia americana" e um dos principais representantes da corrente culturalista. Sua significativa contribuição foi a oposição ao racismo científico, que via a raça como um conceito biológico, e ao evolucionismo cultural, que classificava as culturas, colocando a sociedade moderna ocidental europeia como a graduação final a ser alcançada por outras culturas.

⁶ Antropólogo e Professor Associado 4 do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Brasília (UnB).

Também contamos com o conceito de “ciberespaço” utilizado no artigo de Julio Cesar de Lima Ramires (2019)⁷, intitulado “Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões” que destaca a obra de Santos (1994) para afirmar que desde 1990 um movimento de reflexões aconteceram acerca dos impactos das tecnologias na construção de um espaço imaterial chamado de “ciberespaço”. A questão central a partir do projeto de ensino-pesquisa é: Como os povos indígenas brasileiros se apropriaram do ciberespaço para promover as suas culturas? O conceito de “ciberespaço” como um espaço imaterial do qual os povos indígenas se apropriaram para difundir as suas culturas. O uso do conceito de "ciberespaço" no contexto do projeto de ensino-pesquisa explora a interseção entre tecnologia, cultura e identidade, entendendo que o ciberespaço é um espaço cada vez mais relevante de interação e expressão cultural.

Durante as atividades de regência dedicadas ao desenvolvimento do projeto de ensino-pesquisa, os conceitos trabalhados acima necessitavam de uma transposição didática que viabilizasse a abstração se aproximar da realidade concreta, no processo de leitura sobre transposição, observei que ao submeter um conceito a uma didatização, criava-se um outro saber produzido a partir do contexto de atuação e a originalidade do/a professor/a.

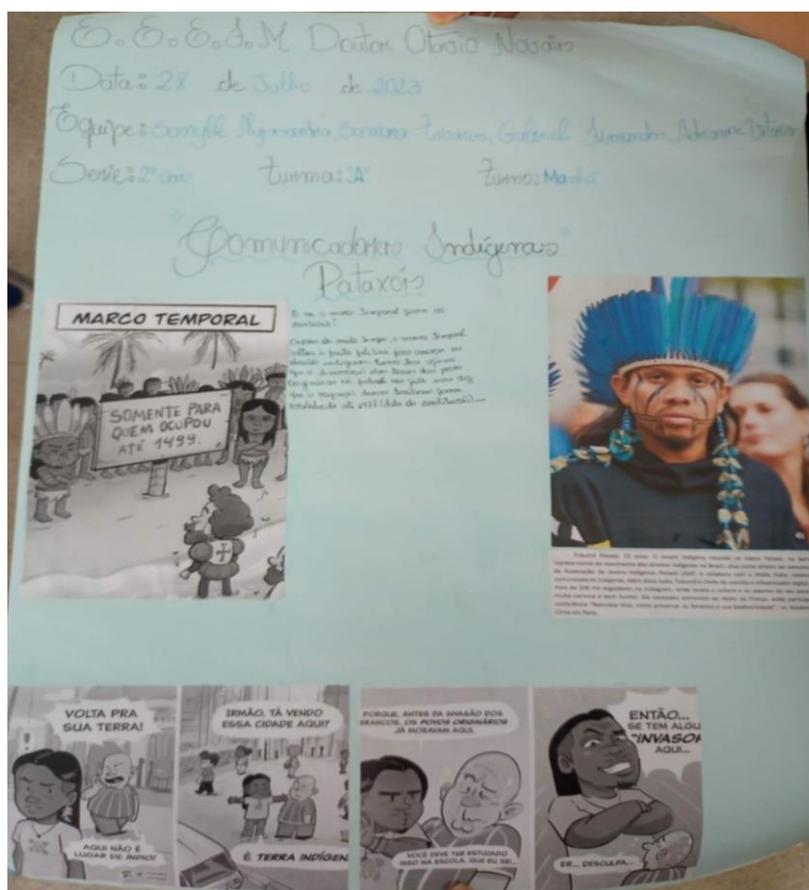
No processo de desenvolvimento do projeto de ensino-pesquisa, os/as estudantes realizaram uma pesquisa bibliográfica, documental e digital sobre a cultura dos povos indígenas do Brasil e a relação com a cultura digital, a fim de compreender como os povos indígenas no Brasil expressam seus elementos culturais através das plataformas digitais. Como material de apoio os/as estudantes usaram o livro didático “Sociologia para jovens do século XXI” (2019), sites e fontes digitais como redes sociais.

Em um segundo momento, com as atividades de regência e a construção dos planos de aula já iniciadas, foi ministrada uma oficina sobre os povos indígenas brasileiros e a cultura digital, com o objetivo de mapear em suas redes sociais ou em outras plataformas digitais, identidades e comunicadores indígenas. Neste momento, os/as alunos/as produziram um material físico que tinha como objetivo demonstrar quem eram os povos indígenas no Brasil, as pesquisas foram realizadas nas redes sociais dos/as

⁷ Professor Titular do Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia/UFU. E-mail: juliocesardelimaramires@gmail.com

estudantes e em outras plataformas digitais, bem como o ciberespaço como um todo, o material expõe a relação entre os povos indígenas no Brasil e o ciberespaço como um meio de promoção a cultura indígena. Ao final, o projeto será disponibilizado para a professora preceptora para servir de material didático para trabalhar com a temática. Na figura a seguir, temos o exemplo de um dos murais produzidos pelos alunos e alunas.

Figura 2 – Cartaz Comunidades Indígenas Pataxós



Fonte: Acervo da autora (2023).

Considerações finais

Durante as atividades de regência, foi necessário trabalhar cada conceito a um processo de transposição didática, com o objetivo de torná-los de forma considerada mais compreensível, menos abstrato e mais significativo para os/as estudantes. Essa tarefa desafiadora nos levou a compreender de que maneira cada estudante assimila melhor os conteúdos. Também se notou uma mudança no comportamento dos/as alunos/as da

turma do segundo ano A. Aqueles/as que antes não demonstravam interesse nas aulas, levaram a se envolver e participar influenciados pela participação ativa dos(as) demais colegas e devido as contribuições dos processos de transposição didática dos conceitos desenvolvidos pelo projeto “Povos indígenas no ciberespaço”.

Assim partindo do exposto discutido ao longo deste trabalho, os resultados foram considerados positivos, uma vez que os/as estudantes relataram que passaram a compreender mais precisamente os conceitos trabalhados e a relação com o projeto de ensino-pesquisa, visto que, nas atividades escritas elaboradas pelos/as alunos/as aumentou a capacidade de descrição dos conceitos antropológicos e sociológicos desenvolvidos ao longo das atividades de regência, de forma que desenvolveram relações entre os conteúdos previamente estudados.

Ao destacar as culturas indígenas brasileiras e explorar como elas se manifestam no ciberespaço, o projeto de ensino-pesquisa desenvolvido contribuiu para a promoção da diversidade cultural brasileira e para o combate ao preconceito e à marginalização das identidades indígenas. Auxiliando também os(as) estudantes a desenvolverem uma perspectiva mais profunda sobre a riqueza e a complexidade das culturas dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que integra o uso da tecnologia no processo de transposição didática.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARDOSO, Oliveira Roberto de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976.

CESAR, Julio Lima Ramires de. Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões. **PatryTer - Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/22109/21273>. Acesso em 10 mai. 2024.

CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. Buenos Aires: Aique, 1991. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/6tskTCVsLFdXCSxYXVZ6spv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 mai. 2024.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. - Porto Alegre, Ed. Artmed, 2009.

LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**, 14^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MACHADO, Anna Rachel. Uma experiência de assessoria docente e de elaboração de material didático para o ensino de produção de textos na Universidade. **D.E.L.T.A.**, v. 16, n. 1, p. 1-26, 2000. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/39982/26999>. Acesso em 10 mai. 2024.

MOREIRA, M. A 1942 - **Teorias de Aprendizagem**. 2.ed. São Paulo: EPU, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3328862/mod_resource/content/1/Teorias%20de%20Aprendizagem%20Marco%20Antonio%20Moreira.pdf. Acesso em 05 mar. 2024.

Projeto Político Pedagógico. E.E.E.F.M. DR. Otávio Novais. João Pessoa, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/14sgNAbMNPA8JeuObbkTI7UjgCP2rE_1x/view?usp=sharing. Acesso em 12 de jul. 2024.

TEÓFILO, Cristhian Silva da. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: A perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, 2005. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/populacao-indigena/artigos_teses_dissertacoes/3_identificacao_etnica_territorializacao_e_fronteras.pdf. Acesso em 09 abr. 2024.

Transmaternidade, sistema prisional e violência de gênero: um diálogo ao encontro dos direitos humanos

Transmaternidad, sistema penitenciario y violencia de género: un diálogo sobre derechos humanos

Paulo Sergio dos Santos Campelo¹
Marlene Helena de Oliveira França²

Resumo

No Brasil de acordo com os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA – no ano de 2022, 150 transexuais morreram. Deste número, 131 foram mortas por assassinato e outras 20 por suicídio. O que faz o Brasil ser ainda um dos países que mais matam LGBTQIA+, com destaque para região Nordeste. O objetivo deste texto é compreender os processos de violação de direitos humanos de mulheres trans privadas de liberdade, dando ênfase no exercício do direito à maternidade e como este último também é resultado de uma cadeia de violações que se interligam como um efeito dominó. Ao final, propõem-se que a educação em direitos humanos nos setores públicos e privados e a elaboração de políticas públicas é a melhor forma de fomentar a inclusão social e visibilidade de pessoas trans seja dentro ou fora do estabelecimento prisional e de coibir a violência de qualquer espécie contra elas.

Palavras-Chave: Transmaternidade; Violação; Direitos Humanos; Prisões.

Resumen

En Brasil, según datos de la Asociación Nacional de Travestis y Transexuales (ANTRA), 150 transexuales murieron en 2022. De este número, 131 murieron por asesinato y otros 20 por suicidio. Esto significa que Brasil sigue siendo uno de los países que más mata a personas LGBTQIA+, especialmente en el nordeste. Sin embargo, estos datos son subregistrados por la política necro-estatal, que no sólo busca inviabilizar las investigaciones, ya que se trata de cuerpos que no sirvieron para la política neoliberal. La vida de las personas trans, vivas o no, está marcada por discriminación, violación y la exclusión social. Al final, se propone que la educación en derechos humanos en los sectores público y privado y el desarrollo de políticas públicas es la mejor manera de

¹ Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH – pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Especialista em Tribunal do Júri e Execução Penal pela Faculdade Legale. Graduado em Direito e em História pela Universidade Federal de Campina Grande.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Mestre em Serviço Social e Graduada em Direito e Serviço Social por esta mesma instituição. E-mail: marleneccel@hotmail.com.

promover la inclusión social y la visibilidad de las trans, tanto dentro como fuera de las cárceles, y frenar la violencia de cualquier tipo contra ellas.

Palabras clave: Transmaternidad; Violación; Derechos Humanos; Prisiones.

Considerações iniciais

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA – (BRASIL, 2023), em 2022 foram notificados 142 casos de violação de Direitos Humanos, estas produzidas tanto por alguns membros da sociedade civil quanto pelo Estado. Dentre as inúmeras violações de direitos humanos apresentado pelo dossiê ANTRA, merecerem destaque: violência física, transfobia direta em atendimento de saúde, negativa de acesso a espaços públicos, estupro ou violência sexual, xingamentos depreciativos e transfóbicos, demissão motivada pela identidade de gênero e/ou transfobia, ameaça e violência psicológica.

Tais violações de direitos humanos não se fazem presente apenas no espaço público aos olhos de toda sociedade, pelo contrário, encontram-se presentes também naqueles locais a que Goffman (2015) denominou de instituições totais e que neste trabalho terá como campo de análise, as prisões.

As prisões enquanto instituições totais produzem a mortificação do eu em relação as pessoas que nelas adentram, afinal, enquanto que no espaço social as pessoas podem de forma discricionária, afastar-se de tudo que lhe causa estranheza e contaminação, dentro daquelas, o eu, passa a ser profanado uma vez que as fronteiras são rompidas e não há mais uma separação entre o ambiente que machuca e o eu que se protege (GOFFMAN, 2015).

Em outras palavras, o ambiente prisional produz a mortificação do eu a partir do momento em que a privacidade, a intimidade, a personalidade do indivíduo dentre outros direitos não está mais sob o controle do indivíduo em si, mas do próprio Estado que ao invés de agir de forma protecionista o faz o contrário. Diante disso, pretende-se analisar com mais ênfase a mortificação do eu, a partir das violações de direitos de mulheres trans privadas de liberdade, dando destaque também para exercício da maternidade.

Desenvolvimento

A discussão se mulheres transexuais e travestis são ou não mulheres é permeada por uma série de opiniões acadêmicas e não acadêmica que ou reforçam e defendem a autodeclaração daquelas ou ignoram tal contexto e as tratam como se homem fosse. De acordo com Letícia Nascimento (2021), pesquisadora travesti e negra, comumente associam o ser mulher ao órgão anatômico do indivíduo. É dentro de um Sistema colonial de gênero que o ser mulher e o ser homem é construído e pensado de forma binária, delimitando e determinando todo um contexto de vigilância que vai da infância até a idade adulta.

É dentro desse contexto binário onde o gênero é apresentado como um elemento cultural e o sexo como uma questão biológica que o ser mulher e o ser homem reduzia-se muitas vezes a própria anatomia do corpo, contudo, corroboramos do pensamento de Letícia Nascimento (2021, p. 96) que destaca:

Nossos corpos se materializam em formas diversas de feminilidades – não há essa pretensa natureza feminina que nos define, como entendem as feministas radicais. Se esbocei de forma breve, algumas ideias que nos permitem entender como o conceito de gênero foi gestado, é para que possamos concluir que, para o feminismo e para o transfeminismo, ser radical é recusar universalidades rasas que limitam nossas trajetórias de opressão. Há diferentes modos de viver as mulheridades e as feminilidades; são muitas as possibilidades de performar gêneros.

Logo, não existe a padronização universal do ser mulher, existem inúmeras formas, práticas e características que vão além da anatomia dos corpos. O exercício da maternagem, por exemplo. A maternagem de acordo com Maria Miranda e Marilza Martins (2007) pode ser exercida tanto pela mãe propriamente dita quanto a que exerce a função materna e consiste no suporte físico e emocional atribuído a criança, não é apenas o ato mecânico de segurar a criança, mas de proporcionar a mesma todo o cuidado contra perigos externos, favorecendo também o desenvolvimento e a estabilidade emocional.

De acordo com Mônica Angonese e Mara Lago (2018), quando se pensa em reprodução e parentalidade têm-se sempre a ideia que estas restringem-se a dois grupos, de forma geral, compreende-se a família tradicional heteronormativa cis gênero e

excepcionalmente os casais homossexuais. Deixando-se de lado as outras formas de família e tornando invisível a parentalidade e reprodução trans.

Logo, nem todas as mulheres transexuais e cis conseguem exercer a maternidade e maternagem de forma plena, uma vez que, as que se encontram privadas de liberdade tem esse direito parcialmente violado em face das estruturas que acompanham o sistema carcerário. Comprometendo assim, o gozo pleno de tal direito. Nesse contexto, Ana Braga (2015, p. 531) aponta que:

[...]. Há um déficit histórico em relação ao planejamento e à execução de políticas públicas voltadas ao coletivo feminino nas prisões, uma vez que a maioria das políticas penitenciárias (cuidados com a saúde, regime de visita, manutenção de vínculos, arquitetura prisional) foi pensada para a população masculina, tradicionalmente majoritária nos estabelecimentos prisionais. Por conta disso, ainda hoje, milhares de mulheres vivem gestações, partos e maternidades precárias, e suas crianças formam parcela invisível da população prisional – contrariando a Regra de Tóquio n. 3, que determina que sejam registrados número e informações pessoais das crianças que ingressam nas prisões com a mãe.

É interessante compreender que as prisões são concebidas tanto no plano ideológico quanto no estrutural para homens, ou seja, não leva-se em consideração as necessidades pessoais e de gênero de outras mulheres sejam elas cis heteronormativa, travestis ou transexuais. Embora tenham-se estudos sobre as dificuldades da maternidade no cárcere ainda assim as principais sujeitas da pesquisa são mulheres cis. Mas, as condições que estas enfrentam não deixam de ser experimentadas também pelas transexuais, uma vez que, de acordo com a Resolução 348/2020 (BRASIL, 2020) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, pessoas LGBTI podem cumprir pena em estabelecimentos condizentes com sua identidade de gênero.

Ainda de acordo com a Resolução 348/2020 do CNJ (BRASIL, p.5) chama atenção o inciso III, do art. 2º que trata dos objetivos da resolução e que consiste em:

[...] a garantia, sem discriminação, de estudo, trabalho e demais direitos previstos em instrumentos legais e convencionais concernentes à população privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica em geral, bem como a garantia de direitos específicos da população LGBTI nessas condições.

Dentre os instrumentos legais e convencionais merecem destaque o princípio de Yogyakarta do qual o Brasil é signatário. Tais princípios dispõe sobre a aplicação de leis

internacionais que versem sobre direitos humanos no tocante a orientação sexual e identidade de gênero. Desde 2006 que estes princípios se encontram válidos. Merecendo atenção o princípio de nº 9. H que dispõe como dever dos Estados:

Adotar e implementar políticas para combater a violência, discriminação e outros danos por motivo de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais que sofrem as pessoas privadas de liberdade, inclusive no que respeita a assuntos como a detenção, as revistas corporais e de outro tipo, os elementos empregados para expressar o gênero, o acesso à continuidade de tratamentos e cuidados médicos que afirmem o seu gênero, assim como o confinamento solitário com fins de "proteção" [...] (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006, p.18).

Para além das normas internacionais expressa em Tratados e Convenções Internacionais, têm-se também normas de cunho interno que podemos destacar a Lei 7.210/84, Lei de Execução Penal - LEP e a Constituição Federal de 1988 – CF/88. Ressalta-se que, os dispositivos normativos nacionais guarda consonância com os normativos internacionais, basta observar que a CF/88 (BRASIL, 1988) em seu art. 5º - Dos Direitos e Garantias Fundamentais – inciso III – que dispõe “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”; já o inciso XLVI dispõe que “não haverá penas cruéis”; por sua vez, o inciso XLIX busca garantir ao preso o respeito a sua integridade física e moral.

Contudo, entre o texto da lei e a realidade do sistema carcerário existe uma discrepância. Em estudo produzido pelo STJ, intitulado “Transformando a prisão: diferentes olhares sobre direitos, dilemas e esperanças de presos e presas transgêneros”, é apresentado ao leitor para além da superlotação, da insalubridade e das facções criminosas no sistema prisional outros dilemas vividos por pessoas trans e travestis durante o cumprimento da pena. No estudo em debate, merece destaque o caso Raica Souza.

No caso da dona de pensão e produtora de eventos Raica Souza, a sua identificação como travesti foi ignorada quando foi presa provisoriamente, em 2017: além de ser inspecionada nua ao lado de presos homens, ela e outras travestis foram motivo de deboche por parte dos agentes prisionais – que as chamavam, entre outros termos depreciativos, de "mulher de tromba". Ainda segundo Raica, alguns agentes questionavam por que as travestis, estando em um alojamento masculino, não foram obrigadas a cortar o cabelo (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; 2022, p.04).

No caso Raica Souza embora ela não seja uma mulher transexual, mas identifica-se com o gênero feminino, identificação esta não levada em consideração pelos agentes

prisionais que além de violarem a integridade moral e psicológica com termos depreciativos ainda queriam violar a integridade física no que concerne ao cumprimento do cabelo. Embora a Resolução 348/2020 não estivesse em vigor como recomendação aos órgãos públicos de segurança pública e estabelecimentos prisional, estavam em vigor a Lei de Execução Penal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a própria Constituição Federal que veda tal comportamento desumano uma vez que se constitui nítida violação aos direitos de personalidade.

No estudo apresentado pelo STJ (BRASIL, 2022), Raica chegou a declarar que embora não tivesse silicone e não necessitasse de tratamento hormonal, tal tratamento fora de difícil acesso a mulheres trans, assim como o tratamento para a AIDS. Inclusive a mesma chegou a presenciar o caso de uma travesti que tinha apenas uma das próteses no peito, em decorrência de necrose que atingiu a outra por falta de tratamento médico. Pode-se observar assim, uma violação ao direito a saúde que poderia ter custado a vida desta travesti acometida de necrose.

Uma outra violação no que concerne ao exercício da maternidade e maternagem que se faz presente em alguns estabelecimentos prisionais femininos e que caso as transexuais mulheres venham a escolher por este no cumprimento da pena, poderão sofrer, é quanto a estrutura das unidades materno-infantil que deveriam ser presentes em todos os estabelecimentos prisionais femininos, mas que, não o é de forma universal. E quando se faz presente ainda assim assume divergências quanto a região ao qual se encontram. Sobre este assunto, Ana Braga (2015, p. 537) apresenta que:

Uma das constatações da pesquisa foi a falta de uniformização das regras dos cuidados materno-infantis. Por exemplo, a definição de onde deve dormir o bebê é situacional: no Ceará, como a unidade materno-infantil não tem berço, os bebês dormem na cama com a mãe. Já em Minas Gerais, onde todos têm berço, a mãe é obrigada a colocar o bebê no berço para dormir, sob pena de que sua conduta seja considerada falta disciplinar e sob ameaça constante de ser separada do filho ou filha caso descumpra as regras mineiras de como ser mãe.

É importante destacar assim que discricionariedade no que concerne à administração dos sistemas penitenciário e do berçário e unidades materno-infantil tornam as mulheres sejam elas Cis ou trans mais susceptível ao rigor e a disciplina que se espera delas, assim, o filho ou a filha é utilizado pelos agentes penitenciários, pelo diretor do presídio e até pelo Estado como estratégia de disciplina de comportamento das presas

sob a ameaça de em caso de alguma falta serem separadas da prole. O que pode constituir uma violência psicológica.

Embora tenha sido apresentado até o momento algumas violações de direito no sistema prisional, cumpre destacar ainda que, apesar dos LGBTI poderem escolher o local de cumprimento da pena, existem estudos que mostram mulheres trans preferem cumprir a pena em estabelecimentos prisionais masculino.

Em texto intitulado “Dilemas Corporais: A situação carcerária de mulheres transexuais no Estado de Sergipe – Brasil”, Fran Espinoza, Grasielle Carvalho, e Fernanda Britto (2021) procuram compreender os motivos pelos quais travestis e transexuais mesmo diante de situações abusos e violência em presídios masculinos e ante a possibilidade de transferirem para estabelecimento femininos ainda assim preferem manter-se naqueles.

Com base no relatório oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2020, p.40 apud ESPINOZA; CARVALHO; BRITTO, 2021, p. 410-411) têm-se que os vínculos formados no estabelecimento masculino e também o suporte de ordem material constitui alguns motivos que influênciam na decisão das transexuais e travestis:

Quando consultadas sobre uma eventual transferência para uma prisão feminina, as travestis e mulheres trans que participaram da pesquisa foram unânimes em dizer que não teriam interesse em uma transferência. Uma delas diz: “eu não conseguiria me adaptar. Um monte de mulher, ia ser bem difícil. É que lá a gente não ia ter nossos companheiros como a gente tem”. Entretanto, outra pontuou que desejaria fazer a retificação do prenome no registro civil contanto que isso não implicasse na transferência para uma prisão feminina.

A solidão que iriam sentir no estabelecimento prisional feminino sem a companhia dos companheiros é uma justificativa compreensível visto que nos próprios estabelecimentos femininos as mulheres presas não recebem visita de seus companheiros e até dos familiares. Embora as famílias também não visitem as travestis e as transexuais, o simples afeto dos companheiros já lhes servem como alento nos dias difíceis ao cumprimento da pena.

No tocante ao suporte material, de acordo com Fran Espinoza, Grasielle Carvalho e Fernanda Britto (2021) como os homens recebem visita dos seus familiares e esposas ou companheiras conseqüentemente conseguem produtos materiais em excesso vendendo-os

as transexuais e travestis. Em outras palavras, caso fossem transferidas para estabelecimentos feminino a dificuldade de conseguir bens materiais de consumo e uso pessoal seria mais difícil.

Para além das dificuldades materiais e afetivas, a transfobia presente nos estabelecimentos prisionais feminino também é umas das justificativas pela qual travestis e transexuais preferem manter-se no local onde estão cumprindo pena, conforme aponta o relatório oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2020, p.65 apud ESPINOZA; CARVALHO; BRITO, 2021, p.412) a partir da fala de uma interlocutora:

Eu nunca fui presa, primeira vez que eu fui presa. Nunca fui envolvida com droga nem nada. Eu cheguei no presídio sem nenhuma noção. Eu fiquei com medo de banho de sol, por exemplo, todo mundo fica junto no banho de sol. Não é separado. Isso ficou com medo do assédio, de eu não gostar o outro não gostar e ocorrer confusão. Mas com mulher, por incrível que pareça, é pior que presídio de homem. Elas brigam muito. Brigam porque a maioria lá é casada com a outra, tem caso com a outra. Ai tudo isso, pronto, mesmo que eu não seja uma mulher, mas que chegasse lá com a aparência de mulher e outra de agradasse de mim.

Um ponto interessante é a que interlocutora embora estivesse presa em um estabelecimento prisional feminino sua noção de ser mulher possivelmente estar atrelada a ideia reducionista anatômica de mulher enquanto sujeito universal. Quando o ser mulher permite múltiplas performatividades de gênero para além do sexo, conforme citado anteriormente. Possibilitando o ser mulher da interlocutora cumprir a pena naquele estabelecimento.

Independentemente da escolha feita por transexuais e travestis onde cumprirão pena, o mais importante é garantir condições dignas, humanas de cumprimento. Neste sentido, corroboramos com o pensamento de Espinoza, Carvalho e Brito (2021) ao defenderem não apenas a ampliação de alas LGBTI nos estabelecimentos prisionais como também o oferecimento de cursos e treinamento para agentes e a implementação de políticas institucionais que possam reduzir a situação de vulnerabilidade deste segmento populacional, garantindo não apenas a continuação do tratamento hormonal como também outros direitos condizentes com a imagem que desejarem.

É necessário também que aja cursos de formação e informação em direitos humanos, gênero e sexualidade para os profissionais que atuam nos Sistemas de Justiça

procurando assim subverter essa lógica androcêntrica e sexista presente no mesmo e que influi na tomada de decisão quando corpos considerados “desviantes” são colocados sob seu crivo.

Corroborando com tal entendimento, Ana Braga (2015 p.525) ao estudar as dificuldades das mulheres encarceradas, destaca que:

O sistema de justiça é atravessado por marcadores de gênero, e o exercício dos direitos individuais ocorre nesse mesmo cenário. Ainda quando a demanda de reconhecimento de direito das mulheres é atendida, o acesso à justiça segue seletivo e perverso. Primeiro porque só algumas pessoas, sob certas condições, terão efetivo acesso à justiça, e ainda assim um acesso precário e limitado; e depois porque o reconhecimento por um sistema sexista e androcêntrico (que constrói hierarquias a partir dos sexos, privilegiando os homens e a perspectiva masculina) pode perverter a autonomia e o exercício de liberdade individual – princípios que norteiam a luta feminista no campo social.

A autonomia e a liberdade individual são assim mitigadas por aqueles que compõem o Poder Judiciário, embora a Justiça seja apresentada como uma mulher na prática quem decide ainda são os homens que ocupam ainda de forma majoritária as três esferas de poder em nosso país. São estes homens a partir dos demarcadores de gênero, do binômio homem/mulher, ativo/passivo, masculino/feminino desterritorializa e dessubjetiviza outras formas de ser, viver, experimentar o prazer e utilizar os próprios corpos. O sistema prisional feminino e masculino com alas LGBTI com todas as suas dificuldades estão aí para comprovar o alegado.

Se as transexuais, as travestis e mulheres cis fossem submetidas unicamente a julgamentos femininos, seja no poder judiciário de primeiro grau ou no de segundo grau será que a realidade de sentenças no quantum de pena seria diferente da imposta por juízes homens? Seria a estrutura do sistema prisional modificada a ponto de se adequar a realidade atinente ao gênero e a subjetividade das encarceradas? E os direitos a tratamento hormonal, ao exercício da maternidade e maternagem será que estariam garantidos? Em outras palavras, será que mulheres julgando mulheres teria por base o padrão universal do ser mulher ou o padrão multiidentitário e performático do ser mulher.

As respostas a tais indagações merecem devidas análises em momento futuro, por enquanto o mais importante é começar a estabelecer uma rede de diálogos interseccionais conforme aponta Letícia Nascimento (2021, p.166), “Enquanto mulheres, precisamos passar a ampliar a rede de diálogo uma com as outras, percebendo nossas singularidades

plurais não de modo exótico ou invasivo[...]”. Logo, mulheres independentes da performatividade que representam compartilham os sofrimentos e a violência de um sistema opressor e demarcador de gênero. Dialogar, construir saberes e legitimar epistemologias LGBTI e com mulheres cis é a melhor forma de começar a romper os grilhões que os aprisionam e os submetem a um sistema onde direitos é visto como caridade. Afinal, a união faz a força.

Da discussão metodológica

Todo processo de pesquisa e escrita tem suas dificuldades, com esta também não foi diferente. Mas, antes destas ser apresentada ao leitor cumpre esclarecer o porquê do título e principalmente da escolha das sujeitas da pesquisa e do objeto de análise. Assim, todos estes fatores foram pensados a partir da leitura de uma obra intitulada “Prisão, Tráfico e Maternidade: Um estudo sobre mulheres encarceradas”, (2020) de autoria de Marlene França. A pesquisadora em destaque, narra a história de um grupo de mulheres presas na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Julia Maranhão da cidade de João Pessoa PB, apresentando ao leitor os dilemas e as dificuldades do sistema carcerário e expondo as dificuldades de exercer a maternidade e maternagem em um ambiente onde até direitos básicos não são garantidos em sua totalidade.

Após a leitura da obra, foi suscitado os seguintes questionamentos: As mulheres transexuais encarceradas também poderiam exercer a maternidade e maternagem tal qual às mulheres cis? As dificuldades também seriam as mesmas ou aquelas também enfrentariam outras violações de direitos? Inicialmente pela leitura da obra sabia-se que o sistema patriarcal legitimava uma desigualdade de concessão de direitos quando comparado prisões masculinas e prisões femininas. A partir daí, começou-se a pesquisa por materiais na área e também as dificuldades. Ao colocar no Google, as palavras chaves: maternidade; trans; sistema carcerário foram disponibilizadas apenas 6 páginas de acesso e totalizava apenas 51 pesquisas. Contudo, os textos apresentados faziam mais referência a mulheres cis e a maternidade nas prisões do que propriamente as travestis e transexuais no exercício desse direito. Diante disso, e por ter mais pesquisas voltadas para mulheres cis e como forma de propor a visibilidade a transexuais optou-se por incluir estas como

sujeitas da pesquisa. Já objeto da análise configurou-se na violação de direitos humanos incluindo o da maternidade/maternagem dentro do sistema prisional.

O método optado foi o hipotético-dedutivo ante os questionamentos suscitados anteriormente, concluindo-se que, a maternidade/maternagem pode ser exercida por mulheres transexuais e travestis uma vez que se trata de construções sociais. Quanto aos procedimentos de pesquisa a mesma desenvolveu-se através da pesquisa bibliográfica que incluiu livros, pesquisas em sites, artigos científicos. Tratou-se também de pesquisa documental ante as legislações que foram utilizadas e problematizadas. Utilizou-se da pesquisa exploratória não apenas em relação ao que foi utilizado, mas também no tema e no conteúdo que se pretendeu analisar.

Considerações finais

Ao término deste texto, podemos compreender assim o quão importante se faz um estudo interdisciplinar e ativo no que concerne aos temas: direitos humanos, mulheres cis, LGBTI e sistema carcerário a partir de uma análise interseccional envolvendo classe, gênero e raça. De modo que, não se busque apenas “detectar” o problema, mas também solucioná-lo. Não basta apenas teorizar, é necessário de alguma forma influir no real.

Neste caso é essencial uma atuação intersetorial e interinstitucional como forma de desmarcar o demarcador de gênero e atuando em prol da dignidade da pessoa humana independente de gênero, classe, raça, ou outras formas de discriminação e hierarquização.

Referências

ANGONESE, Mônica; LAGO Maria Coelho De Souza. Família e experiências de parentalidade trans. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, p. 02-18, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2018.e57007>. Acesso em: 02 de jul. de 2023.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **DOSSIÊ – assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: DF, Distrito Drag, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossicantra2023.pdf>. Acesso em: 06 de jul. 2023.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, p.523-546, jul. / dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/qHnWZrVyx7xV9DQwr97rdZQ/>. Acesso em: 03 de jul. de 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 7.210, de 11 de Julho de 1984. **Dispõe sobre a Execução Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 05 de jul. de 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente. **Resolução n. 348**, de 13 de outubro de 2020. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519>. Acesso em: 04 de jul. 2023.

ESPINOZA, Fran; CARVALHO. Grasielle Borges Vieira De; BRITTO, Fernanda Lacerda Chagas. Dilemas Corporais: A situação carcerária de mulheres transexuais no Estado de Sergipe – Brasil. **Rev. Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 01, p.397-419, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/57950>. Acesso em: 04 de jul. 2023.

FRANÇA, Marlene Helena De Oliveira. **Prisão, Tráfico e Maternidade: Um estudo sobre mulheres encarceradas**. João Pessoa: Editora UFPB, João Pessoa, 2020.

MIRANDA, Maria Aparecida; MARTINS, Marilza De Souza. **Maternagem. Quando o bebê pede colo**. São Paulo: NEINB, 2007. Disponível em: <https://www.usp.br/neinb/wp-content/uploads/NEINB-USP-VOL-2.pdf>. Acesso em: 02 de jul. de 2023.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

Princípios de Yogyakarta. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 06 de jul. de 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Transformando a prisão: Diferentes olhares sobre direitos, dilemas e esperanças de presos e presas transgêneros**. 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/11122022-Transformando-a-prisao-diferentes-olhares-sobre-direitos--dilemas-e-esperancas-de-presos-e-presas->

[transgenero.aspx#:~:text=Transformando%20a%20pris%C3%A3o%3A%20diferentes%20olhares,de%20presos%20e%20presas%20transg%C3%AAnero&text=Em%20um%20dia%20comum%20no,de%20esmalte%20em%20suas%20unhas..](#) Acesso em: 04 de jul. de 2023.

Aproximações metodológicas entre o design gráfico e a antropologia: um glossário virtual a partir da vivência na aldeia com os povos da etnia Potiguara

Methodological approaches between graphic design and anthropology: a virtual glossary based on the experience in the village with the people of the Potiguara ethnic group

Aproximaciones metodológicas entre diseño gráfico y antropología: un glosario virtual a partir de la experiencia en el pueblo con la gente de la etnia Potiguara

Paula Luana Moreira Cruz¹

Alicia Ferreira Gonçalves²

Resumo

A cultura indígena corresponde a um conjunto de particularidades que simbolizam um determinado grupo social. Desde antes da colonização, os povos indígenas da etnia Potiguara habitam o litoral do estado da Paraíba e territorialmente encontram-se distribuídos em 32 aldeias localizadas no município da Baía da Traição, no Litoral Norte paraibano. Através da pesquisa, ainda na graduação em *design* gráfico, foi possível registrar práticas e elementos do cotidiano dos Potiguara buscando estabelecer através das imagens uma linguagem narrativa que pudesse revelar as riquezas culturais desse povo para a sociedade paraibana, além de provocar novas reflexões acerca das tradições e preservação das práticas ancestrais, utilizando da fotografia documental e do *design* editorial para construção do trabalho final, resultando num protótipo de fotolivro. O presente trabalho, em seu recorte, busca apresentar como o uso de um glossário visual, isto é, um glossário que unifica as imagens junto aos significados atribuídos pelos próprios Potiguara pertencentes a três aldeias em particular, Aldeia do Forte, Alto do Tambá e Lagoa do Mato, e podem aproximar metodologicamente o *design* gráfico e a teoria antropológica, buscando dar visibilidade às narrativas, sentidos e significados atribuídos pelos interlocutores.

Palavras-chave: *Design* gráfico. Fotolivro. Povo Potiguara.

Abstract

Indigenous culture corresponds to a set of particularities that symbolize a certain social group. Since before colonization, the Potiguara indigenous people have inhabited the coast of the state of Paraíba and are territorially distributed in 32 villages located in the

¹ Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, paulaluana@gmail.com.

² Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba.

municipality of Baía da Traição, on the North Coast of the Paraíba. Through research, while still graduating in graphic design, it was possible to record practices and elements of the daily life of the Potiguara, seeking through images to establish a narrative language that could reveal the cultural riches of these people to Paraíba society, in addition to provoking new reflections on traditions. and preservation of ancestral practices, using documentary photography and editorial design to construct the final work, resulting in a photobook prototype. The present work, in its outline, seeks to present how the use of a visual glossary, that is, a glossary that unifies the images together with the meanings attributed by the Potiguara themselves belonging to three villages in particular, Aldeia do Forte, Alto do Tambá and Lagoa do Mato, and can methodologically bring together graphic design and anthropological theory, seeking to give visibility to the narratives, senses and meanings attributed by the interlocutors.

Keywords: Graphic design. Photobook. Potiguara people.

Resumen

La cultura indígena corresponde a un conjunto de particularidades que simbolizan a un determinado grupo social. Desde antes de la colonización, los indígenas de la etnia Potiguara habitan la costa del estado de Paraíba y están distribuidos territorialmente en 32 aldeas ubicadas en el municipio de Baía da Traição, en la Costa Norte de Paraíba. A través de la investigación, aún siendo licenciado en diseño gráfico, fue posible registrar prácticas y elementos de la vida cotidiana de los Potiguara, buscando establecer a través de imágenes un lenguaje narrativo que pudiera revelar las riquezas culturales de este pueblo a la sociedad paraibana, además de provocando nuevas reflexiones sobre tradiciones y preservación de prácticas ancestrales, utilizando la fotografía documental y el diseño editorial para construir la obra final, dando como resultado un prototipo de fotolibro. El presente trabajo, en su esquema, busca presentar cómo el uso de un glosario visual, es decir, un glosario que unifica las imágenes junto con los significados atribuidos por los propios Potiguara pertenecientes a tres pueblos en particular Aldeia do Forte, Alto do Tambá y Lagoa do Mato, y puede acercar metodológicamente el diseño gráfico y la teoría antropológica, buscando dar visibilidad a las narrativas, sentidos y significados atribuidos por los interlocutores.

Palabras clave: Diseño gráfico. Fotolibro. Pueblo Potiguara.

Introdução

Os Potiguara na Baía da Traição

*É na batida do bombo que invocamos a força da mãe
natureza, cada batida é o pulsar do coração de um
guerreiro em luta!*
(Iasypitã Potiguara)

Ao se abordar a temática dos povos indígenas e o advento de sua cultura para o Brasil, muito se destaca acerca de uma figura centrada no passado ou são retratados como indivíduos significativamente alheios à sociedade brasileira contemporânea. Considera-se preocupante o fato de que grande parte da população possui uma imagem retrógrada dos grupos indígenas, acreditando que eles não possuem relevância ou que até mesmo não existem mais rastros de sua existência.

Em termos demográficos, os Potiguara constituem um dos maiores grupos indígenas brasileiros, com uma população estimada em 20.554 pessoas (IBGE, 2016), o que corrobora com a classificação de ser uma das maiores populações indígenas brasileiras. Cabe destacar que o histórico desse grupo étnico em relação ao contato com os não-indígenas (colonizadores) é marcado por intensos conflitos territoriais existentes até os dias de hoje.

O grupo indígena Potiguara possui muitos aspectos para serem expostos e acrescentados nas riquezas históricas do Brasil, seja pelo fator das suas lutas no processo territorial no nordeste brasileiro, sua organização social, política, seu sistema produtivo e aldeia, turismo étnico, o grafismo e entre outras particularidades desses indivíduos. Sabendo que essa trajetória histórica de um modo geral ainda é desconhecida pela maior parte dos brasileiros, esse contexto deve obter importância em pesquisas e noticiários para que não seja ignorada pela sociedade.

A atribuição da relevância indígena no contexto social paraibano e brasileiro ao se tratar da cultura e dos povos indígenas deve ser contínua, de modo que se possa levar conhecimento à população, valorizando não só os Potiguara que habitam originalmente o litoral norte da Paraíba, mas os povos indígenas como um todo. E para que isso seja posto em prática, considera-se que o *design* gráfico age positivamente, proporcionando a elaboração de um projeto de significância histórica para o país.

O objetivo de desenvolver um projeto por meio de um livro de fotografias acerca dos Potiguara, visa trazer a importância dessa etnia, além de aliar os aspectos vivenciados no cotidiano deles, podendo, desse modo, contribuir para o conhecimento e valorização histórica e cultural desse grupo indígena para a sociedade contemporânea paraibana e brasileira.

Logo, buscamos com esse trabalho, somar ao debate acerca da valorização do povo indígena da etnia Potiguara, devido à falta do conhecimento histórico e cultural, visto a perceptível desigualdade quando é retratada a imagem dos “povos indígenas” na sociedade brasileira contemporânea. A escolha pelo estudo na etnia Potiguara é por ainda serem, provavelmente, os únicos dentre os povos indígenas situados no Brasil a viver no mesmo lugar desde a chegada dos colonizadores há pouco mais de 500 anos. Onde, de acordo com a literatura existente, desde então há a presença dos Potiguara no litoral paraibano e, mais notadamente, na Baía da Traição. Questionamos, pois, de que maneira se configuram os indígenas Potiguara atualmente na região da Baía da Traição.

É desse modo que, como fruto desse trabalho, buscamos desenvolver um fotolivro com o intuito de valorizar a cultura indígena Potiguara. Para isso, será analisada uma forma de compreender como o *design* gráfico pode contribuir para a elaboração do projeto por meio da metodologia de um glossário visual, entendendo o fotolivro enquanto um artefato visual. Desse modo, serão evidenciadas estratégias para dar visibilidade à etnia Potiguara, a partir da fotografia e do *design* editorial, buscando destacar a sua importância sociocultural para a sociedade contemporânea.

Descolonizando espaços e tecnologias

De acordo com Flusser (2002) a fotografia é uma extensão da visão. É através da imagem que pode ser representado e interpretado o mundo visível e onde os indivíduos se situam nesse mundo, através de diferentes pontos de vista. A imagem é capaz de materializar a dimensão mágica de percepção de mundo que não pode ser expressa através de palavras de forma tão rápida. Tal percepção se origina do processo de construção cultural, que a partir do surgimento da fotografia foi confrontada pela escrita linear.

A fotografia sempre se mostrou útil para as ciências exatas, como meio de comprovação científica. Para as ciências sociais, a principal contribuição da fotografia foi a reinserção da dimensão mágica dos fatos sociais históricos ao processo de produção de conhecimento em conjunto com o pensamento científico (FLUSSER, 2002). Segundo Guran (2012), assim como os cientistas, a sociedade em si percebeu na fotografia um modo diferente de conhecer coisas diferentes e terras distantes.

Desde a sua origem a fotografia se mostrou como um elemento social, visto que sempre esteve ligada a registros da humanidade, servindo de testemunho dos acontecimentos desta com o seu entorno. Portanto, durante muito tempo a fotografia vem sendo utilizada para registrar os mais variados acontecimentos, desde expedições e guerras até retratos de família (FREITAS; DE PAULA, 2008).

A fotografia documental é um dos ramos da fotografia que, ao contrário do jornalismo e da publicidade, se desenvolve a partir de registros culturais ou artísticos de determinados momentos, envolvendo, assim, um estudo prévio do tema a ser fotografado através de pesquisas auxiliares. Como possui função de documentar, possui função testemunhal de relatos da história. E, como documento, deve ser preservado como fonte de história, memória e cultura de um povo.

Até o advento da fotografia a humanidade só conhecia a imagem comprometida com a imaginação do artista, ainda que fosse cópia da realidade. O conteúdo desta imagem era necessariamente contaminado pelo seu autor, a quem se poderia atribuir erros e acertos, levando assim a uma credibilidade relativa do conteúdo apresentado. A fotografia, entretanto, reproduzia a realidade e, no seu processo de popularização, serviu primeiro para retratar as pessoas, tal qual elas eram, e o mundo em que todos viviam. (GURAN, 2012, p. 98)

De acordo com Tacca (2011), com o mundo digital já anunciado na atualidade é possível, ainda, a produção fotográfica endógena, ou seja, criada através das mãos dos próprios povos indígenas, que pode conduzir a práticas efetivas de identidade e, também, possibilita a visibilidade dessas etnias e culturas aos olhares distantes dos não-indígenas. É nessa direção que o campo do *design* editorial nos é válido enquanto acionador de um instrumental metodológico que se distancie de projetos de pesquisa

concebidos e executados com muito pouco conhecimento das pessoas que nelas participam - 'os pesquisados'. Os povos indígenas e outros grupos da sociedade têm sido retratados frequentemente como vítimas indefesas da pesquisa, às quais é atribuída uma variedade de déficits ou de problemas em quase tudo o que fazem. Anos de pesquisa frequentemente falham em melhorar as condições de vida das pessoas pesquisadas. (SMITH, 2018, p. 204)

A constituição do *design* como área de atuação profissional é própria da modernidade, não existindo antes da Revolução Industrial (GRUSZYNSKI, 2008). Por volta dos anos 80, à medida que a tecnologia, como os computadores e a *internet*, foi ficando popular no mundo, o *design* gráfico foi ganhando notoriedade e evoluiu junto às tecnologias. Tal fato num mundo sem computadores seria impossível (FETTER, 2011).

Atualmente, dentro do *design* existe o *design* gráfico, que possui o *design* editorial como uma de suas ramificações profissionais.

No *design* gráfico, o livro é o pioneiro em disseminação de informação, e o que era anteriormente chamado de tipógrafo, a pessoa que seleciona os materiais utilizados, bem como prepara, supervisiona projetos, imprime e dá os ajustes finais de um livro, hoje pode ser chamado *designer* editorial, que se trata do profissional de uma área específica do *design* gráfico, se dedicando à elaboração de projetos para publicações.

Ainda de acordo com Fetter (2011) o *designer* editorial deve possuir domínio sob várias áreas, habilidades e conhecimentos que envolvam ângulos “artístico culturais e técnicos”, portanto sua formação deve construir não só senso crítico, mas também fornecimento de conhecimento histórico e de ferramentas de trabalho, visto que este se relaciona com jornalistas, editores de texto, ilustradores, fotógrafos e infografistas, além dos setores direcionados à impressão e acabamento.

Segundo Zappaterra (2007) uma definição pertinente para *design* editorial seria “jornalismo visual”, visto suas alternativas envolvem entretenimento, informação, comunicação, educação e até a combinação de todos esses itens, diferente de outros ramos do *design*.

Fetter (2011) afirma também que para a criação de um livro o *designer* editorial deve manter critérios baseados no *briefing*, que se trata de um mapa mental com um conjunto de informações nas quais são estabelecidos o conceito, identidade, conteúdo e demais pretensões para que seja dado um direcionamento às decisões para elaborar o material informativo, no qual o *designer* estará apto para concretizar as ideias a partir do tamanho da folha, o *grid* a ser utilizado, a tipografia, as imagens, a paleta de cores e demais materiais necessários para ser realizada a publicação.

Em se tratando dos livros, Castedo (2016) o *designer* dá forma material ao texto de um autor através da utilização de elementos como tipografia, *grid*, cores e ilustrações. E todas essas escolhas vão ser baseadas no processo de impressão que será utilizado, em determinado tipo de papel e com acabamentos selecionados dentre os disponíveis no mercado. Por fim, todos os elementos devem ser pensados para que o público-alvo se sinta imerso ao passar as páginas do livro, para que este seja atrativo. Cabe ao *designer* propor expressão e personalidade ao material.

Para a realização da presente pesquisa foi utilizada a metodologia classificada por Marconi e Lakatos (2003) no qual caracteriza o estudo a ser desenvolvido, quanto à natureza, objetivos e instrumentalização.

No que diz respeito à natureza, o estudo classifica-se por ter fundamento qualitativo, uma vez que tratou diretamente com indivíduos e suas experiências para a elaboração de um livro de registros fotográficos a partir do cotidiano de algumas famílias indígenas da etnia Potiguara, não sendo capaz de mensurar dados.

Acerca dos seus objetivos, a pesquisa particulariza-se por ter especificidade exploratória, tendo em vista que foram realizados levantamentos bibliográficos, assim como desenvolvidas entrevistas com os indígenas Potiguara, com a finalidade de conhecer os aspectos socioculturais da etnia Potiguara e vivenciar o cotidiano de algumas famílias utilizando a fotografia como registro.

Quanto à instrumentalização, o trabalho possui um caráter bibliográfico e experimental, uma vez que foram realizados estudos com indígenas, sendo realizada observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

Todos esses procedimentos foram desenvolvidos com base na tipologia da pesquisa bibliográfica efetuada preliminarmente, auxiliando para alicerçar o estudo e para identificar estudos que já tenham sido elaborados de modo similar a essa pesquisa.

Com base na coleta de dados, foi empregado o procedimento de observação simples, que pode desencadear informações complementares à técnica da entrevista, tendo sido aplicada no presente estudo, particularizando-se de modo informal. Segundo Gil (2008), a técnica da observação simples é muito aplicada em pesquisas exploratórias, tendo em vista que se pode obter aquisição da forma mais abrangente aos dados.

A primeira aldeia visitada foi a aldeia do Forte, que é considerada a primeira aldeia das existentes, onde foi entrevistado um indígena habitante da região, o qual relatou um pouco sobre como se dá a sua relação com a arte, a cultura dos grafismos indígenas, os significados dos desenhos, bem como os costumes dos Potiguara e suas crenças.

A segunda aldeia visitada foi a do Alto do Tambá, onde pode ser vivenciado o cotidiano dos moradores da região, bem como o registro fotográfico durante o exercício das atividades de subsistência dos indígenas, como a pesca, caça e agricultura.

A terceira e última aldeia visitada foi a Lagoa do Mato, onde foram obtidas informações e imagens de uma cerimônia típica Potiguara, o Toré.

Para registro de imagens houve a participação das fotógrafas Paula Luana Moreira Cruz, Cláudia Dalla Nora dos Santos e Bruna Martins.

O presente trabalho tem perfil de observação, já que foi possível a vivência e a captura de imagens do cotidiano dos indígenas Potiguara, podendo demonstrar a realidade contemporânea do seu universo, num fomento para a visibilidade de sua história para a sociedade.

Fotolivro enquanto artefato visual

O presente projeto se intitula “Memórias dos Encantados” e se trata de um livro de fotografia documental que retrata o cotidiano dos povos Potiguara na Baía da Traição, trazendo em seu interior imagens de aldeias em ambiente litorâneo e rural, porém urbanizado, com indígenas dos quais muitos utilizam da agricultura, pesca e criação de ovinos e caprinos como meio de subsistência e ao mesmo tempo possuem em suas casas eletrodomésticos e automóveis.

O livro tem como principal objetivo dar visibilidade a esses povos diante da sociedade não-indígena, visto que a etnia Potiguara residente da Baía da Traição não possui, até o momento, publicação relatando em imagens a sua cultura. Foram utilizados alguns dos aspectos metodológicos propostos por Munari (2008) para a execução do presente projeto, visto que este possui uma metodologia flexível.

O procedimento do projeto, para o *designer*, não é fixo nem definitivo; pode ser ajustado caso ele identifique outros valores concretos que aprimorem o procedimento, isso diz respeito à inventividade do projetista, que pode encontrar algo que aperfeiçoe o procedimento. Assim, as diretrizes do procedimento não limitam a individualidade do designer; pelo contrário, encorajam-no a descobrir elementos que, eventualmente, possam ser proveitosos também para os outros (Munari, 2008).

Desta forma, o projeto buscou desenvolver um livro de fotografia documental, utilizando apenas imagens, a fim de demonstrar como se dá o cotidiano em aldeias da etnia Potiguara, na Baía da Traição permitindo uma maior visibilidade desses povos que,

por serem indígenas, vivem à margem da sociedade não-indígena e não possuem publicados, até a atualidade, registros como o proposto neste trabalho.

Figura 1 – Painel de apresentação da capa do projeto do livro “Memórias dos Encantados”



Fonte: Cruz, 2019.

Figura 2 – Apresentação da folha de rosto do projeto do livro “Memórias dos Encantados”



Fonte: Cruz, 2019.

Figura 3 – Um dos capítulos do projeto do livro “Memórias dos Encantados”, intitulado “O Toque”



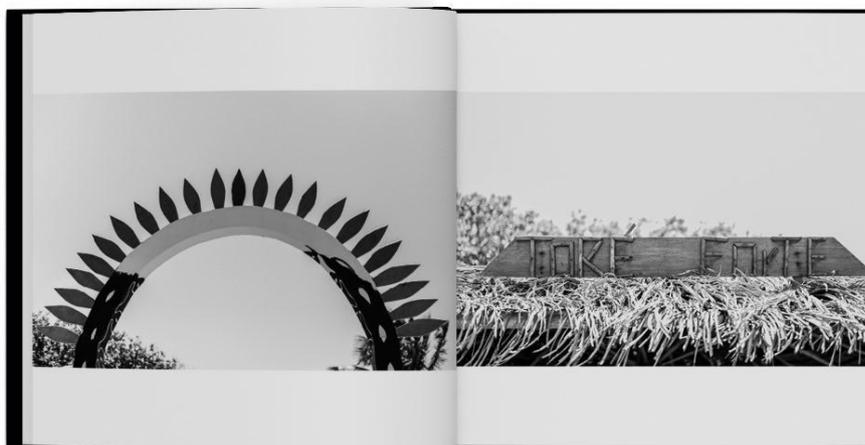
Fonte: Cruz, 2019.

Figura 4 – Apresentação da primeira página do miolo



Fonte: Cruz, 2019.

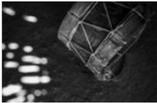
Figura 5 – Apresentação da segunda página do miolo



Fonte: Cruz, 2019.

Figura 6 – Glossário do projeto do livro “Memórias dos Encantados”

Glossário

	Trajes-Indígenas São para nós indígenas, nossa vestes de luta, nossas armaduras, fardas que permitem distinguir um povo indígena dos demais.	Maracá MARA= Guerra; CÁ= Instrumento MARA+CÁ= INSTRUMENTO DE GUERRA.	
	Bombo-É na batida do bombo, que invocamos a força da mãe natureza, cada batida é o pulsar do coração de um guerreiro em luta! (Iasypitã Potiguara) . Tambor de couro e madeira.	Cachimbo-O ato de defumação é uma característica presente nos rituais do toré, para que sejam expulsos todos os espíritos negativos, dando espaço aos nossos seres encantados.	
	Grafismo-Tanta força traz, num simples gesto de pintar, marcamos no nosso corpo, os mapas traçados no passado por nossos bravos guerreiros, que em luta nos repassaram tal ciência natural.* (Iasypitã Potiguara).	Toré-Ritual dançante, no qual realizamos momentos de festejos e lutos, reverenciando as forças ancestrais e encantadas da natureza.	

Fonte: Cruz, 2019.

Considerações finais

Poder participar do cotidiano da etnia Potiguara no município paraibano da Baía da Traição foi uma ação de enriquecimento pessoal. Retribuir a possibilidade das vivências dentro das aldeias, que foram de tamanha grandeza, com o primeiro livro de fotografia documental já editado sobre o povo dessa etnia e, assim, poder contribuir para o fomento à preservação da sua cultura é o mínimo de retorno que poderia ser entregue aos Potiguara.

O *design* editorial foi fundamental para atingir os resultados desse projeto, visto que foi a partir deste que as imagens foram trabalhadas, atribuindo ao produto uma nitidez e harmonia, sem que fosse necessária a atribuição de texto ao material. O projeto teve foco apenas nas fotografias com o intuito de elaborar um material apenas de fotografia documental sobre a etnia, pois ela já possui publicações que intercalam textos e imagens. Cada capítulo possui apenas uma palavra que serve de direcionamento ao leitor, o qual poderá interpretar livremente as imagens expostas.

Ao final, há um glossário visual no intuito de possibilitar uma montagem de imagens com as respectivas classificações acerca das imagens captadas das aldeias. A imagem atua, portanto, enquanto método e instrumento, o que permite um processo de abertura a saberes diversos e outras linguagens e poéticas de uma produção científica antropológica. É nesse sentido que uma ocupação das imagens pode dialogar com uma ocupação dos espaços da academia por saberes dos povos originários, fortalecendo circuitos de produção, difusão e circulação de saberes baseados em epistemes não eurocentradas.

Trabalhar com a fotografia documental sempre foi um sonho durante a trajetória acadêmica, que ao final do curso pode ser realizado, e com imensa representatividade. Dar visibilidade aos indígenas atribuí ao livro um caráter de importância sociocultural. Apesar de ter sido um processo trabalhoso, é prazeroso ver o produto deste projeto. Folheando o livro, pode ser vista nas entrelinhas, com notoriedade, a simplicidade em contraste com a nobreza que os povos da etnia Potiguara possuem em sua naturalidade, uma vez que as fotografias puderam captar cenas dos indígenas em plena espontaneidade.

Referências

CASTEDO, Raquel da Silva. **O design editorial na conformação do livro como dispositivo: um olhar a partir de Memórias Póstumas de Brás Cubas**. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CRUZ, Paula Luana Moreira. **Memórias dos Encantados: design editorial de livro de fotografia**. 2019. 51 f. Monografia (Graduação em Design Gráfico) – Instituto Federal de Educação da Paraíba, Cabedelo, 2019.

FETTER, Luiz Carlos. **Revistas, design editorial e retórica tipográfica: a experiência da Revista Trip (1986-2010)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta**. Ensaio para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FREITAS, Thiago; DE PAULA, Silas. O Fotodocumentarismo contemporâneo nas imagens de Sebastião Salgado. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31., 2008, Natal. **(Anais)** [...], Natal: Intercom, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/r3-0843-1.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

GURAN, Milton. **Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões**. Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, 2012. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia. **Design gráfico: do invisível ao ilegível**. São Paulo: Edições Rosari, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indígenas, 2016. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povosetnias.html>>. Acesso em: 10 set. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MUNARI, Bruno. **Das coisas nascem coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. **História, Ciências, Saúde**, v. 18, n. 1, p. 191-223, Rio de Janeiro, 2011.

ZAPPATERA, Yolanda. Art Direction + editorial design. USA: Abrahams Studio, 2007.

A transgressão da sexualidade e a identidade de gênero no contexto universitário: uma análise performática entre os corpos dissidentes da UERN campus Mossoró

The transgression of sexuality and gender identity in the university context: a performative analysis among dissident bodies at UERN campus Mossoró

La transgresión de la sexualidad y la identidad de género en el contexto universitario: un análisis performativo entre cuerpos disidentes en la UERN campus Mossoró

Salatiel Figueredo Vicente¹

Resumo

A partir dos pressupostos que entrelaçam a sexualidade até às distinções de gênero na perspectiva identitária, a comunidade LGBTQIA+ exerce um papel fundamental acerca do cenário político em específico nas representações do corpo. Ainda que perante o contexto acadêmico, a performance do corpo é inviabilizada pelos preceitos e preconceitos da sociedade cis normativa. Os dissidentes são direcionados à espaços que causam estranhamento e ao mesmo tempo aderem aos princípios de descontinuidade em torno de fatores físicos e biológicos. Para além desta análise, é proposto construções culturais, sociais e políticas que se materializam por meio de práticas performativas acerca da arqueologia do saber até a libertação dos desejos. A compreensão que se estabelece na dissidência, é direcionada perante a relação de espaço e tempo, do mesmo modo que especificam a própria sociabilização.

Palavras-chave: Dissidência; Identidades de gênero; Sexualidade; Queer.

Abstract

Based on the assumptions that intertwine sexuality with gender distinctions from an identity perspective, the LGBTQIA+ community plays a fundamental role in the political scenario, specifically in representations of the body. Even in the academic context, the performance of the body is made impossible by the precepts and prejudices of the normative cis society. Dissidents are directed to spaces that cause strangeness and at the same time adhere to the principles of discontinuity around physical and biological factors. In addition to this analysis, cultural, social and political constructions are proposed that materialize through performative practices regarding the archeology of knowledge until the liberation of desires. The understanding that is established in dissent is directed towards the relationship of space and time, in the same way that they specify socialization itself.

¹ Graduando em Ciências Sociais, atua como pesquisador no Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais (PETCIS), através dos estudos de Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: salatielfigueredo@alu.uern.br

Keywords: Dissent; Gender identities; Sexuality; Queer.

Resumen

A partir de los supuestos que entrelazan la sexualidad con las distinciones de género desde una perspectiva identitaria, la comunidad LGBTQIA+ juega un papel fundamental en el escenario político, específicamente en las representaciones del cuerpo. Incluso en el contexto académico, el desempeño del cuerpo se vuelve imposible por los preceptos y prejuicios de la sociedad cis normativa. Los disidentes son dirigidos a espacios que causan extrañeza y al mismo tiempo adhieren a los principios de discontinuidad en torno a factores físicos y biológicos. Además de este análisis, se proponen construcciones culturales, sociales y políticas que se materializan a través de prácticas performativas en torno a la arqueología del conocimiento hasta la liberación de los deseos. La comprensión que se establece en el disenso se dirige hacia la relación del espacio y el tiempo, del mismo modo que especifican la socialización misma.

Palabras-clave: Disidencia; Identidades de género; Sexualidad; Queer.

Introdução

Acerca do que é reproduzido através dos conceitos de sexualidade que foram contínuos durante o século XVII, o sexo é visto entre o alardo de repressões e de linguagens ocultas que são caracterizadas a partir das consequências históricas, econômicas e sociais. É repressivo quando se denota as questões de poder e dominação, que a posteriori, tendem a serem compreendidas a partir da modernidade por intermédio das noções de libertação e da ideia de progresso.

A modernidade burguesa do século XIX é detentora destes mecanismos de repressão entre o saber e o poder, em razão a qual direciona a sexualidade a um reduto categorizador da vida humana, ainda que, seus preceitos religiosos e a fixação taxinômica sejam ainda vigentes ao se revelarem acerca do que estejam entre o desejo e a descoberta da genitália. Entre o que é construído na perspectiva de gênero, ou o que se pode estabelecer numa origem do que é subjetivo, faz-se de instrumento investigador as engrenagens das ciências sociais; o que está dentro de si pode ser um tanto relativo quanto as possíveis identidades de gênero, da mesma forma que são estimuladas e geradas de virtude. Em todos os casos, coíbe a investigação dos próprios sujeitos, como também, possibilita os dispositivos da sexualidade até à vontade de saber.

No tocante intelecto das relações sociais, o termo *queer*² exerce uma sucessão das representações e interpretações as quais a performance do corpo, em conjunturas críticas e práticas, distingue-se o que teoricamente seja identificado como “corpos excêntricos” ou “corpos dissidentes”. O *queer* nesta perspectiva deixa de ser apenas reconhecido como um dos aspectos da homossexualidade, e, passa a performar uma cultura consistente numa política identitária – em tal modo – o termo assume um conjunto de significados entre o dissentimento com a cisnormatividade (SPARGO, 2017).

Perante o final do século XX, a teoria *queer* surge como uma abordagem que direciona tanto as subjetividades do sujeito quando a subversividade no que concerne a corporeidade como uma espécie de performance³, ou seja, os corpos não são atrelados as entidades estáticas, mas sim às construções culturais e sociais que se materializam por meio de práticas performativas (BUTLER, 2018). Nesse sentido, a noção de gênero se torna um ato repetitivo e ritualizado, que produz e reproduz papéis atribuídos aos indivíduos com base em suas identidades de gênero. Entretanto, é imprescindível as possibilidades que são apresentadas acerca dos próprios sujeitos a partir da explanação e contemplação de ser e estar tornando viáveis as vontades e os próprios desejos.

A literatura propõe a perspectiva de desnaturalização de séculos antecessores, dado que, deixa de ser estruturada apenas pelo sexo biológico e transpassa a compreender e incluir esses discursos perante a contemporaneidade. Em todos os casos, ou em boa parte deles, a representatividade é atrelada às políticas que pontuam a atuação de pessoas trans, travestis e não-binárias à um aspecto performativo na universidade – numa multiplicidade de reavaliar as relações de poder e desejo diante essa narrativa – uma vez que, ocupam estes espaços e ao mesmo tempo causam uma tensão quando não apresentam uma “verdade ilusória” da qual se pendura a cisnormatividade. Como estes corpos estão sendo vistos no ambiente institucional? Por que a partir deles é causado estranhamento? E por que não são vistos como parâmetro de beleza?

A questão presume a tal modo, relacionar estes corpos a uma performance que sejam visualizados, cobiçados, atraentes, e livres de amarras que relacionam o espaço

² Termo característico que se atribui aos significados ‘estranho’, ‘peculiar’ e ‘esquisito’. Não assume as ideias convencionais em relação a sexualidade e gênero, nem tão pouco a uma ordem heterossexual.

³ Conceito que desafia as concepções binárias de gênero e sexualidade. Implica em reconhecer as identidades de gênero não fixas, mas sim, aquilo que o sujeito constrói e contesta socialmente.

acadêmico à uma ordem social tal qual passível à heteronormatividade. Porém, a transferência do que antes era inviabilizado por meio de uma ética moral, hoje a sexualidade e as questões de identidades de gênero são pensadas acerca de uma subversividade como instrumento cognitivo capaz de desmitificar a herança moderna das sociedades deturpadas pelo próprio CISTema.

O objetivo em questão é fundante na delimitação entre as percepções em torno das identidades, pois, é inteligível deixar em evidência a diversidade entre as mesmas que se apresentam, ainda que as possibilidades sejam múltáveis e fluídas. A teoria *queer* de subjetividades facilita os mecanismos fazendo do discurso para a interpretação dos sujeitos sem uma ordem hierárquica e categórica. Toda via, pode-se destacar algumas identidades como cisgênero, transgênero e não-binário. Para as identidades transexuais, travestis e não-binários é existente um espectro que propõe análise acerca da performance de gênero, estas mesmas servirão para a discussão dos seguintes tópicos.

A literatura *queer* na ótica de Judith Butler

O que emerge como espaço vital acerca da literatura *queer* é propriamente a expressão e compreensão dos sujeitos que performam mediante os papéis sociais, culturais e políticos, sendo estes não fixos. Com o alcance contextual da teoria, ela não apenas documenta e analisa as experiências desses sujeitos, mas também desafia as normas predominantes oferecendo e negociando novas formas de pensar e representar identidades de gênero e sexualidade (BUTLER, 2018).

Através desta ótica, o que era fixo e controlado perante as tecnologias de gênero e ordem do poder, automaticamente é desnaturalizado à uma idealização dualista que se tinha entre sexo e gênero – construção que determinava características biológicas às identidades de gênero e os papéis sociais atribuídos. A desnaturalização tenciona, também, a dicotomia entre natureza e cultura, argumentando que mesmo o sexo biológico é interpretado e entendido através de lentes sociais e culturais, e que o gênero não é uma simples consequência do sexo biológico, mas sim, uma construção e negociação complexa que pode ser vista numa multiplicidade em interações com normas culturais e estruturas de poder.

Ao relacionar a performance dissidente, pode-se compreender como a subversão das normas (cis) de gênero e sexualidade se dá por meio de práticas performativas que precisamente desestabilizam as concepções tradicionais formuladas diante epistemologias antecessores. É por essa questão que o termo dissidente, portanto, se associa como um ato de resistência, subversão e re (configuração) a partir do momento em que se apresenta não relacional a um dualismo engendrado as oposições binárias (homem-mulher). O desafio enquanto discurso e prática, apoiam-se de acordo com as fronteiras e limites impostos às identidades de gênero e sexualidade, abrindo espaço para novas possibilidades de expressão e vivência da corporeidade.

Dissidência e o caráter subversivo

Trazendo à tona a perspectiva dos corpos dissidentes ou até mesmo entendidos como corpos excêntricos, consecutivamente, pode-se empreitar como são aflorados os agentes de transformação e resistência dentro dos movimentos sociais, transferindo consigo um caráter subversivo que desafia as normas e hierarquias impostas pela sociedade. É com o surgimento da teoria *queer* que esses corpos são entendidos, construídos e desnaturalizados como espaços de contestação e reinvenção das identidades de gênero e sexualidade, rompendo desta forma com categorias tradicionais e binárias a partir do feito ocupando o social.

O caráter subversivo dos corpos dissidentes reside na sua capacidade de questionar e desestabilizar as normas dominantes, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Ao recusarem-se a se adequar aos padrões estabelecidos, esses corpos desafiam as estruturas de poder que tentam impor uma única narrativa sobre o que é aceitável ou legítimo em termos de identidades, expressão e saber. É importante ressaltar que a subversão dos corpos dissidentes não se limita apenas à esfera pessoal, mas que se estende também aos espaços institucionais e políticos por intermédio de performances e manifestações públicas fazendo o uso da linguagem, ainda que as ideias de “abjeção” ou “fora do lugar” são removidas no ingresso da literatura *queer* (DÍAZ-BENÍTEZ; FÍGARI, 2009).

A reivindicação à visibilidade e reconhecimento, demandando uma reconfiguração das estruturas sociais e legais que perpetuam a marginalização e a discriminação. No que

se percebe essas discussões sociológicas, o caráter retórico aciona-se ao que relativamente era importuno aos prazeres dissidentes; à vontade de saber, a utilização dos prazeres, desejos, erotismo, e até o próprio sexo. Em todos os casos, até aqui, sabe-se das problemáticas que silenciaram e ainda silenciam a sexualidade, como também, em outro lado, surge o intelecto do pensamento foucaultiano que desmembra essas definições do sexo e as conceitualizam às relações de interesses.

Com o arcabouço conceitual proposto a partir da concepção dos prazeres dissidentes, é que se torna possível a compreensão e valorização à uma multiplicidade de experiências e vivências que os corpos dissidentes representam. Entretanto, é desafiada a ideia de uma verdade única e imutável sobre gênero e sexualidade, das quais, o *queerling*⁴ é acionado e interpelado pelo reconhecimento de que essas categorias são fluidas, mutáveis e construídas por meio do discurso congênere a comunidade *queer*. É entendido até então que a subversão é uma ação do sujeito perante a alguma forma de exuberância, ou seja, os corpos dissidentes afirmam sua agência e autonomia, rejeitando qualquer tentativa de aproximação a cisnormatividade ou ideia de controle das subjetividades.

A outra associação de repugnância refere-se ao animal no humano, ainda que não desligado do abandono do estado de natureza, aquela natureza que devemos esquecer sob o preço da civilização. A animalidade repugna e esteticamente atribui beleza, pois quando mais perto de um animal se esteja, mais feios seremos e menos saberemos a que podemos nos ater. Quanto mais disforme for uma imagem em relação ao cânone de beleza masculina ou feminina, mais a identificação se fará em termos animais. E ainda, entre a animalidade e a deformidade surge o monstruoso. A monstruosidade impacta em face do outro não-natural, quase animal e absolutamente disforme. (DÍAZ-BENÍTEZ; FÍGARI, pg. 23, 2009).

Transexualidades e subjetividades

Percebe-se que desde o percurso teórico acerca de um pensamento crítico, ou até mesmo, desmistificado pela teoria *queer*, o reforço que se tem na (re) construção em função das identidades de gênero, é algo avançado pelo caráter que se acionado pela subversividade e subjetividade atrelada a concepção de performatividade de gênero. A identidade transexual, dispõe o fator predominante que enfatiza a performatividade de gênero, ou seja, a ideia de que o gênero não é inato, mas sim uma série de atos repetidos que constroem e mantêm as categorias de gênero. No contexto das transexualidades, isso

⁴ Denota a prática de desafiar as normas de gênero e sexualidade de uma forma mais sutil ou pessoal, como uma expressão individual de identidade e orientação *queer*.

pode ser visto como uma exploração das maneiras pelas quais as pessoas trans desafiam e redefinem as normas de gênero por meio de suas próprias expressões e identidades. Ainda que a ordem não se associa a uma ideia de progresso universal conjecturado, mas sim a uma ordem que se negocia intrinsecamente para cada tipo de sujeito.

As negociações de identidades oferecem uma lente para examinar como as identidades transexuais podem ser visualizadas em diferentes contextos sociais, culturais e políticos. Isso envolve não apenas a maneira como os indivíduos trans se identificam, mas também como suas identidades são percebidas e contestadas pela sociedade em geral. É crucial nesta análise a discussão sobre corpos dissidentes e subversões das normas de gênero a partir das instâncias ampliadas para incluir as experiências e as até mesmo as vozes das pessoas transexuais. Ainda que, implica reconhecer como os corpos são frequentemente considerados como fora das normas binárias de gênero e como esses corpos desafiam ativamente as concepções tradicionais de identidade e sexualidade.

Dentro do contexto das transexualidades, considera-se agências e autonomias em relação à sua própria identidade e expressão de gênero. Isso implica reconhecer a capacidade das pessoas trans de afirmar sua identidade de maneiras diversas, e desafia as expectativas sociais impostas sobre elas. Justamente, porque divergem das concepções físicas e biológicas determinadas ainda pela “construção” do sexo. Detona-se, assim, então, que pessoas trans femininas e masculinas estão dentro de espectro subjetivo e performático. É fundamental também descrever a interseccionalidade, que examina as interações entre diferentes formas de opressão e discriminação, pois é relevante para entender as experiências pessoais. Isso inclui considerar como raça, classe, orientação sexual e outras identidades fazem parte deste processo de integração social a partir de experiências individuais e coletivas.

Identidade travesti

Descrevendo a literatura travesti e transferindo para um recorte predominantemente dissidentes, e de origem latino-americano, o termo em si, assim dito: travesti, é pensado como terceiro ou quarto gênero, justamente pela quebra de paradigma direcionado sob uma ordem binária de sociedade. Através de pressupostos que ressoam a

sociedade, ainda que estruturados numa concepção cisnormativa, a travesti passa “despercebida” no que concerne as múltiplas identidades de gênero.

Em tal caso, cabe a análise de epistemologias que anteriormente direcionavam uma patologia ao corpo travesti, e conseqüentemente, incorporava sob entranhas ao substantivo masculino. Hoje essa idealização ainda persiste, porém é desnaturalizado acerca do conceito de trans-epistemologia e concomitante a teoria *queer*. A partir desses tensionamentos é que se pode pensar em possibilidades de mudanças, do mesmo tempo, manifesta-se perante a identidade travesti uma validação do seu próprio corpo, ou seja, a mesma que transita entre espaços, é a mesma que reivindica seus direitos resistindo a um imaginário transfóbico. O que constitui (ser/estar) travesti é justamente a voz que se denomina pertencente ao gênero feminino, que rompe com o binarismo ao longo do tempo, mas que não se associa nem ao homem, nem tão pouco a mulher, dentre algumas se descrevem como “trava feminina”.

A partir dos estudos de gênero e sexualidade, é onde fica visível e possível um modo de pensar como estes corpos estão sendo vistos. Trazendo à tona o conceito de corpos ciborgues – aquele evidenciado a partir de marcadores – é o mesmo entendido a partir do exótico que foge de uma centralidade binária, ainda que vigiados pela sociedade e descrito pela mesma, apresenta-se e dialoga a partir de um entendimento de si que possibilita a adaptação e o pertencimento em lugares para outras trans e travestis (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020). A inserção da literatura nos ambientes acadêmicos tem obtido um crescimento satisfatório, porém não apenas acerca do letramento do que é “ser travesti”, mas sim a inserção da travesti em universidades com intuito de reforçar reflexões a respeito da exclusão e invisibilidade social que se faz presente.

A marginalização num contexto de direção as margens; direciona a travesti numa espécie de rede criminalização e demonização por meio de preceitos religiosos e morais – pois, são as mesmas que interferem nesses processos de aniquilação e de morte em que são direcionadas todos os dias. Entretanto, é mediante a inserção de políticas públicas (das quais as mesmas lideram), é que se pode ter a decência de um futuro em que a travesti não só ocupe as ruas, mas também universidades e dentre outros espaços que são de direito enquanto pertencentes a sociedade civil, justamente com a perspectiva de enfrentamento ao sistema. A política que direciona estes corpos dissidentes, é a mesma

pensada dentre de um espaço-tempo, ainda que apresentada no construto imaginário, as inserem de forma arbitrária como desviantes (não pertencentes), pois, as performances as quais são apresentadas causam o que se pode denominar por estranhamento mediante a concepção natural que perpassa o pensamento e comportamento cisnormativo.

Identidade não-binária

Numa proposta a qual se dispõe descrever a corporeidade e performance dissidentes, a abordagem da identidade não-binária é crucial para compreender a diversidade e fluidez das experiências de gênero e sexualidade. Esta identidade de gênero refere-se a uma concepção a qual não se encaixa nas categorias tradicionais de homem e mulher, sendo mais preciso, pessoas não-binárias podem se identificar com um gênero que está além da dicotomia binária, como também, podem não se identificar com nenhum gênero específico.

É determinado para esta a ideia de desconstrução de que o gênero não é estático, não fixo, mas sim fluído e desprendido para estabelecer mudança ao longo do tempo. Pessoas não-binárias podem experimentar essa fluidez de maneiras diferentes, podendo se identificar com diferentes gêneros em momentos diferentes ou sentir que seu gênero não pode ser definido de forma inerte. A expressão dessa identidade concerne à diversas e únicas que desafiam as expectativas sociais de gênero. Ainda que múltiplas, são presentes dentro do espectro não-binário, como por exemplo: a) agênero (ausência de gênero); b) andrógeno/andrógino/andrógine (mistura dos gêneros masculino e feminino); c) gênero fluído (caracterizado pela mudança periódica entre gêneros); d) mulher não-binária/não-binária (aproxima-se do gênero feminino, por alguma razão); e) homem não-binário/não-binário (aproxima-se do gênero masculino, por alguma razão); f) neutrois (não se identifica com o gênero masculino, nem feminino, nem a mistura dos dois); g) demigênero (identifica-se apenas parcialmente com determinado gênero); h) transfeminina/transfeminine (é quem, ao nascer, foi atribuído o gênero masculino, mas se identifica com o gênero feminino); i) transmasculino/transmasculine (é quem, ao nascer, foi atribuído o gênero feminino, mas se identifica com o gênero masculino); j) xenogênero

(abrange várias pessoas que se identificam com gêneros definidos como uma associação com seres, sentimentos e fenômenos).

A identidade não-binária desafia as normas de gênero, desta forma, se questiona a ideia de que há possibilidades de performances para além de duas determinações de gênero. Assim sendo, contribui para uma maior conscientização e aceitação da diversidade de identidades de gênero até mesmo dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+. No discurso que entrelaça a identidade não-binária dentro do contexto de corporeidade e performance dissidentes, é essencial considerar como as pessoas não-binárias desafiam e re (definem) as normas de gênero através de suas expressões corporais e performances, uso de linguagem e criação de políticas e práticas acerca da compreensão mais ampla e inclusiva da diversidade de experiências de gênero e sexualidade.

O conceito de *camp* na ótica de Tamsin Spargo

Entre as subjetividades do corpo que se atrelam ao comportamento configurativo, o *camp*⁵ se mantém a uma cultura que anteriormente era associada a homossexualidade, ainda que, recorrente de uma história e – concomitante a uma mesma ideia – que é delimitada no que se pode descrever como estética extravagante que se interliga à personalidade ou performance corpórea. Na literatura em questão, o *camp* é expressado no tocante momento de ascensão da era vitoriana, em primeira instância, as manifestações artísticas como *drag queen* movimentavam essa representatividade mesmo que no decorrer do século XIX, período ao qual, os processos de repressões e amarras sociais eram vigentes entre os dispositivos da sexualidade e a excentricidade.

O corpo excêntrico então é visto perante um momento histórico do qual o pensamento moralizante era detentor de mecanismos repressivos. Portanto, eis que, surge a necessidade de subversão através daquilo que é perceptivo acerca das manifestações artísticas. Mediante essa passagem pós-secular, é existente o que é definido como *high camp*, ou seja, corresponde a um tipo de sensibilidade que neste caso assume e decorre da aproximação dependente de um público à uma espécie de recepção e interpretação

⁵ Termo de origem francesa *se camper*, cujo significado é referente a exagero e de atitude portada de extravagância.

daquilo que anteriormente era visto como *kitsch* (não belo), ou não dito em maior parte do tempo. O *camp* presume incorporar um atributo de humor totalmente característico ao *drag queen* ou cinematográfico, é nessa percepção que o corpo se interliga na intenção de subverter valores no tocante momento de suspensão entre os gêneros dramaturgicos. Entretanto, é nesta mesma intenção que a originalidade é introduzida recorrendo ao conceito de paródia.

Embora a interpretação equivocada de performatividade – ou seja, a de que podemos escolher de que gênero somos – esteja completamente em desacordo com as compreensões foucaultiana e queer de subjetividade, a ideia de que alguns estilos hiperbólicos de performance de gênero podem ser subversivos tem sido acertadamente relacionada ao *camp*.” (SPARGO, 2017).

Considerações metodológicas

A metodologia utilizada se dispõe de organizar a pesquisa através da observação participante e coleta de dados. É fundamental o questionamento de aspectos sociológicos e antropológicos que preocupam as ciências sociais no exercício do trabalho de campo. A pesquisa qualitativa foi construída em cima de uma entrevista participativa realizada com um aluno da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Campus Mossoró. Para tais questões, acerca das problemáticas, foram desenvolvidas duas perguntas referentes ao recorte: “uma análise performática entre os corpos dissidentes no ambiente acadêmico”.

Pergunta 1: Como você se sente no ambiente acadêmico sabendo que ele é detentor de parâmetros que exigem uma normatividade?

Pergunta 2: Para você, como é lidar com o estranhamento acerca da performance não padrão (*queer*)?

A análise do discurso entre os sujeitos tem a intenção de tencionar a instituição na problemática de conscientizar em torno do comportamento, tratamento e respeito na utilização dos espaços. O levantamento de dados vai investigar a que ponto este corpo dissidente é inviabilizado no caráter performático entre as relações de alunos, professores e público universitário.

Resultados e discussão

Por intermédio da entrevista, Eduardo de 28 anos e do curso de língua portuguesa da UERN Campus Mossoró, descreveu o enfrentamento acerca das perguntas que foram direcionadas. O processo que desmonta o pensamento cisnormativo foi essencial para a discrição da sua performance em diversos espaços acadêmicos, seja de constrangimento à pertencimento. A dialética entre entrevistado e entrevistador dispõe da observação participante através de elementos socioantropológicos.

- Como você se sente no ambiente acadêmico sabendo que ele é detentor de parâmetros que exigem uma normatividade?

Complicado. É (...), eu acho que assim, é (...), a academia pelo menos a UERN, o espaço físico UERN, ele tem abertura pra promover diferentes ambientes. Então, essa pergunta ela meio que se divide, pra mim. Porque assim, dentro de sala de aula por exemplo, eu sinto uma certa pressão de que você tem que se portar de um jeito pra atingir uma expectativa e o ambiente de sala de aula enquanto espaço físico, ele tem um formato/molde muito... intimidador. Então, quando você entra na sala de aula, ou se você chega depois de todo mundo, por exemplo, os olhares se voltam pra você, a porta, é, no mesmo nivelamento de onde o professor se posiciona, ele está à frente da turma, quando você entra, você é observado, você é o foco. Então, momentos como esse exigem de uma pessoa que não apresenta uma estética dentro da normatividade um preparo psicológico até diferente. Hoje em dia eu me porto, não, melhor dizendo, não me porto, mas eu me visto, eu me apresento esteticamente mais dentro da normatividade do que em outros momentos. Então, e eu já entendo por diversas experiências que eu vivi, inclusive, dentro da universidade, que eu tenho a passibilidade maior do que muitas pessoas, isso já me faz assumir um lugar de mais conforto, do que por exemplo assim que eu entrei na universidade. Então, pra quem acaba de chegar, e, está começando um processo de mudança e que desvia do padrão normativo, é um ambiente muito intimidador esses espaços mais acadêmicos formais, tipo a sala de aula. Mas nos outros ambientes da universidade, eu sinto o contrário. Eu sinto que sai desse momento de intimidação e de que você se sente avaliado, pra um momento de você conseguir se comunicar com quem está ao redor a partir do que você expressa. E expressa, enquanto, como você se veste, ou

expressa enquanto como você gesticula, quando você fala... múltiplos aspectos... são abertos ao acolhimento.

- Para você, como é lidar com o estranhamento acerca da performance não padrão (*queer*)?

Essa é uma pergunta muito interessante porque o estranhamento na minha vivência dentro da universidade ele aconteceu de uma forma inusitada. É (...), eu sou, faço parte de um grupo de pesquisa em análise do discurso da linha francesa, que é o GDUERN. E o meu orientador, a gente trabalhava justamente com gênero e sexualidade. E estávamos fazendo a pesquisa dentro da observação, da expressão das pessoas trans na mídia. E aí estudando conceitos de *queer*, de heteronormatividade, e tal, eu achava que eu era uma pessoa que expressava uma (*falou sorrindo*), que tinha uma expressão muito não-padrão de gênero. Eu achava que as pessoas me olhavam com estranhamento e que eu não tinha passibilidade, mas estudando essas coisas e fazendo alguns questionamentos com o meu professor, eu descobri que não, que eu tinha muita passibilidade e isso foi um choque pra mim porque eu fiquei assim, gente: eu tô me esforçando tanto e tá dando errado? (*falou sorrindo*). Que eu tinha muita passibilidade, que eu me expressava muito dentro do masculino, que não era nada daquilo que eu tava achando, porquê e aí isso é interessante... por que que eu achava que tudo era tão perceptível? Porque eu sei que eu sou um corpo, é... não-padrão, eu sei que eu sou um corpo trans. Por saber disso, eu achava que era muito perceptível pra todo mundo. E aí quando descubro que não é, que a forma como eu sou lido e enxergado socialmente é totalmente binária e dentro de uma normatividade, eu fiquei chocada, eu fiquei arrasada, eu fiquei assim, gente, mas como assim? Aí eu entendi, é porque quando a gente sabe disso, quando a gente tem essa informação, a gente acha que é tudo muito perceptível, e acha que tudo tá sendo... muito... assim, é meio como se você tivesse dentro de uma bolha, né? Você sabe que você é trans, então, você começa a achar que todo mundo também sabe e que todo mundo consegue notar. É, então eu fiquei chocada, foi uma experiência bem... Aí eu comecei a observar, assim, justamente os pontos que eu gostaria de expressar, porque que eu não estava expressando aquilo, e como eu faria a partir daí. Por exemplo, maquiagem. Eu gosto muito de maquiagem, só que eu senti uma pressão social pra não usar maquiagem rotineiramente

por causa da forma como eu estava sendo lido a partir de então, a partir das minhas mudanças. E aquilo foi, aquilo é foi... mexendo comigo de uma forma tão inconsciente que mesmo quando eu sentia vontade de usar eu só não fazia e não pensava porquê. O que me fez começar a observar isso foi tanto o estudo dentro de gênero e sexualidade, mas principalmente a dança. Porque quando eu comecei a dançar, que a gente começa a se apresentar em espetáculos e tal, outras coisas são exigidas de você enquanto sujeito, você está num espaço artístico, você vai ter contato com maquiagem, com tipo de roupas que você não costuma usar, e isso vai te colando em posições e vai te dando liberdade e incômodos que você não costuma sentir. Aí eu comecei a me questionar sobre muita coisa, inclusive, usar maquiagem, sabe? E a partir disso comecei a ter mais liberdade pra me posicionar, e me expressar nessas instâncias ou não, a depender do que eu queira comunicar, a depender do espaço que eu esteja entrando, se aquilo seria pertinente naquele momento, se não seria, sabe? Se aquilo vai me deixar desconfortável ou não. Porque eu acho que, o último ponto que a gente deve pensar é o desconforto alheio, no desconforto que eu vou causar nos outros naquele lugar. Primeiro eu tenho que pensar no desconforto que vai ser pra mim. Porque quem vai lidar com essa barra vai ser eu... apesar que a gente tem ensinado a fazer o contrário, mas quando você toma essas perspectivas, porque isso também me ensinou sobre segurança. Se eu estou disposto naquele momento à performar algo não-tradicional, não-padrão naquele ambiente sabendo dos impactos que podem gerar, e se eu tô preparado físico e emocionalmente pra lidar com aquilo. Uma coisa que tem relação com isso e que me causa incômodo, mas que hoje eu já consigo compreender melhor, é a questão do que é entendido como performance masculino dentro da sociedade. Isso me incomoda muito e isso faz com que eu não me sinta dentro do gênero masculino, só que eu sou lido dentro do gênero masculino. Eu sou muito facilmente lido dentro do gênero. Isso me deixou muito confuso por muito tempo. *Como você se identifica na questão de identidade de gênero?* Socialmente eu me identifico no masculino porque é mais fácil. Na minha subjetividade eu não sou... É tipo, eu não acho que seja não-binarismo, eu só acho que gênero é uma coisa que não existe, tá ligado? (*falou sorrindo*). Pode ser um gênero muito fluído. **Arquivo de áudio AAC (12min59s).**

No final da entrevista assim que o gravador foi desligado, Eduardo contou um caso vivido durante um evento acadêmico na cidade de Salvador. Ele descreveu sobre um

constrangimento por estar na fila de um banheiro da qual era destinado para pessoas trans e travestis, entretanto, a sua passibilidade relacional ao gênero masculino, causou desconforto em uma travesti que também estava na fila (ela estava um pouco atrás de Eduardo). Segundo ele, a travesti começou a reclamar por ele estar no ambiente utilizando do mesmo direito que ela. Para Eduardo, mediante o constrangimento, não sentiu a necessidade de se reafirmar enquanto pessoa trans quando foi imputado pela travesti.

Perante a passibilidade é existente os mecanismos que direcionam pessoas trans à aspectos linkados a estética padrão-normativa, ou seja, está questão acontece até mesmo para algumas outras performances que envolvem o corpo excêntrico. A ausência de letramento do próprio espaço/comunidade causa desconforto com o tão famigerado discurso “julgando pela capa”, ou melhor dizendo, julgando pelo estereótipo apresentado.

Considerações finais

Conclui-se que a corporeidade na perspectiva da teoria *queer* e a performance dissidente destaca a importância de desnaturalizar as concepções tradicionais de gênero e sexualidade, reconhecendo a fluidez e a diversidade das identidades humanas. Através da análise tomada como base de teorias de autores como Judith Butler, Tamsin Spargo e Michel Foucault, bem como da compreensão das experiências de corpos dissidentes, transexuais, travestis e não-binários, o artigo oferece uma visão complexa e inclusiva das subjetividades humanas. No contexto contemporâneo, a teoria *queer* emerge como uma abordagem que desafia as normas e categorias binárias que historicamente têm moldado as percepções de gênero e sexualidade. É proposto uma compreensão mais fluída e contingente das identidades, destacando a performance como um ato político de resistência e subversão. Através da performance dissidente, os corpos desafiam as estruturas de poder e questionam as narrativas dominantes sobre o que é aceitável ou legítimo em termos de identidade e expressão.

A análise das identidades transexuais, travestis e não-binárias revela a complexidade das experiências de gênero e a necessidade de reconhecer e validar a multiplicidade de formas de ser e estar no mundo. A marginalização e a discriminação

enfrentadas por esses corpos dissidentes ressaltam a importância de políticas públicas inclusivas e do reconhecimento das vozes e experiências dessas comunidades.

Para a abordagem do *camp* na ótica de Tamsin Spargo, é descrita uma perspectiva histórica sobre a estética extravagante e a subversão das normas de gênero através da performance artística. Essa estética desafia as convenções sociais e questiona as noções de beleza e normalidade, destacando a importância da originalidade e da paródia como formas de resistência cultural. Em (des) construções finais, o artigo aponta para a necessidade de uma interpretação mais inclusiva e sensível às diversidades de gênero e sexualidade, reconhecendo a importância da performance dissidente como uma forma de afirmar a agência e a autonomia dos corpos marginalizados, como também a este caráter, é imprescindível a desconstrução das normas binárias de gênero e a valorização das identidades dissidentes como passos essenciais acerca da sociedade.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução Renato Aguiar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: Ágape e êxtase: orientações pós-seculares.** Tradução de Heci Regina Candiani; posfácio Richard Miskolci. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs). **Prazeres dissidentes: Coleção sexualidade, gênero e sociedade.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

WEEKS, Jeffrey. **O Corpo e a Sexualidade.** In: LOURO, G. L. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 35-83

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo.** In: LOURO, G. L. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 151-172.

YORK, Sara Wagner/GONÇALVES JUNIOR, Sara Wagner Pimenta; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. **“Manifestações textuais (insubmissas) travesti”**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75614, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/D5Mthwz5BK'TkhX8jTwGjJbd/abstract/?lang=pt>

Antropologia da morte e metodologia: Uma etnografia hospitalar no hospital Napoleão Laureano

Anthropology of death and methodology: A hospital ethnography at Napoleão Laureano hospital

Weverson Bezerra Silva¹

Resumo

Neste estudo, abordarei as metodologias empregadas na pesquisa para minha dissertação intitulada "Trabalhar com a morte é não parar de pensar nela": um estudo antropológico sobre as práticas dos profissionais de saúde do Hospital Napoleão Laureano com os pacientes com câncer em cuidados paliativos (SILVA, 2021). O Hospital Napoleão Laureano (HNL) é uma referência no tratamento de câncer na Paraíba. A pesquisa é qualitativa e baseada na observação participante, sob a perspectiva da etnografia hospitalar. Este trabalho tem como objetivo descrever os desafios enfrentados no campo e as questões éticas que permearam a investigação, contribuindo para o entendimento dos obstáculos na construção da dissertação. Por fim, descrevo os eventos que facilitaram minha inserção no hospital, apresento os processos da pesquisa e os agentes sociais investigados.

Palavras-chave: antropologia da morte; cuidados paliativos; saúde; hospital; metodologia.

Abstract

This study delves into the methodologies utilized in the research for my dissertation titled "Engaging with Death: A Continuous Reflection": an anthropological examination of the practices of healthcare professionals at Napoleão Laureano Hospital concerning cancer patients receiving palliative care (SILVA, 2021). Napoleão Laureano Hospital (NLH) stands as a cornerstone in cancer treatment within Paraíba. Employing qualitative methods and adopting a participant observation approach grounded in hospital ethnography, this research aims to elucidate the challenges encountered in the field and the ethical dilemmas inherent in the investigation, thus enriching the comprehension of the hurdles encountered in dissertation construction. Finally, I outline the events facilitating my integration into the hospital milieu, delineate the research procedures, and identify the social actors under scrutiny.

Keywords: anthropology of death; palliative care; health; hospital; methodology.

Resumen

Este estudio aborda las metodologías empleadas en la investigación para mi disertación titulada "Trabajar con la muerte es no dejar de pensar en ella": un estudio antropológico sobre las

¹ Doutorando e Mestre em Antropologia (PPGA/UFPB); licenciado e Bacharel em Ciências Sociais, ambos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Tanatologia: sobre a morte e o morrer, Cuidados Paliativos e Antropologia Forense (Educaminas). Membro do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC), Grupo de Estudos em Antropologia da Morte (GEAM) e da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). E-mail: weveronsilbez@gmail.com

práticas de los profesionales de la salud del Hospital Napoleão Laureano con pacientes con cáncer en cuidados paliativos (SILVA, 2021). El Hospital Napoleão Laureano (HNL) es una referencia en el tratamiento del cáncer en Paraíba. La investigación es cualitativa y se basa en la observación participante, desde la perspectiva de la etnografía hospitalaria. Este trabajo tiene como objetivo describir los desafíos enfrentados en el campo y los problemas éticos que impregnaron la investigación, contribuyendo a la comprensión de los obstáculos en la construcción de la disertación. Por último, describo los eventos que facilitaron mi inserción en el hospital, presento los procesos de investigación y los agentes sociales investigados.

Palabras clave: antropología de la muerte; cuidados paliativos; salud; hospital; metodología.

Introdução

Nesse trabalho, discorrerei sobre as abordagens metodológicas que foram seguidas na realização da pesquisa no espaço hospitalar, os desafios no campo e as questões éticas que permearam a investigação. Neste momento o artigo colabora no entendimento sobre os desafios que percorri na construção na dissertação no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPB). Sigo, assim, as diretrizes de Gerald Berreman (1975), entre outros autores que destacam a importância de descrever as dificuldades encontradas pelo pesquisador no momento de sua inserção no âmbito da pesquisa como uma forma de permitir situar o contexto e as possibilidades de realização de cada estudo etnográfico. Para finalizar esse capítulo, descrevo os acontecimentos que permitiram a minha aproximação com o hospital, apresento os processos da pesquisa e os agentes sociais pesquisados.

A Antropologia da Morte é um campo de estudo multifacetado que se debruça sobre as complexidades culturais, sociais e psicológicas que permeiam o fenômeno social da morte, dos mortos e o morrer (ÀRIES, 1982/1981; ELIAS, 2001; FOUCAULT, 1979; KOURY, 2003/2010; MARTINS, 1983; NEVES, 1998; MENEZES; 2003/2004). Por meio de uma abordagem metodológica etnográfica, este campo busca descrever a entrega do pesquisador no ambiente hospitalar. No entanto, apesar de seu amplo escopo de investigação metodológica, ainda há lacunas significativas na compreensão das dinâmicas que regem a experiência da morte no ambiente de pesquisa, como hospitais.

A proposta de uma etnografia hospitalar no Hospital Napoleão Laureano emerge como uma oportunidade sobre como a morte é vivenciada, negociada e compreendida no contexto institucional da saúde, refletindo na abordagem metodológica e os acordos do campo. Este estudo busca não apenas descrever e analisar as práticas e discursos relacionados à morte dentro

do hospital, mas também interações entre profissionais de saúde com pacientes em cuidados paliativos, pacientes e familiares no enfrentamento entre saúde e adoecimento.

Além disso, uma etnografia hospitalar no Hospital Napoleão Laureano (HNL), pesquisei no ambiente hospitalar, participando ativamente das rotinas, observando interações cotidianas, entrevistando os diferentes atores sociais envolvidos e analisando documentos e registros institucionais. Essa etnografia hospitalar permite compreender as práticas e os acordos do campo.

Desde a elaboração do projeto, tive certeza de que queria realizar uma etnografia hospitalar junto aos profissionais de cuidados paliativos no Hospital Napoleão Laureano. Fleischer e Ferreira (2014, p.13) ressaltam que “a etnografia em serviços de saúde está em constante construção e reformulação.” Desse modo, no trabalho etnográfico em serviços de saúde, o pesquisador/a precisa estar atento para as situações que podem se impor de forma imprevisível, burocrática e desafiadora no período de observação (SILVA, 2017). Já Seminotti (2013), em sua etnografia de um serviço de urgência, o Samu, destaca que a antropologia, quando inserida nesse campo específico de saúde, precisa negociar sua permanência em campo com a perspectiva biomédica, estando em constantes embates com as concepções de vida e morte, saúde e doença.

O hospital como âmbito da pesquisa foi questionado logo na minha entrevista na seleção do mestrado, quando ocorria o processo seletivo na segunda etapa, que foi a análise do projeto. A banca perguntou como iria acessar um hospital de câncer e compreender as relações práticas e técnicas do morrer nesse ambiente – “não é uma coisa fácil entrar, fico pensando no acesso”, disse uma das avaliadoras. Refleti, por um segundo, e no mesmo momento falei os procedimentos de como entrar em um ambiente tão “burocrático”, a partir de experiências de outras pesquisas realizadas por antropólogos em hospitais que destaco posteriormente no decorrer do capítulo.

Traçando a metodologia: o fazer antropológico

A etnografia hospitalar é uma metodologia de pesquisa qualitativa que se concentra na observação participante e na imersão no ambiente hospitalar para compreender as práticas dos profissionais da saúde, interações em ambiente privado e dinâmicas culturais que ocorrem dentro das instituições. Essa abordagem envolve não apenas a coleta de dados por meio de observação participante, mas também a interação com pacientes, familiares e profissionais de saúde, que foi um dos meus focos principais do trabalho.

Estudar práticas dos profissionais da saúde tem um suporte na etnografia hospitalar, e para isso, as estratégias na coleta dos dados para a construção da dissertação foram: entrevistas

semiestruturadas baseadas em roteiro de entrevista, observação participante no ambiente hospitalar e conversas informais. Como técnicas de registro, foram utilizados diário de campo, bloco de anotações, gravação nas entrevistas semiestruturadas e posterior transcrição, desenhos e fotografias. Soraya Fleischer discorre sobre a relevância de fazer etnografia em hospitais afirmando:

Sob a perspectiva etnográfica no ambiente hospitalar são ‘bons para etnografar’ não só porque permitem vislumbrar noções de corpo, saúde e doença, como também contextos mais amplos evidenciando, muitas vezes, fatos sociais totais (FLEISCHER, 2014, p. 13).

Etnografar esse espaço, contudo, trouxe alguns desafios para os quais foi de grande auxílio a leitura de textos contemporâneos, mas também de etnografias clássicas. Apesar do século que me separa dela, a obra de Malinowski (1978) colabora para uma melhor descrição de uma pesquisa de campo. Utilizei as suas técnicas etnográficas na construção dessa dissertação, as quais foram extremamente necessárias para alcançar os meus objetivos. Uma das primeiras indicações de Malinowski é que é preciso aprender a língua dos nativos para prescindir de tradutores e assim obter um conhecimento em primeira mão. Quando estudamos na nossa sociedade de origem, pode parecer que essa indicação é desnecessária, porém aprender os “códigos dos ‘nativos’” foi essencial para a continuidade da minha pesquisa. Assim como Malinowski relata que podem existir dificuldades no campo havendo muitas tentativas sem sucesso, também foram dificultadas minhas primeiras entrevistas sem que eu tivesse o conhecimento desses termos, ou até mesmo não sabendo os melhores horários para meu contato.

As primeiras dificuldades na comunicação com meus interlocutores foram as terminologias. Nesse momento destaco que foi meu primeiro sentimento de distanciamento do espaço, termos esses que não sabia nem escrever para procurar depois. A solução era gravar um áudio com a palavra ou perguntar o que seria aquele termo, pois como estava em meus primeiros contatos, não queria ser “mal visto”. Outra solução era fazer uma pesquisa no Google Explorer sobre o significado das palavras técnicas no processo de tratamento ou de nomes técnicos.

Outro aspecto que demorei a compreender foram os códigos corporais (gestos), sem falas, só apenas números e letras desconexas que facilitam a comunicação interna entre os profissionais antes de comunicar para os familiares o que está acontecendo. Esses códigos são extremamente confidenciais e não fui autorizado a escrever sobre o significado deles, só posso elucidar que são números e letras aparentemente ilógicos ou gestos corpóreos com as mãos. Na pesquisa de Seminotti (2013) a utilização de jargões facilita que os profissionais falem da morte como uma questão técnica, assim, evitando o evento que pode gerar dor.

À medida que fui entendendo o significado desses códigos, isso auxiliou enormemente nas entrevistas semiestruturadas e no acompanhamento das práticas dos profissionais da saúde, cooperando para uma comunicação extensa. Com isso, a etnografia começa a ganhar as dimensões do “vivido, pensado e expresso” (PEIRANO, 1995, p. 278).

Com as entrevistas busquei entender como se dá a divisão do trabalho e como se faz a definição das diferentes responsabilidades por parte dos membros da equipe, e se é seguido o protocolo oficial do hospital com os pacientes em cuidados paliativos portadores de câncer.

A entrevista semiestruturada foi utilizada nessa pesquisa de acordo com o pensamento de Minayo (2013): “semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (p. 64). Quero destacar que houve uma grande diferença na forma como o roteiro de entrevistas funcionou, na prática, quando aplicado junto às médicas e aos demais profissionais de saúde. No caso das médicas, elas pediam que eu encaminhasse previamente o roteiro e acompanhavam minhas questões, optando por seguir à risca a entrevista. Quando eu tentava fazer alguma outra pergunta, em decorrência de alguma resposta recebida, elas me remetiam de volta ao roteiro: “esta pergunta não está no roteiro”. Já junto aos demais profissionais, o roteiro serviu como um guia, o que permitiu um tipo de interação muito mais próxima da conversa.

Em geral, as entrevistas foram realizadas no setor de cada profissional e em outros momentos nos corredores, respeitando quanto ao tempo de entrevistas os limites de disponibilidade dos profissionais. Alguns profissionais pediram aos seus coordenadores para conceder a entrevista e outros vieram ao meu encontro pedindo para participar. Mais uma vez, é preciso destacar a diferença no modo como ocorreu o agendamento e a realização de entrevistas com os diversos profissionais. Nas entrevistas com as médicas cheguei a levar vários “chás de cadeira”, uma espera de horas que às vezes dava errado, ficava em uma fila de espera até chegar a minha vez, esperava as visitas nas enfermarias e o consultório, diferentemente do que ocorria com os demais profissionais da pesquisa que tentavam acomodar a participação na pesquisa em suas atividades de um modo mais negociado comigo.

É preciso ressaltar que o gravador foi primordial nesse processo, “objetivando garantir a autenticidade dos depoimentos representados pela fala dos entrevistados e transcritas” (PIANA, 2009, p. 179). As gravações tinham uma autorização prévia dos interlocutores e alguns não aceitaram realizá-las, e precisei anotar o que me foi revelado em meu caderno de anotações.

À medida que as entrevistas com/sem gravações estavam sendo realizada, o diário de campo era levado como apoio, “auxiliando e elaborando as impressões” (FLEISCHER;

FERREIRA, 2014), já que a gravação não registra tudo que ocorre numa interação entre duas ou mais pessoas. Para Weber (2009):

É no diário de campo que se exerce plenamente a “disciplina” etnográfica: deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados, e também para colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados e para objetivar a posição de observador. É, pois, o diário de pesquisa de campo que permitirá não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que serão relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles (WEBER, 2009, p. 158-159).

Houve momentos em que percebi que levar o diário nas entrevistas estava atrapalhando, pois o interlocutor que não aceitava a gravação perguntava sobre as minhas anotações, então a partir daí comecei a levar um caderno pequeno de anotações, fazendo anotações de palavras-chave, e na folha de entrevista, deixava a interlocutora escrever.

Quando acabava a entrevista ia para um espaço reservado no hospital e mandava um áudio para meu *WhatsApp* reforçando as respostas. Era indispensável esse procedimento da utilização do diário de campo em lugares estratégicos. Carneiro (2017), em sua pesquisa com pacientes em cuidados paliativos, relata que a utilização do diário de campo apresentou três funções principais: emotiva, empírica e reflexiva/analítica; visto que as etnografias em espaços de saúde são dinâmicas que envolvem diferentes acontecimentos, e no mesmo percussor de tempo, levamos em outros acontecimentos simultaneamente no qual os registros são fundamentais para a permanência dos dados.

Além desse momento, ocorriam as estratégias de observação que precisaram ser desenvolvidas para dar alguma sistematicidade à observação do cotidiano. Deste modo, comecei a focar em alguns pacientes e em seguida me direcionava para os profissionais da saúde que cuidava desses pacientes para assim observar os fluxos e compreender como era essa rotina dentro do hospital. Em todo esse momento de observação usava meu bloco de anotações ou fazia mapas mentais de situações que aconteciam e que não poderia anotar naquele momento. Nesses momentos as conversas eram mais fluidas, pois percebia outras questões que não tinha demarcado no roteiro. Nesse momento os profissionais começaram a me mostrar fotografias, objetos, notícias que foram matérias importantes que utilizei no decorrer da dissertação.

“Vamos manifestar, cientista social”

Um outro momento que julgo importante na construção da relação com o campo foi quando fui convidado para lutar pela vida, numa manifestação para manter os direitos de pessoas com câncer. Na ocasião, passei a escutar que o “cientista social milita”, expressão dita sempre com simpatia e reconhecimento.

A manifestação em questão aconteceu na frente do hospital contra a não gratuidade de passagens intermunicipal para pessoas com câncer. Os representantes das ONGs da Rede Feminina de Combate ao Câncer e a Associação Donos do Amanhã foram os organizadores e tiveram o auxílio dos voluntários, profissionais, familiares e pacientes.

A organização da manifestação começou por volta das 7 horas da manhã no dia 18 de fevereiro de 2020. Manifestantes estavam com cartazes, carros de som pedindo o retorno da carteirinha gratuita, disponibilizada desde 2010 para as pessoas portadoras do câncer e seus acompanhantes, e que agora tinha sido cortada.

A colagem a seguir mostra os membros das ONGs, os pacientes do Hospital Napoleão Laureano, os profissionais, a comunidade com o auxílio da imprensa. A mobilização interditou a Avenida Capitão José Pessoa, no bairro de Jaguaribe na frente do hospital; a intenção era uma sensibilização do poder público e o retorno do benefício.

Figura 1: Manifestação



Fonte: Arquivo do autor² (2020)

A manifestação teve uma duração de duas horas, seguindo até às 9 horas, devido à situação de saúde dos pacientes. Mostrando que a luta era conjunta, uma paciente com carcinoma

² Trabalho fotográfico elaborado pelo autor.

basocelular³ estava exposta ao sol e fez uma fala sobre o sofrimento de pensar na morte quando soube o diagnóstico do câncer e o Estado deveria ajudar nesse momento de tanta dor.

Depois de cada fala, o grito era constante da luta pela vida: “*Direitos não socorrem aos que dormem, vamos acordar, Paraíba!*”, como também as relações com a religiosidade que estavam presentes em todo segundo nos discursos dos manifestantes enfatizando que só Deus poderia mudar aquela situação. O processo de manifestação estava junto do pensamento de futuro que novos pacientes precisavam daquele benefício e que tudo que acontecia do presente tinha consequência para novas gerações.

Na medida em que a manifestação estava ocorrendo comecei a perceber que esse evento era uma forma de se “pôr no lugar do outro”, visto que, “*esse ato é meu, é seu, é da nossa sociedade, pois pode ser você o próximo*”. O chamado para se “pôr no lugar do outro” visa atuar como um contraponto ao medo da doença e às barreiras simbólicas entre nós/saudáveis e os outros/com câncer, na contribuição para a sensibilidade do fato que estava ocorrendo, como também a solidariedade com os que adoecem. O discurso de um profissional se manifestando no ato relata que:

“Milhares, milhares de famílias dos mais distantes e longínquos espaços do nosso Estado que precisam desse benefício que é mínimo. Desse benefício que já está diluído... são 10 anos sendo concedido a esse objetivo. Com 10 anos já está diluído nos custos das empresas. As empresas não vão ter ganhos, nem perdas nenhuma e nós não podemos permitir que isto aconteça. O nosso objetivo aqui é pedir ao governo do estado da Paraíba, ao Governador João Azevedo, para que ele possa *ter a sensibilidade* de apresentar uma legislação de preferência uma medida provisória que tem efeito imediato para que possa reestabelecer a dignidade, possa reestabelecer a gratuidade dos transportes para todos que estão precisando e nós estamos aqui reunidos, vamos fechar a rua daqui a pouco, para demonstrar ao nosso querido Governador do *Estado o nosso pedido, o nosso apelo, o nosso clamor, para que ele possa entender o movimento, a importância do movimento. Sabe por que, gente? Porque tem muitos agora que não podem vir, então estão correndo sério risco de morte, pessoas que interromperam seu tratamento pela falta dessa passagem, então estão correndo sério risco de morte* Este é o problema que está implantado neste momento e que não será reestabelecido tão rápido se não for por uma medida provisória⁴.

Dada a relevância do seu discurso, podemos perceber três questões: a primeira, o processo de direitos e políticas públicas sobre o grupo que manifesta; segundo, as relações de

³ É o tipo de câncer de pele mais comum, constituindo 70% dos casos - mas, felizmente, é o tipo menos agressivo. Ele leva esse nome por ser um tumor constituído de células basais, comuns da pele. Essas células começam a se multiplicar de forma desordenada, dando origem ao tumor. O carcinoma basocelular apresenta crescimento muito lento, que dificilmente invade outros tecidos e causa metástase. Disponível: <https://www.minhavidade.com.br/saude/temas/carcinoma-basocelular>. Acesso em: 16 fev. 2021.

⁴ Frase do profissional gravada na manifestação

poder entre o Estado e os pacientes portadores de câncer; e terceiro é a falta do benefício fazendo com que os pacientes não prossigam com seu tratamento e conseqüentemente correm o risco de morte em suas residências⁵.

Conversando informalmente com algumas profissionais que estavam presentes, era perceptível a reflexão que elas faziam sobre a condição do paciente e sobre o percurso dessas viagens para fazer tratamento, que muitas das vezes são longas e precisa do auxílio das Organizações não Governamentais (ONGs), como hospedagem para realização das sessões de quimioterapias ou radioterapia para os moradores que não são da região. É preciso acentuar que, apesar desses trâmites desgastantes, não se pode excluir o desgaste que o corpo fica depois dessas sessões com o efeito dos medicamentos. Medicamentos que nem sempre são disponibilizados gratuitamente devido aos seus “altos custos” ou até mesmo falta no fornecimento.

Estando na manifestação, me permiti refletir a partir da condição de se “pôr no lugar outro”, e que os papéis sociais dos pacientes, profissionais da saúde e voluntários, estão numa conexão, pois as relações estão ligadas não só pela função de cada uma na estrutura do hospital, e sim à condição do indivíduo com câncer. A discussão de Sahra Gibbon (2008) desenvolve uma reflexão sobre *professional activism*, o campo da genética molda as identidades e modelos de ativismo de grupo, como formas coletiva entre os grupos no contexto do ativismo no âmbito da genômica, do câncer de mama e das doenças raras. Salvando as devidas distâncias, também aqui víamos um ativismo profissional lado a lado à luta das pessoas vivendo com câncer e de seus familiares.

Em relação especificamente ao fazer etnográfico naquele contexto de reivindicações coletivas, me alinho com o pensamento de Marcus (2001), que propõe que o antropólogo em determinadas situações atue como um “militante”, se assim identificar para o retorno dos resultados e suas práticas do campo, considerando que para esse pensamento ativista através da qual essa modalidade de pesquisa etnográfica pode articular e projetar perguntas e reflexões. Com isso, ao realizar atividades de militância, acompanhando o seu objeto de estudo, possibilita uma aproximação com o objeto⁶.

Vivenciando esse momento de manifestação em conjunto, comecei a colaborar de uma forma participava e dinâmica postando o acontecimento em minhas redes sociais, quando uma funcionária do jornal local, G1 da Paraíba, entrou em contato comigo solicitando comunicações e

⁵ Nesse momento não será debatido questões de políticas em torno das biossociabilidades.

⁶ O engajamento do antropólogo com as reivindicações de seus campos de pesquisa faz parte do próprio percurso histórico da antropologia praticada no Brasil (MACHADO; MOTTA; FACCHINI, 2008). No campo da antropologia da saúde, remeto às discussões sobre antropologia implicada propostas por Nunes (2014) e por Neves e Nascimento (2018), este último escrito a partir da experiência do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (Grupessc) –, do qual faço parte.

registros fotográficos do protesto. Esses dados geraram uma matéria postando minha fotografia encaminhada do evento.

Figura 2: Publicação dos jornais locais

MENU | G1 | PARÁIBA

Grupo protesta contra não gratuidade de passagens para pessoas com câncer, na PB

Manifestantes se reuniram em frente ao Hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa.

Por G1 PB
18/02/2020 09h45 - Atualizado há 3 meses

Facebook Twitter WhatsApp LinkedIn Print



Manifestantes protestam contra não gratuidade de passagens para pessoas com câncer, na Paraíba. — Foto: Weiverson Bezerra/Arquivo Pessoal

Um protesto contra a **não gratuidade nas passagens nos ônibus**

Fonte: G1 Paraíba⁷ (2020)

No fim da manifestação, ao me direcionar à coordenação de estudos, a coordenadora destacou da relevância da minha participação na manifestação. Ficou evidente para mim que no processo de pesquisa de campo, o antropólogo pode se tornar um sujeito atuante de uma forma direta premeditada, a exemplo da oficina com os profissionais de saúde como de uma forma indireta e não intencional, como foi a repercussão das minhas fotos. Dessa forma, o campo faz transitar por situações sociais proporcionando explorações em profundidade, tendo uma melhor visão dos acontecimentos e percepção do contexto social em que o pesquisador está inserido.

Atribuído pelo sangue

Estava no lugar do nativo, *agitada pelas 'sensações, percepções e pelos pensamentos'* de quem ocupa um lugar no sistema da feitiçaria. Se afirmo que é preciso aceitar ocupá-lo, em vez de imaginar-se lá, e pela simples razão de que o ali se passa é literalmente inimaginável, *sobretudo para um etnógrafo, habituado a*

⁷ **Grupo protesta contra não gratuidade de passagens para pessoas com câncer, na PB**
Manifestantes se reuniram em frente ao Hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa- PB. 2020.
Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/18/grupo-protesta-contr-nao-gratuidade-de-passagens-para-pessoas-com-cancer-na-pb.ghtml>. Acesso em: 03 maio 2024.

trabalhar com representações: quando se está em tal lugar é-se bombardeado por intensidades específicas (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis. Esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159, grifos pelo autor).

A obra de Aredes (2014) colabora no pensamento do uso do termo “ser afetada” pelo campo no Hospital de Pronto Socorro João XXIII. Em sua pesquisa no serviço de urgência, analisando como os profissionais lidam com a morte na prática profissional, depois de algum tempo em campo, sentiu que estava se envolvendo demais nas atividades de seus “nativos”, como também em suas relações e percepções que eles tinham em relação ao foco de estudo: a morte e, por que não, a vida. E nesse momento, em minha pesquisa, os olhares levaram para outro caminho pela necessidade momentânea do hospital, então me deixei ser afetado (FAVRET-SAADA, 2005).

Mesmo sabendo que o campo que estudo são as vivências, como também as vidas dessas pessoas até a morte, é quase rotineiro o valor de “fazer” para o próximo enquanto vivo como um fator de gratificação no processo do cuidado. No dia 10 de março de 2020, em uma terça-feira, foi o dia que pensei no processo de vida ao invés dos processos da morte. Estava percebendo uma movimentação diferente no hospital informando que o banco de sangue da instituição precisava de doador. Antes de entrar na pesquisa no Laureano, já tentei ser doador de sangue, porém ser doador de sangue não é apenas se enquadrar entre 16 e 69 anos e que estejam pesando mais de 50 kg. Existe um protocolo e realização de uma triagem que faz antes da doação, verificação de pressão, glicose e batimentos cardíacos através de um questionário. Na época não estava enquadrado no perfil de doador de sangue porque tinha tido catapora recentemente.

O hospital segue com várias campanhas para manter os pacientes com seu bem-estar no processo do tratamento com o câncer. Campanha iniciada pela equipe de funcionários do hospital e voluntários e uma dessas campanhas denomina de doações com o próprio corpo, uma forma de dádiva, que são doadores de sangue, medula óssea e de cabelo. Essas doações ajudam para o tratamento do câncer, a cura ou a autoestima de pacientes. Godbout e Caillé (1991) na obra intitulada *O espírito da dádiva* apresentam reflexões quanto à existência da dádiva nas sociedades modernas, nas quais estabelecem vínculos sociais e uma delas é na doação de sangue e órgãos – o dom entre estranhos.

Durante a pesquisa de campo, observei a rotina dos profissionais que consequentemente me levava para os contatos dos pacientes, e estabeleci trocas de conversas sempre escutando que precisava do outro para lutar pela vida. Partindo dessas relações que estava tendo com os pacientes nas conversas, e percebendo como o sangue é necessário no hospital, perguntei para uma das

minhas interlocutoras sobre o processo de ser doador de sangue do hospital, e ela me explicou que ser doador de sangue para o hospital precisa ir ao Hemocentro e direcionar o sangue para a instituição. Sendo assim, o banco de sangue fica disponível para os pacientes que não conseguiram doadores para cirurgia ou no tratamento de doenças hematológicas, como a leucemia.

Afirmi que meu tipo sanguíneo era o mais comum, o A+ e a interlocutora me estimulou a ajudar na campanha se estivesse dentro dos critérios estabelecidos. Quando a pergunta chegou, quem se coloca à disposição para doar sangue para o hospital, demonstrei interesse de ser voluntário. Ao contrário dos dois momentos anteriores que o campo fez o convite, nesse momento por todo o contexto que estava sendo vivenciado, fiquei com desejo de ser doador. Decidi fazer essa doação no mesmo dia quando saísse da pesquisa, e às 15h30min, me direcionei ao Hemocentro da Paraíba. Chegando lá, mostrei o crachá disse que era pesquisador do hospital, e que estava como voluntário para fazer a doação de sangue.

Realizei a triagem como tinha feito da primeira vez, e no momento da coleta das informações, realizei o cadastro para ser doador de medula óssea e explicou que caso encontre alguém compatível entrasse em contato com o número que deixei no cadastro, informando que não há risco para os doadores. Dei continuidade à triagem com a verificação de pressão, glicose e batimentos cardíacos, e posteriormente a esses procedimentos, fui questionado sobre minhas relações sexuais, se tinha tatuagem no corpo e se tinha frequentado determinadas praias que estava com o índice de doença de chagas. Ao passar as informações, fui autorizado para a fazer a doação de sangue.

A realização da coleta do sangue durou em volta de 15 minutos, e como estava sendo minha primeira vez, uma enfermeira ficou do meu lado perguntando se estava me sentindo bem. Após a coleta do sangue, recebi um lanche e esperei para ver se não estava tendo algum efeito.

A exposição dessa situação é algo que considero importante enunciar a fim de verificarmos como os acontecimentos no processo de vivências no período de socialização e nossas relações com a pesquisa de campo, podem trazer ligações no seguimento da pesquisa. Pensar em doar sangue foi refletir no processo de procura de doadores de sangue no tratamento de leucemia que minha bisavó teve.

O ato de doar com o corpo estabeleceu uma relação de recompensar o campo de uma forma particular/pessoal, pelo contexto vivenciado no hospital, e para o campo comecei a ser visto na instituição como pesquisador atuante, e como disse minha interlocutora: as relações entre os profissionais da saúde com os pacientes vão além das práticas hospitalares. Esse caso vai ser evidenciado no processo da morte dos pacientes.

Considerações finais

Nesse processo do trabalho é pertinente destacar, o processo de observação durante o trabalho de campo revelou-se para compreender e contextualizar o cotidiano dos pacientes em cuidados paliativos, como também uma relação direta com as trocas e acordos no campo.

Ao desenvolver estratégias na etnografia hospitalar, pude direcionar meu olhar para os agentes sociais, que foram os profissionais de saúde e suas práticas entre cuidado e práticas técnicas. Além disso, o doar sangue ou a manifestação em prol da luta dos pacientes em cuidados paliativos demonstra uma sensibilidade na pesquisa e consciência importantes em relação às necessidades e os acordos no campo.

Durante esse do trabalho de campo, a interação com os profissionais resultou na partilha de fotografias, objetos e notícias, que se revelaram como informação para meus dados de campo. Esses foram relevantes para refletir essa construção do sujeito na pesquisa, fornecendo uma perspectiva da realidade dos cuidados paliativos no ambiente hospitalar.

Referências

AREDES, Janaína de Souza. **“Fizemos o possível”**: os ritos e narrativas médicas em torno da vida e da morte no Hospital de Pronto Socorro João XXIII. 2014. 178 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

ARIÈS, Philippe. **Sobre a história da morte no ocidente: desde a idade média**. 2.ed. Lisboa: Teorema, 1975.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. Cadernos de Campo, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

FLEISCHER, Soraya; FERREIRA, Jaqueline. **Etnografias em serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento do Hospital**. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GODBOUT, Jacques; CAILLÉ, Alain. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Sociologia da Emoção** O Brasil urbano sobre a ótica do luto, Ed.1, Editora vozes, Rio de Janeiro RJ, 2003, 215 p.

KOURY, Mauro. **A Sociologia das emoções e os clássicos**. Emoções Sociedade e cultura. Curitiba; CRV, 2010.

MALINOVSKI, B. 1978. “Introdução” In Malinowski, **Os argonautas do Pacífico Ocidental**, Col. Os Pensadores. S.P: Abril editores.

MARCUS, George. **Etnografia en/del sistema mundo**. Alteridades, Cidade do México, v.11, n. 22, p. 111-127, 2001.

MARTINS, José de S. (org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983.

MENEZES, Rachel Aisengart. **Em busca da boa morte: antropologia dos cuidados paliativos**. Rio de Janeiro: Garamond: Floacruz, 2004.

MENEZES. **Um Modelo para Morrer: última etapa na construção social contemporânea da pessoa?**. Campos 3:103-116, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

NEVES, Ednalva M. 1998. **Da morte biológica à morte cultural: um estudo sobre o morrer em casa em João Pessoa-PB**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB/Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

PEIRANO, Mariza G. S. **O poder da etnografia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233p.

SEMINOTTI, Elisa Pinto. “Qrd à Base Samu!” **Etnografia de um serviço de urgência: o Samu – João Pessoa/PB**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, L. M. F. **Caminhos e descaminhos do HIV/Aids na atenção básica: investigando os serviços de saúde em Rio Tinto – PB**. Projeto PIBIC/UFPB, Rio Tinto. 2017.

SILVA, Weverson Bezerra. **“Trabalhar com a morte é não parar de pensar nela”:** estudo antropológico sobre as práticas dos profissionais de saúde do hospital **Napoleão Laureano com os pacientes com câncer em cuidados paliativos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa; Rio Tinto, 2021.

WEBER, Florence. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/ZqxMGvJtb5f79JCFzBwcNnz/?lang=pt> . Acesso em: 3 maio. 2024.

Análise das ações direcionadas ao artesanato Warao

Analysis of actions directed at Warao handicrafts

Rodrigo Marinho Alexandre¹

Resumo

Pessoas migrantes e refugiadas encontram diversas dificuldades durante o processo de deslocamento ao país acolhedor. Para garantir o respeito aos seus direitos básicos e a dignidade humana, essas pessoas praticam atividades que possam gerar renda. Entretanto, para a garantia dessas atividades e o respeito aos direitos humanos, são necessárias políticas públicas direcionadas ao desempenho dessas. Nesse sentido, o artigo tem como finalidade, a partir do caso dos indígenas venezuelanos da etnia Warao que praticam o artesanato, apresentar uma pesquisa das ações desenvolvidas junto ao artesanato Warao no Brasil e analisar as políticas públicas destinadas a esse artesanato e quais são as possíveis razões para a ausência dessas políticas públicas visando identificar se os marcadores sociais presentes nesses grupos contribuem para a execução ou falta dessas políticas públicas.

Palavras-chave: Artesanato; Migrantes; Indígenas; Políticas públicas.

Abstract

Migrants and refugees encounter various challenges during the process of displacement to the host country. In order to ensure respect for their basic rights and human dignity, these individuals engage in income-generating activities. However, to guarantee the continuity of these activities and respect for human rights, targeted public policy is necessary to support them. In this regard, the purpose of this article is to, based on the case of Warao indigenous people from Venezuela who practice craftsmanship, conduct research on the actions developed within the Warao craftsmanship in Brazil and analyze the public policy aimed at this craftsmanship. Additionally, it aims to identify possible reasons for the absence of these public policy in order to determine whether the social markers present in these groups contribute to the implementation or lack thereof of these public policy.

Keywords: Craftsmanship; Migrants; Indigenous People; Public policy.

Introdução

Em 2016, nas ruas de Pacaraima, alguns indígenas Warao vendiam artesanato como meio de subsistência. A presença dos indígenas nesse município de Roraima gerou

¹ Graduando em Ciências Sociais (UFPB). Possui interesse na área de patrimônio cultural, culturas populares e políticas culturais. Atualmente, pesquiso sobre as relações sociais estabelecidas a partir do artesanato.

o incômodo de alguns moradores. Esse incômodo ocasionou a deportação em massa de aproximadamente 200 indígenas, a maioria crianças. A Polícia Federal alegou que a comercialização de artesanato eram impedimentos para a permanência no país de acordo com a legislação da época (Souza, 2016). Essa ação da Polícia Federal marca as dificuldades enfrentadas pelos indígenas Warao em permanecer no Brasil e exercerem as suas culturas e expressões artísticas e como o Estado lidou com a presença deles.

Os Warao são um grupo étnico proveniente da região delta do Rio Oniroco possuindo mais de oito mil anos de existência (Garcia; Heinen, 2000). De acordo com dados da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a presença Warao ocorre, no Brasil, desde 2014 e foi intensificada a partir de 2020.² Rosa (2020) aponta que foi em 2014 o primeiro registro de deportação pela Polícia Federal contra um grupo de 28 indígenas Warao, composto por 20 crianças e 8 adultos.

Nesse contexto conflituoso entre Estado e indígenas, analisaremos as ações direcionadas ao artesanato Warao. De acordo com dados do Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo Venezuelano para o Brasil, organizado pela Organização Internacional para Migrações (OIM)³, maior parte das mulheres Warao tem o artesanato como principal atividade realizada no Brasil, seguida da costura e coleta.

A pesquisa teve como objetivo principal realizar uma análise das políticas públicas direcionadas ao artesanato Warao e da ausência dessas políticas públicas, buscando identificar quais são os principais problemas para a implementação e execução dessas políticas e os motivos da ausência visando identificar se os marcadores sociais presentes nesse grupo interferiram nessa implementação. Rosa, Lima e Aguiar (2021) apontam que existe uma variação no conceito de políticas públicas. Existindo a concepção de Peters (2015), que define as políticas públicas como o conjunto de ações que os governos realizam com o objetivo de modificar a economia e a sociedade. Também existe a concepção de Saraiva (2006) que encara as políticas públicas enquanto um fluxo de

² ACNUR. Os Warao no Brasil. Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>> Acesso em 04 de maio de 2024.

³ Informações retiradas do Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo Venezuelano para o Brasil. É importante destacar que, em 2023, no site tinha a informação de que aproximadamente 64% das mulheres indígenas praticavam o artesanato na Venezuela. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/observatorio-interativo-da-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil>> Acesso em 01 de maio de 2024.

decisões com a finalidade de manter um equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios para modificar a sociedade. Utilizamos políticas públicas a partir da definição de Dye (2010) buscando analisar a ausência das ações do governo, ou seja, o que o governo deixou de fazer e encaramos isso também como políticas públicas. Essa análise decorre de, ao trabalharmos com grupos minoritários, notarmos uma ausência de políticas públicas e essa ausência também é preciso ser vista como fonte de informação.

Em relação ao artesanato, buscamos utilizar a concepção de Keller encarando o artesanato como “um fenômeno heterogêneo, complexo e diversificado” (Keller, 2014, p.324) que está relacionado em diversas dimensões sociais, culturais, econômicas e institucionais. Portanto, não utilizamos o conceito de artesanato apenas na dimensão econômica ou cultural, mas em todas as dimensões. A abrangência do conceito de artesanato ocorre pelo fato de estarmos trabalhando junto a um grupo étnico em situação de vulnerabilidade socioeconômica ocasionada por diferentes marcadores sociais, tanto como pela situação econômica, como pela cultural e, nesse sentido, o fazer artesanal se relaciona com um caráter de subsistência, como também em um caráter de memória cultural.

As ações direcionadas ao artesanato Warao no Brasil

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto de extensão “Narú Warao – Ações de fortalecimento identitário e geração de renda com indígenas venezuelanos na cidade de João Pessoa, PB” cadastrado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e realizado entre maio de 2023 a julho de 2023. Em um primeiro momento, buscamos realizar um mapeamento das ações direcionadas ao artesanato Warao que estavam disponíveis na *internet*. Utilizando os mecanismos de busca avançada do *Google*, foram procuradas notícias relacionadas às ações divulgadas pelos órgãos, agências, secretarias e jornais. Também foram contatadas, através de e-mails, algumas secretarias de Estado e municipais com a finalidade de obter mais informações sobre as ações direcionadas ao artesanato Warao e à proteção social. Além disso, também foi realizada uma análise das ações nas redes sociais através de palavras-chave e foram mapeadas as redes sociais dos coletivos e grupos de artesãs. Visando ter um panorama geral dessas ações, foram levadas

em consideração as ações realizadas tanto por agentes ligados diretamente ao governo e os agentes sem vínculo direto.

A pesquisa realizou uma análise comparativa entre as políticas de artesanato gerais e as voltadas especificamente aos indígenas Warao, tentando identificar quais problemas são comuns ao artesanato e quais são decorrentes da condição de indígenas migrantes. Essa análise foi realizada através de pesquisas desenvolvidas sobre a condição artesã no Brasil e de informações disponíveis através do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) e dos programas de artesanatos estaduais.

Durante o mapeamento, encontramos algumas ações de comercialização do artesanato, como feiras e salões de artesanato. Entretanto, não consideramos essa comercialização como ação do Estado de incentivo ao artesanato Warao, pois, além de não ser possível mensurar quantitativamente, não era possível conseguir mais informações sobre o resultado dessa comercialização e esse processo perpassa por diversas condições, mas é importante destacar que houve presença do artesanato Warao em feiras, salões de artesanato, pontos de comercialização e eventos em diferentes regiões do Brasil.

As informações disponíveis na internet através dos buscadores são bastante escassas, tanto em razão da limitação dos filtros dos buscadores, como pela falta de divulgação das ações por parte das Secretarias de Estado e Municipais. A maioria das informações sobre as ações se resumiam aos textos informativos. Nesse sentido, foi contatado por e-mail essas Secretarias. Foram priorizados os Estados do Norte com maior número de indígenas Warao e as capitais desses respectivos Estados, levando em consideração a distribuição do painel da ACNUR (ver figura 01).

Em Boa Vista, RR, no ano de 2022, existiu o projeto “Inclusão Digital para Artesãos Indígenas”, realizado pela ACNUR em parceria com o Serviço Jesuíta ao Migrante e Refugiado (SJMR). Esse projeto consistiu na criação de perfis em redes sociais direcionadas à comercialização de artesanato indígena e esses perfis eram administrados pelos próprios indígenas.

Em Belém, PA, a Prefeitura, através do Banco do Povo e da Fundação Papa João XIII (Funpapa), em parceria com a ACNUR, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) e Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC), realizaram um curso de

Empreendedorismo Digital para indígenas Warao. Além disso, possibilitaram a abertura de crédito no Banco do Povo.

Essas duas ações se destacam, pois demonstram uma política pública articulada com diferentes atores e direcionada especificamente ao artesanato indígena. As demais ações encontradas nas outras regiões foram direcionadas à aquisição de matéria-prima e à oficina de produção artesanal. Muitas dessas ações foram mediadas por projetos, coletivos, grupos de pessoas apoiadoras do artesanato com financiamento de Secretarias ligadas à Assistência Social.

Durante o mapeamento foram encontrados alguns projetos sem vínculo direto com o Estado, como o Naru Warao, o Belém Warao e entre outros. A maioria desses projetos está focada na comercialização do artesanato, mas também realizam algumas oficinas visando à qualificação técnica do artesanato. O Belém Warao foi um *Instagram* voltado à comercialização de artesanato criado por pessoas voluntárias. Entretanto, posteriormente, a administração da página no *Instagram* foi passada para o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB).

Além disso, foram encontradas ações realizadas por universidades, como no caso da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). As ações realizadas no âmbito da UERN se concentraram na aquisição de matéria-prima. Em relação à UFPB, as ações foram de apoio logístico à participação no Salão do Artesanato no âmbito de um projeto de extensão.

Criamos um mapa utilizando o painel de indígenas venezuelanos cadastrados no Cadúnico elaborado pela ACNUR com dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Figura 1 - Mapa de Indígenas Venezuelanos Cadastrados no CadÚnico



Fonte: elaboração própria com dados do ACNUR e do MDS⁴.

A consulta a esse painel se deu em razão de dois fatores: a base do CadÚnico mostra a quantidade de indígenas por unidades federativas e indica as ações, por parte das Secretarias de Estado e Municipais, direcionadas ao cadastro deles. E, nesse sentido, pelo fato de permitir visualizarmos quais são as localidades em que possuem a maior atuação estatal. É importante destacar que o painel se refere ao cadastro de indígenas venezuelanos, não abarcando apenas os Warao, mas eles são a maior etnia presente no Brasil, seguida dos Pemon, Eñepa e Kariná, respectivamente. Com isso, foram consultados os Estados com maiores cadastros de indígenas no CadÚnico e realizado uma comparação com as ações direcionadas ao artesanato Warao.

⁴ Painel de Pessoas Indígenas Venezuelanas incluídas no CadÚnico com dados de Abril de 2023.

Disponível em:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjlmNzdiODctYjMwZC00NjkzLWl0YzctY2VmZDdjYzJmMDQxIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTJjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9>

> Acesso em 10 de junho de 2023.

Figura 2 - Mapa das ações direcionadas ao artesanato Warao



Fonte: elaboração própria.⁵

Com base na pesquisa citada no começo do tópico, sistematizamos os dados obtidos e distribuídos por regiões. Esse mapeamento mostrou um contraste entre essas ações com o número de indígenas cadastrados no CadÚnico. Estados como o Amazonas, com o terceiro maior número de indígenas cadastrados, foi apenas encontrada uma ação direcionada ao artesanato. Fora da região Norte, o Distrito Federal é o território com mais indígenas cadastrados e possui apenas uma ação. Contudo, o Pará possui, em relação aos outros Estados, um expressivo número de ações.

Quais são as políticas públicas direcionadas ao artesanato “brasileiro”?

No Ceará, no ano de 2020, de acordo com reportagem de Feitosa (2020), as principais ações destacadas pelo governador foram isenção fiscal do Imposto sobre

⁵ As informações e dados disponíveis na *internet* foram organizados em uma planilha para montar o mapa. Disponível em: <<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1czgxQti9DNxGeAuYDmN2AZzqfd-ar4YuqodOj2o6K1k/edit?usp=sharing>> Acesso em 20 de maio de 2024.

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a certificação do Selo Ceart, oficinas de capacitações e a abertura de pontos de comercialização. Na Paraíba⁶, em 2020, as principais ações destacadas pelo Programa do Artesanato Paraibano (PAP) foram o retorno do Salão do Artesanato à orla marítima, a restauração da Casa do Artista Popular Janete Costa e a criação do Centro de Referência da Renda Renascença. Em Minas Gerais, de acordo com as ações divulgadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, em 2023, a maior parte das ações focalizou na comercialização do artesanato em feiras, como a 34^o Feira Nacional⁷.

No âmbito nacional, com apoio dos governos estaduais, existe a Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar n^o 195/2022) que, apesar de não ser focada exclusivamente para o artesanato, pode ser utilizada por artesãos e artesãs, dependendo da organização.

A base conceitual do artesanato faz referência às culturas estrangeiras, dizendo que “serão aceitos produtos artesanais com referências a culturas estrangeiras, desde que tenham sido assimiladas por localidades com tradição imigratória” (Brasil, 2018, p.6). Além disso, na mesma portaria, também é possível o registro de artesãos estrangeiros. Com isso, a legislação atual, apesar de defender uma visão assimilacionista, possibilita o artesanato criado por pessoas estrangeiras.

Podemos perceber que a maior parte das ações focaliza em financiamento de comercialização, através de feiras e pontos de inauguração, a isenção fiscal e a carteira de artesão. Além disso, as ações também focam em um caráter regional, destinadas ao artesanato local de seus respectivos Estados, colocando o artesanato como algo ligado à construção de seu próprio Estado.

A ausência do Estado e o artesanato “migrante”

O que explica a ausência das políticas públicas direcionadas ao artesanato Warao? Em um primeiro momento, essa ausência pode ser explicada a partir de um argumento

⁶ Paraíba. Ações do Programa do Artesanato em 2020 são destaque no Fala Governador. 2020. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/acoes-do-programa-do-artesanato-em-2020-sao-destaques-no-fala-governador>> Acesso em 05 de Abril de 2024.

⁷ Agência Minas. Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico destaca políticas públicas que impulsionaram Minas em 2023. 2024. Disponível em: <<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-estado-de-desenvolvimento-economico-destaca-politicas-publicas-que-impulsionaram-minas-em-2023>> Acesso em 05 de Abril de 2024.

errôneo que aponte o baixo número de indígenas Warao, um desinteresse pela prática do artesanato ou pela questão da prioridade das ações governamentais. Entretanto, esses argumentos não possuem fundamentos, pois, como apontado ao decorrer do texto, existe um número expressivo de indígenas e migrantes venezuelanos presentes no Brasil e, como apontado na introdução do artigo, maior parte das mulheres Warao praticam o artesanato no Brasil.

Pessoas refugiadas e migrantes encontram, durante o processo de deslocamento, adversidades que perpassam por aspectos econômicos, culturais e sociais. O artesanato e as expressões artísticas possibilitam a diminuição desses problemas. De acordo com Broti (2022), nos casos de pessoas refugiadas e migrantes, o artesanato e a arte possibilitam a geração autônoma de renda e o reconhecimento da identidade individual e coletiva em conjunto com a sociedade acolhedora e, desse modo, ocorre um processo de inclusão social, cultural e econômica. Além disso, a autora também aponta como o artesanato e as artes contribuem para a preservação da memória do seu país de origem.

Os dados trazidos pela pesquisa apontam que a maior parte das ações desenvolvidas pelos governos Estaduais e Municipais estão concentradas em Secretarias ligadas à Assistência Social. Essas ações são importantes para a garantia da dignidade dos indígenas. Entretanto, a falta de articulação com outras Secretarias ligada à Cultura pode representar uma desvalorização das manifestações culturais dos migrantes e refugiados e apresentar problemas na relação da sociedade acolhedora com as práticas culturais. De acordo com Cavalcanti (2005), no Brasil, existe uma ideia de que as culturas populares são responsáveis pela “alma” e a identidade profunda do país. Essa ideia traz problemas para a diversidade cultural e para a integração de outras culturas. A cultura tendo como papel exclusivo de criar uma identidade nacional acaba por desvalorizar culturas de pessoas migrantes e refugiadas, pois elas não são vistas como elementos estruturantes da cultura nacional. Essa ideia pode estar presente nas atuações desses órgãos ligados à cultura e, talvez, possa explicar a ausência de ações direcionadas ao artesanato Warao no âmbito cultural.

O fortalecimento das manifestações culturais desses povos contribui para a sociabilidade e para aceitação perante a sociedade. Durante o deslocamento Warao ao Brasil, foi possível notar diversos ataques xenofóbicos e a ausência dessa diversidade

cultural no país acolhedor contribui para esses ataques e para um processo de desumanização. Com isso, se faz importante uma política pública intersetorial passando pela Secretaria de Assistência Social até a Secretaria de Cultura. Como foi possível notar durante a pesquisa, a maior parte das ações era direcionada à compra de matéria-prima e à oficina de produção. Notamos uma ausência de outras ações, como ações de apoio às viagens, a presença nas redes sociais, à precificação dos produtos, ao *designer*. Além disso, também notamos a falta de profissionais especializados para atuação com indígenas Warao.

Almeida (2018), ao abordar o racismo institucional, vai dizer que

A desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (Almeida, 2018, p.30).

Nesse sentido, as instituições são controladas por grupos raciais que impõem os próprios interesses, com isso, não podemos desconsiderar a ausência das políticas públicas, pois isso, em certa medida, seria desconsiderar os interesses das pessoas que fazem parte das instituições.

Em relação ao artesanato “migrante” ou “estrangeiro”, é importante destacar a contribuição trazida por Maria Laura Viveiro de Castro Cavalcanti, ela diz que “as pessoas trocam experiências entre si todo tempo, circulam entre diferentes regiões, migram, se influenciam, modificam-se às vezes para realçar diferenças recíprocas” (Cavalcanti, 2005, p.3). Ela diz isso na finalidade de explicar a diversidade das culturas populares e, nesse sentido, podemos perceber a problemática em conceituar o artesanato em “migrante”, “nacional”, “regional”, pois as práticas do saber fazer se relacionam com diferentes regiões, pessoas e culturas. Logo, as políticas públicas devem abranger a diversidade cultural.

Conclusão

A partir do caso do artesanato Warao, podemos refletir acerca das políticas públicas destinadas à preservação e ao incentivo de culturas migrantes e refugiadas. Mesmo o foco principal da pesquisa ser indígenas Warao, ela permite pensarmos sobre a relação entre agentes implementadores de políticas públicas com grupos minoritários,

como LGBTQIA+, mulheres, pessoas negras e outros grupos. Notamos que existe uma diferenciação, apesar de, a princípio, não ser uma discriminação direta, com esses grupos. A principal diferenciação ocorre justamente na ausência de algumas políticas públicas e na falta de profissionais especializados para trabalharem com grupos em situação de vulnerabilidade durante a execução e elaboração das políticas públicas existentes.

No caso Warao, após determinações do poder judiciário e da pressão de organizações ligadas aos direitos humanos e de proteção aos povos indígenas, o governo passou a implementar ações destinadas à proteção social dos indígenas, como o acolhimento em abrigos, cadastros em programas sociais, escolarização de crianças. Entretanto, essas ações consistiram em algo reativo visando responder às demandas dessas organizações. Ao se tratar de temas mais amplos, como as expressões culturais desses povos, os governos Estaduais, Municipais e Federais, em sua maior parte, negligenciaram e colocaram como algo secundário. Essa negligência pode ocorrer por diferentes motivos. Na nossa visão, o principal motivo é decorrente de uma visão da cultura como um meio para a construção do país, de uma região, servindo como elemento da identidade nacional ou regional. As pessoas migrantes e refugiadas, nessa visão, não fazem parte dessa construção, pois os elementos trazidos por eles são “externos” ao país, mas essa visão não abarca a importância da diversidade cultural, pois as culturas não são homogêneas, elas, como aponta Cavalcanti (2005), passam por processos de relações entre as pessoas.

Outro ponto é que a diversidade cultural também serve como papel importante na promoção dos direitos humanos através da integração das pessoas migrantes e refugiadas com a sociedade acolhedora. Através do compartilhamento das suas manifestações culturais, os residentes do país que acolhe acabam conhecendo as práticas e costumes de outros povos e isso permite uma receptibilidade maior. Com isso, percebemos que as políticas públicas devem seguir um modelo intersetorial abarcando diferentes secretarias.

Referências

ACNUR. **Os Warao no Brasil. Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes.** 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>> Acesso em 04 de maio de 2024.

Ações do Programa do Artesanato em 2020 são destaque no Fala Governador. **Governo da Paraíba**, Paraíba, 2020. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/acoes-do-programa-do-artesanato-em-2020-sao-destaques-no-fala-governador>> Acesso em 05 de Abril de 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** (Org.) Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018. **Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato Brasileiro e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro.** Brasília, Distrito Federal, 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34932949/do1-2018-08-01-portaria-n-1-007-sei-de-11-de-junho-de-2018-34932930>

BROTI, Mônica. As artes e os artesanatos como lugares de memória e de acolhimento para migrantes e refugiados. In: **Todas as Artes, Todos os Nomes: II Congresso Internacional Lusófono.** Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2022, pag. 302-312. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19481.pdf>> acesso em 15 mar. 2024.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Duas ou três coisas sobre folclore e cultura popular. In.: **Anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas para as culturas populares.** Brasília: Ministério da Cultura, 2005, pag. 28-33. Disponível em: <https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/1254/mod_resource/content/2/Texto_cultura_popular_Adriana_Rodrigues.pdf> acesso em 16 mar. 2024.

DYE, Thomas. **Understanding public policy.** 13 ed. Boston: Longman, 2010.

FEITOSA, Larissa. Dia do Artesão: conheça as ações de fortalecimento promovidas pela CeArt. **CeArt**, Ceará, 18 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2020/03/18/dia-do-artesao-conheca-as-acoes-de-fortalecimento-promovidas-pela-ceart/>> Acesso em 10 mar. 2024

KELLER, Paulo Fernandes. Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios. In.: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, p.29-40, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/15646>>. Acesso em: 12 maio. 2024.

GARCÍA CASTRO, Álvaro; HEINEN, Dieter. Las Cuatro Culturas Warao. Tierra Firme. **Revista arbitrada de Historia y Ciencias Sociales.** Caracas: N° 71. Tercer trimestre (Julioseptiembre), 2000.

Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo Venezuelano para o Brasil. **OIM Onu Imigração**, Brasil, 01 ago. 2023. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/observatorio-interativo-da-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil>> acesso em 01 de maio de 2024.

PETERS, Guy. **Advanced introduction to public policy**. Massachusetts: Edward Elgar, 2015.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da. LIMA, Luciana Leite. AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas Pública**: Introdução. Porto Alegre: Jacarta, 2021.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**: reflexões a partir das experiências em Manaus-AM e de Belem-PA. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/72/teses/905159.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Coletânea Políticas Públicas**. v.1. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico destaca políticas públicas que impulsionaram Minas em 2023. **Agência Minas**, 2024. Disponível em: <<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-estado-de-desenvolvimento-economico-destaca-politicas-publicas-que-impulsionaram-minas-em-2023>> Acesso em 05 de Abril de 2024.

SOUZA, Janaína. Crise na Venezuela: O repúdio das instituições dos Direitos Humanos contra a deportação em massa dos índios Warao. **Amazônia Real**, 29 dez. 2016. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-o-repudio-das-instituicoes-dos-direitos-humanos-contr-a-deportacao-em-massa-dos-indios-warao/#:~:text=N%C3%A3o%20foi%20a%20primeira%20vez,em%20Santa%20Elena%20do%20Uair%C3%A9n.>> Acesso em: 09 jun. 2023.

Abjeção, gênero e sexualidade: reflexões a partir da proibição do uso do banheiro pelas pessoas trans no Brasil

Abjection, gender and sexuality: reflections on the ban on trans people using the bathroom in Brazil

Iago Henrique Fernandes de Sousa Moura¹

Resumo

O presente artigo, resultado de uma pesquisa bibliográfica, tem por finalidade tecer reflexões sobre gênero e sexualidade a partir da proibição do uso do banheiro pelas pessoas trans no Brasil. A lógica binária de gênero opera uma distinção dos corpos que estão fora da inteligibilidade e, por isso, devem ser controlados e normatizados, negando, assim, as diversas vivências afetivo-sexuais e identidades de gênero, a exemplo das pessoas trans. Concluímos que a abjeção aos corpos trans impõe uma vida de profundas e intensas violações a essas pessoas, a exemplo da proibição de utilizar o banheiro de acordo com seu gênero autodeclarado.

Palavras-chave: Banheiro. Gênero. Sexualidade. Transgeneridade.

Abstract

This article, the result of a bibliographical research, aims to reflect on gender and sexuality from the ban on the use of the bathroom by transgender people in Brazil. The binary logic of gender operates a distinction of bodies that are beyond intelligibility and, therefore, must be controlled and standardized, thus denying the various affective-sexual experiences and gender identities, such as trans people. We conclude that the abjection of trans bodies imposes a life of profound and intense violations on these people, such as the prohibition of using the bathroom according to their self-declared gender.

Keywords: Bathroom. Gender. Sexuality. Transgenderism.

Introdução

A suposta coerência de gênero produz uma interpretação limitada dos corpos e opera uma distinção do que está fora da inteligibilidade e, por isso, deve ser controlado e normatizado.

¹ Assistente Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado e Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. E-mail: iagocresspb@gmail.com

Ao diluir as fronteiras do masculino e do feminino a transgeneridade embaralha as normas de gênero e expõe os limites de um discurso que o limita ao biológico. Questiona-se, dessa forma, a inteligibilidade imposta socialmente entre corpo-gênero-sexualidade-desejo.

A naturalização da heterossexualidade compulsória e da cisgeneridade põe as pessoas trans em um lugar de invisibilidade e também de violência, já que seus corpos são vistos como aberrações que não obedecem ao binarismo imposto socialmente.

Um direito humano básico negado às pessoas trans é o uso do banheiro de acordo com seu gênero, tendo como motivador a abjeção desses corpos pela sociedade na medida em que estes se colocam como ameaça a uma ordem binária.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é tecer reflexões sobre gênero e sexualidade que possa enfrentar criticamente uma das violências vivenciadas pelas pessoas trans no Brasil, que é a proibição do uso do banheiro de acordo com seu gênero autodeclarado.

Corpos dissidentes: subversão à ordem normativa de gênero

O debate sobre gênero e sexualidade situa-se no terreno de uma sociedade que divide corpos masculinos e femininos com base em características anatômicas. Esse enquadramento está dentro de uma lógica de naturalização dos corpos que é historicamente legitimada por um discurso médico e biologizante.

A necessidade de produção de um conhecimento sobre o sexo no contexto da modernidade visou sua regulação e controle, assim as sexualidades divergentes foram historicamente colocadas no campo do patológico.

Na esteira da naturalização da sexualidade as sociedades ocidentais consideram o sexo algo imutável, associal e trans-histórico, retirando o contexto histórico e social que conforma os corpos e desejos.

Educados de maneira diferenciada, a partir da genitália que carregam, homens e mulheres são adaptados a adquirirem comportamentos que sejam coerentes com o lugar que devem ocupar no mundo.

A teórica nigeriana Oyèwùmí (2021) problematiza que no Ocidente a biologia “[...] fornece a base lógica para a organização do mundo social. Assim, essa lógica cultural é, na realidade, uma “bio-lógica”. [...] A presença ou ausência de alguns órgãos determina a posição social (p. 20)”.

A reciprocidade que se estabelece entre gênero e sexualidade como se a identificação ao masculino ou ao feminino, no interior de uma lógica binária, tivesse relação direta com o desejo sexual pelo sexo oposto se impõe como verdade e minimiza a complexidade da questão, posto que a construção das identidades e do desejo sexual é forjada por um conjunto de experiências que se colocam para o sujeito e que este também cria e recria na sua interação com outros corpos e subjetividades.

Uma das críticas apontadas por Oyèwùmí (2021) é que o gênero é um conceito produzido pelo Ocidente que se impõe como universal, mas não contempla a realidade de todos os povos, a exemplo das sociedades africanas.

Nessa direção, Butler (2020) afirma que o gênero nem sempre foi coerente ou consistente ao longo da história “[...] e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (p.21).

Em contraposição a uma noção de distinção entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos, Butler (2020) compreende que o gênero não deve ser concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. Dessa forma, deve designar o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.

Nesse sentido, “[...] não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva” (BUTLER, 2020, p.29).

O discurso binário, portanto, exerce um poder regulatório que naturaliza e essencializa o feminino e o masculino, obstaculizando a possibilidade de pensar a existência de corpos que não se enquadram nesses pólos e habitam a fronteira.

O gênero, para Butler (2020), “[...] é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero” (p. 56). Contudo, mesmo que o gênero

seja limitado pelas estruturas de poder, sendo o sujeito um construto performativo, há possibilidades de subversão e enfrentamento.

Butler (2020) compreende que a naturalização de uma heterossexualidade compulsória “[...] exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio de práticas de desejo heterossexual” (p. 53).

Ao divergir do padrão heterossexual, os sujeitos podem sofrer diversas violências que culminam, por vezes, em crimes de ódio que resultam em morte. A LGBTIfobia no Brasil é alarmante. É o país em que mais ocorrem assassinatos contra travestis e pessoas trans no mundo.

As pessoas trans, por carregarem no corpo as expressões de um gênero que destoa ou mistura os símbolos binários que separam o masculino do feminino imposto desde o nascimento, estão expostas a um conjunto de violências de forma acentuada.

Consideramos que a vulnerabilidade imposta aos corpos trans e travestis deve ser pensada a partir da categoria cisgeneridade, que denota “[...] as corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e autoidentificações, estejam alinhadas às ideias de corpos e identidades de gênero ‘normais’, ‘não transtornados’, ‘biológicos’” (VERGUEIRO, 2016, p. 252).

A importância de analisar a cisgeneridade está ligada à possibilidade de desmistificar os dispositivos de poder que promovem a naturalização e essencialização de gênero. Isso tem o potencial de visibilizar “[...] as violências institucionalizadas e não institucionalizadas contra as diversidades corporais e de identidades de gênero” (VERGUEIRO, 2016, p. 253).

Vergueiro (2020) compreende a identidade de gênero como “[...] uma espécie de fratura” (p. 455), algo que quebra a falsa linearidade e abala o terreno da lógica binária de compreensão e regulação dos corpos.

Pensar sobre a imposição dessa inteligibilidade, para Preciado (2020), só faz sentido dentro de um regime de diferença sexual, que é uma epistemologia que se refere

[...] a um sistema histórico de representações, a um conjunto de discursos, instituições, convenções, práticas e acordos culturais (sejam eles simbólicos, religiosos, científicos, técnicos, comerciais ou comunicativo) permitindo a uma sociedade decidir o que é verdadeiro e distingui-lo do que é falso (p. 30).

Em uma perspectiva dissidente os corpos são manufaturas que criam e recriam suas formas de estar no mundo, não sendo essa uma particularidade das pessoas trans. O caráter subversivo dos corpos dissidentes está no fato de expor uma variação infinita das modalidades de existência. A transição de gênero e a afirmação de um gênero não binário, para Preciado (2020), desafia as noções rígidas de masculinidade e feminilidade.

Na particularidade das travestis, Kulick (2008) aponta que travesti é uma figura eminentemente latino-americana tendo o Brasil enquanto um dos países centrais. Tem um conteúdo de afirmação política, já que historicamente o termo foi estigmatizado e associado à criminalidade e à prostituição.

Na direção de uma perspectiva que busca situar o universo trans na realidade latino-americana e, mais especificamente brasileira, entendemos que a categoria travesti é representativa de um contexto de intensa violência a que são submetidos esses corpos no interior de sociedades profundamente desiguais, e na outra face revela a politização dessa identidade, com uma agência subversiva.

A identidade travesti comporta múltiplos significados, já que é uma construção social vivenciada por cada pessoa de forma muito particular. Um tornar-se, um vir a ser. O fato de ser experiência individual requer a necessidade, contudo, de atentar que a interpretação de si, ao se designarem como mulher, ou como nem homem nem mulher e sim travesti, não anula as diversas violências a que são submetidas na vida social.

Vergueiro (2020) evidencia que a construção das identidades de gênero enquanto processo social não pode se descolar das trajetórias individuais em suas localizações socioculturais que são alicerçadas por marcadores sociais como classe, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, dentre outras.

Bilge e Collins (2020) compreendem a interseccionalidade como uma ferramenta analítica, que considera que “[...] as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (p. 17).

Atravessadas por múltiplas opressões, as trajetórias de vida das travestis e mulheres trans negras, por exemplo, são marcadas por diversos cruzamentos perigosos produzidos pelas intersecções. A zona de profunda violação de direitos compreende

desde a violência institucional até o assassinato dessas mulheres, que se configura em um genocídio no Brasil.

Se diversas dimensões aprofundam os níveis de opressão para as mulheres trans negras, o que é comum a todas as pessoas trans nos diversos espaços da vida social é a negação dos seus direitos básicos, como a educação, já que o nível de escolaridade desse segmento geralmente é baixo devido os traumas e humilhações sofridos que levam à expulsão do contexto escolar.

A transfobia na escola repercute nas oportunidades sociais e profissionais já que devido ao baixo nível de escolaridade a maioria das mulheres trans e travestis, por exemplo, recorrem à prostituição como forma de sobrevivência.

Um fato que expõe a realidade perversa vivenciada pelas pessoas trans no Brasil, que será problematizado no próximo item, é a negação de um direito humano básico: o uso do banheiro de acordo com seu gênero.

Reflexões sobre abjeção, gênero e sexualidade a partir da proibição do uso do banheiro pelas pessoas trans no Brasil

Os banheiros, que acompanham o desenvolvimento da sociedade burguesa, historicamente atuam como reguladores das normas de gênero. Preciado (2018) afirma que os sanitários públicos,

[...] instituições burguesas generalizadas em cidades europeias a partir do século XIX, pensadas primeiro como espaços de gestão do lixo corporal nos espaços urbanos, vão converter-se progressivamente em cabines de vigilância do gênero. Não é casual que a nova disciplina fecal imposta pela nascente burguesia ao final do século XIX seja contemporânea do estabelecimento de novos códigos conjugais e domésticos que exigem a redefinição espacial dos gêneros e que serão cúmplices da normalização da heterossexualidade e da patologização da homossexualidade. No século XX, os sanitários viraram autênticas células públicas de inspeção em que se avalia a adequação de cada corpo nos códigos vigentes da masculinidade e da feminilidade. Na porta de cada sanitário, como único signo, uma interpretação de gênero: masculino ou feminino, [...]. Não se pergunta se vamos cagar ou mijar, [...]. A única coisa que importa é o gênero (PRECIADO, 2019, p. 1).

Os banheiros são tecnologias de gênero que produzem e reproduzem o binarismo masculino/feminino. A própria arquitetura “[...] funciona como uma verdadeira prótese de gênero que produz e fixa as diferenças entre tais funções biológicas” (PRECIADO, 2019, p. 3).

Enquanto o banheiro de mulheres é a reprodução de um espaço doméstico no meio do espaço público, o banheiro dos homens é uma dobra do espaço público no qual se intensificam as leis de visibilidade e posição ereta que tradicionalmente definiam o espaço público como espaço de masculinidade (PRECIADO, 2019, p. 4).

A arquitetura dos banheiros para mulheres busca se separar da visão pública para que a intimidade daquelas seja escondida, já para os homens os mictórios informam que mijar de pé publicamente é autorizado para a masculinidade heterossexual e “[...] é uma atividade cultural que gera vínculos de sociabilidade divididos por todos aqueles, que ao fazê-lo publicamente, são reconhecidos como homens” (PRECIADO, 2019, p. 3).

A privacidade nos banheiros masculinos está na disposição do vaso sanitário que é “[...] símbolo da feminilidade abjeta/sentada [e] preserva os momentos de defecação de sólidos (momentos de abertura anal) da visão pública” (PRECIADO, 2019, p. 4).

Esconder o ato de defecar tem relação com o pânico em torno do ânus, órgão que representa temor para os homens heterossexuais por ser associado à penetração que é lido socialmente como parte do universo homossexual.

É nítido que os banheiros atendem a necessidade de reprodução das normas de gênero ao reafirmar os códigos de masculinidade e da feminilidade no espaço público. São, assim, espaços violentos para pessoas trans e travestis que embaralham o binarismo de gênero.

Uma das violações que tem ganhado visibilidade nas redes sociais é a expulsão de pessoas trans e travestis de banheiros públicos de estabelecimentos comerciais e educacionais. As denúncias são realizadas, na maioria dos casos, pelas próprias vítimas.

No Brasil, apesar do direito ao uso do banheiro conforme a identidade de gênero ser amparado na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que equiparou a homofobia/transfobia ao crime de racismo, havendo, portanto, um entendimento jurisprudencial de que proibir a entrada de pessoas trans no banheiro conforme o gênero

ao qual ela se identifica se caracteriza em crime de transfobia, na prática, é negado a esse grupo social o uso do banheiro de acordo com o seu gênero gerando constrangimento e humilhação perpetrada por agentes institucionais.

O argumento central para a negação do uso do banheiro é amparado na ideia de que a genitália está imediatamente associada ao banheiro masculino ou feminino, desconsiderando, assim, o gênero como construção social.

Os relatos, que na maioria são de mulheres trans e travestis, demonstram a não aceitação das mulheres cis para que aquelas usem o banheiro feminino. Quando acessam tal banheiro são violentadas verbalmente. Como nos traz Preciado (2019) “[...] o controle público da feminilidade heterossexual se exerce primeiro mediante o olhar, e só em caso de dúvida mediante a palavra” (p. 2).

As mulheres trans e travestis, em diversos casos, são retiradas à força por seguranças que afirmam que aqueles deveriam usar o banheiro masculino. Contudo, além desse local não corresponder à identidade de gênero das mulheres trans e travestis, representa um risco à integridade destas onde podem ser violentadas fisicamente e estupradas.

Em alguns espaços cogita-se oferecer às pessoas trans um “terceiro banheiro”, inclusive em propostas legislativas municipais e estaduais, o que representa uma grave segregação; ou o uso do banheiro para pessoas com deficiência.

O argumento principal dos agentes institucionais é que o uso do banheiro feminino pelas pessoas trans e travestis é um risco à segurança das mulheres cis, pois podem ser estupradas por “homens vestidos de mulher”.

Além de uma compreensão equivocada e binária de gênero há uma criminalização das pessoas trans e travestis, como se fossem agressoras que utilizam um disfarce para o cometimento de crimes.

A não aceitação das pessoas trans nos banheiros de acordo com o gênero que reivindicam para si pode ser problematizado pela ideia de abjeção que antes de privar o acesso aos locais coloca seu próprio corpo como algo a ser desprezado. E o nojo não decorre de argumentações lógicas “[...] mas provém do regime de delimitação do outro. O nojo que o corpo travesti provoca ativa processos de desumanização e imposição de um lugar da monstruosidade” (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018, p. 181).

Nesse sentido, “[...] o ab-jeto seria como um lugar, uma relação de interdito que sob hipótese alguma pode ser acionada como possibilidade, pois sua existência é justamente o que regra as fronteiras da humanidade” (KRISTEVA, 1989 *apud* CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018, p. 181).

Historicamente no lugar do não humano as pessoas trans e travestis são encaradas como ameaça. A diferença de tratamento é sustentada na noção de inimigo criando “[...] uma realidade dual e fática, em que o extermínio é justificado pela máxima disjuntiva ‘ou eles ou nós’” (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018, p. 181).

Ao estabelecer uma fronteira em que do outro lado se encontra o inimigo a abjeção desumaniza os corpos trans e determina como medidas eficazes de controle o encarceramento, a vigilância e o genocídio.

E ao produzir um discurso que identifica os corpos trans como monstros se autoriza coletivamente as pessoas a violentá-los, afinal contra o mal devem ser acionados todos os recursos possíveis.

Compreendemos que nojo, humilhação e desprezo são categorias imprescindíveis para análise dos marcadores sociais da diferença, “[...] mas sobretudo da desigualdade, porque existe um lugar social em que gênero, sexualidade, raça e classe são construídos e reconhecidos a partir de atos vexatórios e de rebaixamento” (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021, p. 12). E com isso a interpretação das gramáticas da transfobia passa, necessariamente, por atos de humilhação e desprezo contra alguns corpos e coletividades.

O processo de construção coletiva da abjeção com relação ao corpo trans tem raiz no perigo que este corpo possui ao revelar “[...] o caráter artesanal da construção de todos os corpos (inclusive os não trans), bem como a artificialidade que sustenta suas fronteiras e que pode facilmente ser borrada” (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018, p. 181).

A ojeriza aos corpos trans, “um dos elementos constitutivos da subjetividade da população brasileira” (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018, p. 181), se materializa em violências, que longe de serem pontuais marca a experiência cotidiana das pessoas trans e travestis na família e em todos os espaços da vida social.

Nessa direção os altos índices de assassinatos das pessoas trans estão intrinsecamente articulados a “[...] todo um sistema de permissividades que opera de modo a desumanizar as pessoas trans e como consequência tornar banais as violências cometidas contra este segmento” (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018, p. 181).

Por isso que ao colocar em evidência os algozes individuais e grupais que ceifam a vida das pessoas trans é necessário compreender que tais atitudes são parte “[...] de um conjunto de desresponsabilizações coletivas” (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018, p. 181), que são produzidas e reproduzidas socialmente a partir da abjeção aos corpos que escapam do binarismo de gênero.

Na campanha de 2022 para Presidência da República, tensionada por um projeto de extrema direita representado pelo candidato que conduziu o Executivo Federal entre 2019 e 2022, constatou-se uma verdadeira cruzada moral contra a população LGBTI+ ao reforçar a ideia de imposição de uma “ideologia de gênero”.

Ao acionar o discurso de uma crise de valores, os defensores da extrema direita estimulam o ódio contra esse público e jogam força em ações que violentam cotidianamente as pessoas trans e travestis no Brasil.

É nesse cenário de intenso conservadorismo que foram disseminadas diversas notícias falsas com o objetivo de destruir a campanha política do adversário representante do campo da esquerda, mas também de negar a existência e incitar o ódio contra a população LGBTI+. Uma dessas informações falsas foi a de que, caso o Partido dos Trabalhadores (PT) vencesse as eleições, seriam implantados banheiros sem gênero nas escolas que colocariam em risco crianças e mulheres cis.

Para fortalecer a ideia de existência de um inimigo comum que deve ser combatido constatou-se que em vários estados tem sido apresentados e até aprovados projetos de lei que visam proibir a instalação de banheiros unissex ou multigênero.

É tão flagrante a tentativa de criminalizar a população trans e travesti que os setores conservadores que disseminam essa notícia negam o fato de que banheiros unissex já existem e são usados por todas as pessoas, independente do gênero, nas residências, em aviões, ônibus intermunicipais e estaduais, e até mesmo em empresas.

Para combater essa *fake news* a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) informou em postagens na rede social *Instagram* que não existem projetos ou propostas que pretendem implementar banheiros ou espaços de uso coletivo multigênero e que essa não é uma demanda real das pessoas trans.

A campanha eleitoral da extrema direita somente visibilizou de forma mais nítida a abjeção aos corpos trans, mas propostas legislativas que visam negar o direito ao nome social, dificultar a retificação do nome civil, permitir apenas a utilização do banheiro de acordo com o sexo biológico, dentre outras, continuam aparecendo e sendo defendidas por setores conservadores da sociedade.

A bandeira de luta defendida pelas pessoas trans é que possam utilizar, de forma segura, o banheiro de acordo com sua identidade de gênero autodeclarada.

Considerações finais

Em contraposição à naturalização, o gênero, numa perspectiva crítica, é construído socialmente e performativamente produzido, e assim sendo não faz uma dicotomia com o sexo, já que este também é uma tecnologia construída socialmente.

As pessoas trans e travestis ao borrarem as fronteiras de gênero questionam a inteligibilidade imposta socialmente entre corpo-gênero-sexualidade-desejo e expõem, assim, os limites de um discurso que associa a identidade com a anatomia.

Ao longo do artigo problematizamos como as normas rígidas de gênero e sexualidade produzidas e reproduzidas socialmente marginalizam os corpos trans e, encarando-os como abjetos e ameaças, os privam de acessos básicos, a exemplo do uso dos banheiros.

Nessa direção, compreendemos que a negação desse direito básico se inscreve no roteiro perverso, mortífero e adoecedor de violências que as pessoas trans e travestis são obrigadas a vivenciar cotidianamente.

Referências

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 19ª ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho (2018). Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, 38(n. spe.2), 175-191. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043>. Acesso em: 18.04.2024.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; GADELHA, Kaciano; RANGEL, Everton. Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social. In: **Anuário Antropológico**, v.46, n. 3, p. 30-48, set./dez. 2021.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**. Informe para uma academia de psicanalistas. Editions Grasset & Fasquelle, 2020.

_____. Lixo e Gênero. Mijar/Cagar. Masculino/Feminino. 2019. In: **Performatus**, v. 7, n. 20, p. 1-5, abr. 2019.

VERGUEIRO, Viviane. Considerações Transfeministas sobre Linguagem, Imaginação e Decolonialidade: A Identidade de Gênero como Categoria Analítica. In: **L&S Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, p. 452-471, 2020.

_____. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. In: **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270. ISBN: 978-85-232-1866-9. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669-14.pdf>. Acesso em: 18.04.2024.

Gestão da força de trabalho no capitalismo de plataforma

Workforce management in platform capitalism

Thaís Lopes Vasoncelos¹

Cláudia M. Costa Gomes²

Resumo

Esse artigo resulta do esforço analítico e acumulativo das pesquisas em andamento, desenvolvida no âmbito da pós-graduação em Serviço Social e do Grupo de Estudos e pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET), vinculados à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Expressa os resultados iniciais da dissertação de mestrado, em andamento, do Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. A proposta aqui é apontar alguns elementos sobre a gestão do trabalho no capitalismo de plataforma, a partir de uma pesquisa bibliográfica. O objetivo é **compreender, a partir dos autores, como o capitalismo contemporâneo operado a partir das tecnologias digitais se apresenta em sua relação capital e trabalho**. Entendemos tratar-se de uma pesquisa qualitativa, que deverá oferecer subsídios para a fundamentação teórico-metodológica do objeto de estudo que acena para o aprofundamento de análises no campo do capitalismo na relação capital e trabalho. A pesquisa corrobora a hipótese de que o capitalismo de plataforma, inicialmente, explora e aumenta a lógica da flexibilidade do trabalho ao submeter o trabalhador a uma gestão obscura e organizada por algoritmos.

Palavras-chave: capitalismo de plataforma; trabalho; tecnologias digitais.

Abstract

This article results from the analytical and cumulative effort of ongoing research, developed within the scope of postgraduate studies in Social Service and the Study and Research Group in Political Economy and Work (GEPET), linked to the Federal University of Paraíba (UFPB). It expresses the initial results of the master's thesis, in progress, of the Postgraduate Program in Social Work at the Federal University of Paraíba. The proposal here is to point out some elements about work management in platform capitalism, based on bibliographical research. The objective is to understand, from the authors, how contemporary capitalism operated through digital technologies presents itself in its relationship between capital and work. We understand that this is qualitative research, which should offer support for the theoretical-methodological foundation of the object of study that encourages deeper analyzes in the field of

¹ Graduada em Ciência da Computação, graduanda em Serviço Social e Mestranda no curso de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista FAPESQ-PB. E-mail: profthais@gmail.com.

² Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho – GEPET. Bolsista de produtividade em pesquisa 2 (CNPq/Brasil). E-mail: claudia.gomes@academico.ufpb.br

capitalism in the relationship between capital and work. The research corroborates the hypothesis that platform capitalism initially explores and increases the logic of work flexibility by subjecting the worker to obscure management organized by algorithms.

Palavras-chave: platform capitalism; work; digital Technologies.

Introdução

No presente trabalho buscamos investigar as mudanças no capitalismo que modificou sua forma organizacional quando passou a operar a partir das tecnologias digitais. O trabalho se justifica partindo da necessidade de proporcionar maior entendimento das características com que operam a lógica do grande capital no chamado capitalismo de plataforma (Srniczek, 2018), uma vez que os detentores das tecnologias se situam numa poderosa posição estratégica.

Em apoio a essa argumentação os números de trabalhadores nas plataformas digitais só vêm aumentando. Segundo dados da PNAD contínua do 4º trimestre de 2022 estima-se que das 87,2 milhões de pessoas ocupadas, 2,1 milhões realizam trabalho por meio de plataformas digitais de serviços ou obtinham clientes e efetuavam vendas por meio de plataformas de comércio eletrônico no trabalho principal. Destaca ainda que 1,5 milhão pessoas trabalham através de aplicativos de serviços, e 628 mil utilizavam plataformas de comércio (IBGE, 2024).

A partir dos nossos estudos compreendemos que as indústrias que foram determinantes no início do processo de criação do capitalismo estão em um processo de transformação devido os impactos das grandes plataformas, nesse contexto, o capitalismo vem demonstrando uma enorme capacidade de articular atividades industriais e de serviços.

Nick Srniczek (2018), utilizando uma abordagem marxista com ênfase econômica, vai intitular esse novo momento do capitalismo chamando-o de *capitalismo de plataforma*, cujo nome intitula seu livro. O capitalismo de plataforma se consolidaria então como uma nova economia, operada pelo uso intenso da tecnologia, que passará a regular todas as instancias da sociedade, fazendo emergir um novo regime de acumulação pautado na exploração econômica de dados. Assim, as plataformas criaram um modelo de negócios capaz de extrair e controlar uma grande quantidade de dados.

Nosso estudo tem como ponto de partida, que para compreender as mudanças ocorridas na forma de operar do capitalismo, é preciso assimilar como se realiza a gestão do trabalho nessas plataformas. Assim, esse artigo corrobora a hipótese de que o capitalismo de plataforma, inicialmente, explora e aumenta a lógica da flexibilidade do trabalho ao submeter o trabalhador a uma gestão obscura e organizada por algoritmos, sujeita a regras de mão-única.

Entendemos tratar-se de uma pesquisa qualitativa, que deverá oferecer subsídios para a fundamentação teórico-metodológica do objeto de estudo que acena para o aprofundamento de análises no campo do capitalismo na relação capital e trabalho. Para atingir tais objetivos recorreremos à pesquisa bibliográfica. De tal modo, essa pesquisa tem o trabalho como eixo central a partir do qual se organiza a vida social (Marx, 2013).

A partir dessas inquietações, o trabalho tomou a seguinte configuração: primeiramente com base na teoria crítica elaboramos um breve panorama sobre as características do trabalho mediado por plataformas, a partir das discussões que envolvem sua estrutura para a criação do valor.

Na sequência, contextualizamos a discussão sobre o funcionamento da gestão da força de trabalho a partir da sua enorme capacidade de capturar dados e do uso de algoritmos usados para medir e supervisionar o trabalho, atuando no controle dos processos de gerência do trabalho.

Características do trabalho mediado por plataformas

Partindo da perspectiva da crítica da economia política, consideramos que a produção capitalista regula todas as relações econômicas com base na chamada lei do valor, em que o valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção (Marx, 2013).

Desta forma, como já assinalado anteriormente, o capitalismo precisa do trabalho para conseguir acumular capital. A acumulação é vital para o capitalismo, caso contrário ele entra em crise a fim de buscar aumentar a taxa de lucros.

Assim, quando o capitalismo entra em crise ele deságua numa reestruturação produtiva que atinge em primeiro plano a classe trabalhadora, uma vez que, a acumulação

do capital depende da exploração da força de trabalho.

Nesse sentido, a lógica da acumulação flexível (Harvey, 1992) explicita um processo de organização do trabalho fragmentado, terceirizado e precarizado, demandando então, uma força de trabalho que atenda a essas exigências. Reforçamos a hipótese de que o trabalho mediado por plataformas atende a esses imperativos.

Voltando as categorias da economia política, a intenção aqui é compreender que, no que toca às exigências imediatas do grande capital, o trabalho mediado por plataformas cria uma nova estrutura para a criação do valor, como destacou Antunes (2020, p.70), “[...]as formas vigentes de valorização do valor trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente”. Como observado também por Katz: A mudança tecnológica veicula a ação da lei do valor-trabalho, a qual rege o funcionamento do capitalismo” (Katz, 1996, p. 11).

Ekbia (2021) chamou de heteromação do trabalho esses novos mecanismos na lógica da extração do mais-valor, mediante exploração da força de trabalho gratuita ou de baixo custo, mediada por plataformas. Ao contrário da dita automação, a heteromação objetiva conservar os trabalhadores. É a atuação de seres humanos fazendo o que a máquina não consegue fazer (sem grandes investimentos e grandes dificuldades), mas é a máquina quem recebe os créditos. Um exemplo é microtrabalho executado por plataformas como a Amazon Mechanical Turk³, em que o trabalhador pode alimentar a inteligência artificial quando executa uma tarefa.

É a atuação de trabalhadores, mas de forma escondida, conforme Moreschi; Pereira; Cozman, o termo “trabalhadores fantasmas” foi definido por Mary L. Gray e Siddharth Suri como “[...]trabalho humano que alimenta muitos aplicativos para celular, sites e sistemas de Inteligência Artificial [que] podem ser difíceis de ver. De fato, muitas vezes é intencionalmente escondido” (Moreschi, Pereira e Cozman, 2020, p. 46).

Nessa perspectiva, como descrito por Braz (2021, p. 137) “as tecnologias não estariam substituindo totalmente o trabalho humano, mas o reconfigurando na forma de trabalho heteromatizado”.

³ O MTurk oferece aos desenvolvedores acesso a uma força de trabalho diversificada e sob demanda por meio de uma interface de usuário flexível ou integração direta com uma API simples. As organizações podem aproveitar o poder do crowdsourcing via MTurk para uma variedade de casos de uso, como microtrabalho, percepções humanas e desenvolvimento de aprendizado de máquina. (Amazon Mechanical Turk, 2023)

Casilli (2021), em controvérsia a teoria marxista, acredita que as plataformas digitais criam um triplo valor. Primeiro através dos dados que são produzidos pelos usuários, aos quais as plataformas precisam qualificar esses dados, o que ele vai chamar de *valor de qualificação*. Segundo a plataforma, cria um *valor de monetização*, para produzir fluxos de dinheiro. O terceiro valor será a capacidade da empresa em investir em inovação, ao criar algoritmos para alimentar a inteligência artificial, que vão melhorando a maneira de extração de mais valor, ele vai chamar de *valor de automação*.

No capitalismo contemporâneo, em todos os espaços existentes de trabalho, é possível transformar em propulsores de mais-valor (Antunes, 2020). Corroboramos com a hipótese de Antunes, de que o aparente trabalho invisível, está encobrindo a real geração de mais-valor em todas as esferas do mundo do trabalho.

Outros autores, sustentam que:

Reside em compreender as plataformas digitais como um novo meio poderoso pelo qual as relações de trabalho vêm se reestruturando, sem, entretanto, incorrer em um determinismo tecnológico que mistifique os processos sociais que envolvem décadas de flexibilização e transformação no trabalho, e que se materializam nas plataformas digitais, embora de forma obscura (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, p.28).

Desta forma, a expansão do capitalismo de plataforma, conduziu a proliferação das plataformas digitais de trabalho, que se utiliza de novos mecanismos na lógica da extração do mais-valor, o que aumentam continuamente sua importância social e econômica. Elas precisam ser compreendidas como tendências contemporâneas para o mundo do trabalho embora utilizem técnicas de gerenciamento e controle de trabalho que não são novidades no capitalismo, principalmente em países periféricos como o Brasil, como a informalidade, a terceirização etc.

Entende-se assim, que o trabalho mediado por plataforma tem um efeito implacável na vida das pessoas, é preciso buscar entender como esses sujeitos se posicionam (empresa, trabalhador, Estado etc.), procurar distinguir essas diferenças, pois só assim é possível lutar por políticas que melhorem as condições desses trabalhadores.

Gestão da força de trabalho no capitalismo de plataforma

Para Marx, uma das características do capitalismo na obtenção do lucro é o

controle da força de trabalho:”O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho” (Marx, 2013, p. 262).

Para entender o funcionamento da gestão da força de trabalho no capitalismo de plataforma, é preciso entender que o grande diferencial desse fenômeno é a capacidade de capturar, analisar, gerir e processar dados. A conversão da informação em matéria prima - o dado - é um dos eixos do capitalismo de plataforma (Grohmann, 2020). Os dados estão na nossa vida cotidiana e nas nossas práticas e relações sociais.

Podemos exemplificar o uso de dados no nosso cotidiano: a partir da plataforma do Google quando fazemos uma pesquisa através do site (nos tornamos um consumidor em potencial), a plataforma captura esses dados e passa a direcionar conteúdo pago (Cuofano, 2024). Quando avaliamos um motorista de aplicativo, a plataforma utiliza esses dados para gerir o trabalho, controlar e se achar necessário punir o trabalhador (Woodcock, 2020). Quando damos o nosso Cadastro de Pessoa Física - CPF na loja, a empresa passa a poder vender os dados do nosso consumo para outras empresas (Ferreira, 2024).

Para denominar esse movimento, vamos utilizar o conceito dataficação: “Entre os mecanismos das plataformas estão **dataficação** – com a captura e circulação de dados -, a seleção e a personalização dos conteúdos, permeados de vigilância e controle” (Grohmann, 2020, p. 95).

A dataficação é tanto um modo de extração de valor na forma de dados quanto um modo de governança do trabalho por ciclos de gerenciamento algorítmico (Rosenblat; Stark, 2016).

No que se refere aos dados, Srnicek (2018), apresenta, as seguintes vantagens do seu uso para a economia:

Educam e dão aos algoritmos uma vantagem competitiva; Permitir a coordenação e realocação de trabalhadores; Permitem a otimização e flexibilidade de processos de produção; a possibilidade de transformar produtos de baixa margem para serviços de alta margem (Srnicek, 2018, p. 44, tradução nossa).

Assim, se fez necessário um novo modelo de negócios que extraísse todas as vantagens dos dados (Srnicek, 2018) desta forma nasce as plataformas, que mediadas por algoritmos, passam a ocupar lugar de destaque, e detém grande poder econômico. A Amazon por exemplo, empresa de Jeff Bezos, nos Estados Unidos, é uma empresa

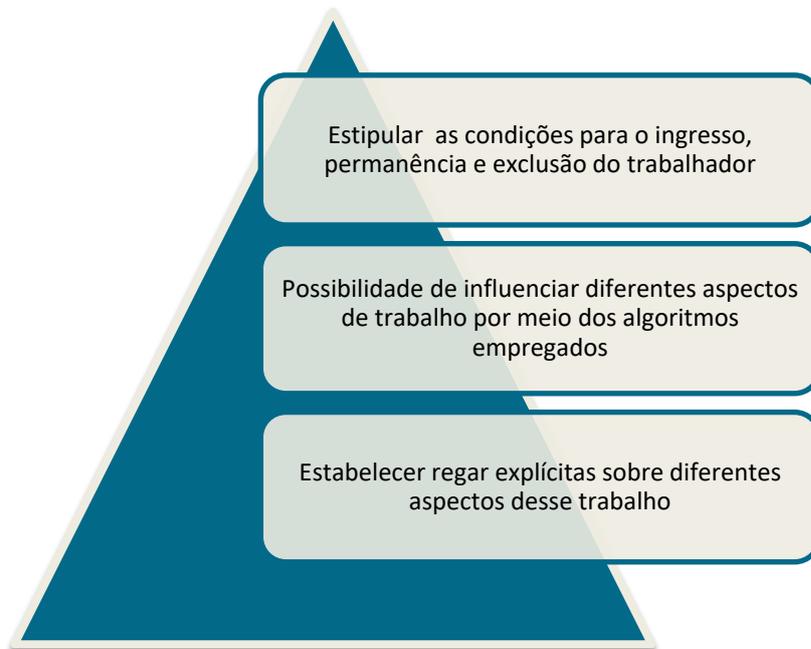
multinacional de tecnologia que exerce influência no mundo inteiro através de seus inúmeros produtos e serviços. São empresas que controlam infraestruturas digitais, capturam dados e os gerenciam através da gestão de algoritmos.

[...] o gerenciamento algorítmico assenta-se no conjunto de instruções automatizadas, capaz de combinar uma enormidade de variáveis resultantes da extração e processamento de dados em escalas gigantescas – que envolvem desde estratégias cotidianas dos trabalhadores até as dinâmicas do consumo (Abílio, Amorim e Grohmann, 2021).

As plataformas funcionam como mediadoras entre diferentes grupos (Srnicek, 2018), assim, ela é a proprietária da infraestrutura, o que lhe proporciona uma vantagem expressiva na captura de dados, já que passa a poder capturar dados em todas as suas mediações.

Deste modo, as plataformas ganham acesso a esses dados sem o controle do governo, e embora se digam isentas são elas quem comandam esse espaço de negócios, e isso faz com que a plataforma tenha um controle muito grande sobre a gestão da força de trabalho. (ver Figura 1).

Figura 1: Características da gestão algorítmica



Fonte: com base em Manzano e Krein (2022). Elaboração: própria autora, 2023

Diversas pesquisas estão disponíveis sobre o uso do algoritmo na gestão do trabalho, aos quais podemos citar: o Bureau Internacional do Trabalho (Berg *et al.*, 2018) que pesquisou a gestão algorítmica de trabalhadores de microtarefas (principalmente

americanos e indianos) nas plataformas *on-line*. Jamie Woodcock (Woodcock, 2020) ao tentar desvelar o papel de mensuração, vigilância e controle, na perspectiva do trabalhador de plataformas de entrega, e a pesquisa organizada por Sidnei Machado e Alexandre Zanoni (Machado; Zanoni, 2022) que vai estudar o modelo de negócio das empresas de plataformas com ênfase na regulação jurídica do trabalho.

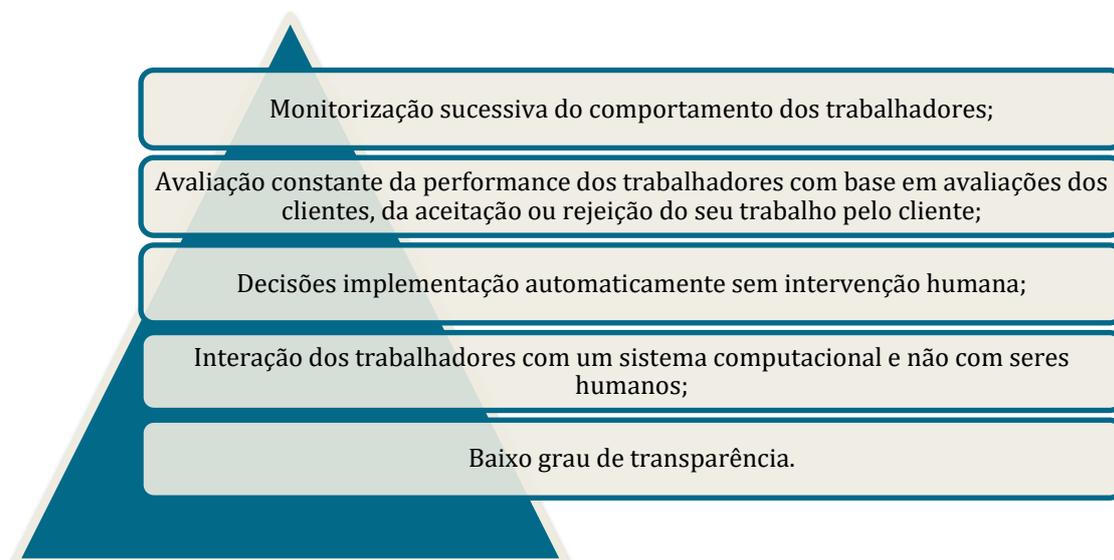
Na mesma direção, Woodcock (2020), em sua pesquisa com trabalhadores de aplicativos da empresa britânica de entrega de comida online (Deliveroo, 2024) entende que os algoritmos são usados para medir e supervisionar o trabalho, atuando no controle dos processos de gerência do trabalho:[...] um processo que envolve, impreterivelmente, tentativas de supervisionar, controlar, motivar e disciplinar os trabalhadores” (Woodcock, 2020, p. 31).

Em relação aos algoritmos, as contribuições das pesquisas citadas nos permitem compreender que os eles não são neutros, são resultados de interações de pessoas, que além de ajudar a gerar ativos, servem para controlar o trabalhador (vigiar e punir).

Abílio, ao se referir especificamente a gestão do trabalho nas plataformas de microtrabalho: “as plataformas estabelecem mecanismos de controle sobre o trabalhador voltados para a verificação da sua atenção e da checagem sobre se está de fato realizando o trabalho designado” (Abilio, 2022, p. 158).

Berg *et al.* (2018, p. 33), com base em Möhlmann e Zalmanson (2017), destacam cinco características da gestão algorítmica, conforme ilustra a Figura 2:

Figura 2: Características da gestão algorítmica



Fonte: com base em Möhlmann e Zalmanson (2017). Elaboração: Própria autora, 2023

É importante destacar que as empresas de plataformas possuem tendências monopolistas. Se os dados são o principal ativo desse novo negócio, segundo Srnicek (2018), a plataforma precisa estar capturando mais e mais dados para poder ampliar seu ativo. O fato delas possuírem uma infraestrutura digital e custos marginal baixo⁴, as permite diversificar e modificar rapidamente suas atividades, e assim conforme surgem as inovações vão se posicionando em atividades chaves, o que acaba permitindo a elas a monopolização, ainda que seja momentânea, já que, uma nova inovação pode surgir e alterar o processo.

Podemos identificar que trabalhadores humanos e máquinas se entrelaçam em estruturas cada vez mais complexas, treinam e são treinados de volta por sistemas de Inteligência Artificial:

Embora isso crie uma nova classe de trabalhadores qualificados, a precariedade desse trabalho permanece alta porque tarefas individuais estão continuamente sob ameaça de serem automatizadas ou terceirizadas para uma região do mundo com uma mão de obra ainda mais barata (Schmidt, 2021, p.144).

Portanto, podemos inferir que, embora se digam mediadoras, as plataformas possuem um papel determinante no controle e no gerenciamento do trabalho, pois na prática os trabalhadores estão subordinados a uma gestão obscura e organizada por algoritmos, sujeita a regras de mão-única. Assim, o trabalho no capitalismo de plataforma deve convencer trabalhadores a obedecer aos comandos de um algoritmo e a seguir um compasso ditado, forçando os trabalhadores a se sincronizarem.

A partir dos conceitos e categorias descritos, entendemos que a produção científica nos ajuda a revelar como a precarização possui contornos expressivos no capitalismo de plataforma. Com o processo de precarização e desregulamentação do trabalho, como também da flexibilização e financeirização ocorridas nas classes a partir do século XXI, e o avanço da tecnologia, permitiu que as plataformas encontrassem terreno fértil para sua proliferação, desta forma, as plataformas, tem sido um recurso utilizado de padronização das condições de trabalho precário.

⁴ Há muita discussão em torno das práticas utilizadas por essas empresas para manter seu monopólio. São constantemente acusadas de políticas antitrustes: Cf.: Sambrana (2024); Khan (2017)

Considerações finais

O presente trabalho propôs uma reflexão a respeito das mudanças ocorridas no capitalismo a partir do uso das intituladas tecnologias digitais, assim é fundamental afirmar que é o capitalismo quem determina o uso das tecnologias e se o seu potencial será utilizado em prol de uma melhora nas condições de vida da humanidade, ou em favor do capital, não podemos demonizar as tecnologias e nem idealizar suas consequências para o mundo do trabalho.

Igualmente, é preciso compreender que como toda produção humana a tecnologia é um “fenômeno iminentemente social” (Katz, 1996, p. 14), por isso deve ser refletida dentro das relações sociais e a partir do desenvolvimento socio-histórico (Arrizabalo, 2020).

Em conformidade, os resultados da pesquisa indicam que o capital nunca foi tão dono do tempo do trabalhador e a linha de montagem, foi substituída pelo gerenciamento algorítmico do processo de trabalho.

Nesse sentido, a compreensão das novas lógicas de controle e gestão do trabalho, tem um efeito inexorável na vida das pessoas, a hipótese é que a partir dessa nova lógica se pretenda lançar um novo padrão de trabalho muito mais favorável à empresa, desta forma, a luta hoje é pela narrativa da regulação para esse “novo” padrão de trabalho.

Esse contexto pode ser exemplificado na medida em que o Governo do Brasil apresenta um projeto de lei⁵ que propõe a regulamentar determinadas condições de trabalho dos motoristas de plataformas de aplicativos. Na prática, a PL 12/2024, formaliza o trabalho na plataforma com o fim de um salário-mínimo, a ausência de vínculo de emprego com a plataforma, e uma jornada de trabalho que pode ficar acima de 8 horas.

E por fim, se no capitalismo, como afirma Marx (2013) não há como resolver a contradição entre capital e trabalho, então surgirão sempre formas de conflito e

⁵ Cf.: BRASIL. **Projeto de lei complementar nº 12, de 2024**. Dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho. Brasília: março de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PLP/plp-012.htm. Acesso em: 05 maio. 2024

resistência. A partir do que dispõe Woodcock (2023, p.427), é possível afirmar que a resistência sempre está presente, mesmo que de forma reduzida. “A questão não é se ela existe, mas o quão forte ela é e o que pode amplificá-la”. Assim, os trabalhadores são centrais nesse processo, e eles quem vão decidir em que grau essa resistência será efetivada, desenvolvendo novas táticas e estratégias.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Perfis e trajetórias ocupacionais. *In*: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan. **O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - Clínica Direito do Trabalho, 2022. p. 127-164.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Trabalho em plataformas digitais: perspectivas desde o Sul global. **Sociologias**, p. 18-25, 2021b.

AMAZON MECHANICAL TURK. **Visão geral**, 2023. Disponível em: <https://www.mturk.com/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2020.

BERG, Janine *et al.* **As plataformas digitais e o futuro do trabalho: promover o trabalho digno no mundo digital**. Genebra: BIT, 2018.

BRAZ, Matheus Viana. Heteromação e microtrabalho no Brasil. **Sociologias**, v. 23, p. 134-172, 2021.

CASILI, Antonio. O trabalho digital além da uberização. *In*: GROHMANN, Rafael (org). **Os laboratórios do trabalho digital**. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 28-32.

CUOFANO, De G. Como O Google Ganha Dinheiro? **FourWeekMBA**, 2023. Disponível em: [https://fourweekmba.com/pt/como-o-google-ganha-dinheiro/#:~:text=O%20Google%20\(agora%20Alphabet\)%20ganha,%C3%A9%20monetizado%20com%20publicidade%20paga](https://fourweekmba.com/pt/como-o-google-ganha-dinheiro/#:~:text=O%20Google%20(agora%20Alphabet)%20ganha,%C3%A9%20monetizado%20com%20publicidade%20paga). Acesso em: 3 fev. 2024.

DELIVEROO. **Site da Deliveroo**, 2023. Disponível em: <https://deliveroo.co.uk/>. Acesso em: 07 jan. 2024.

EKBIA, Hamid. Heteromação do trabalho e novas logics de extração do valor. *In*: GROHMANN, Rafael (org). **Os laboratórios do trabalho digital**. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 39-43.

FERREIRA, Tamires. Site revela como farmácias usam seus dados; veja seus direitos. **Olhar Digital**, 2023. Disponível em:

<https://olhardigital.com.br/2023/09/01/seguranca/site-revela-como-farmacias-usam-seus-dados-veja-seus-direitos/>. Acesso em: 3 fev. 2024.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo. 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: edições Loyola, 1992.

IBGE. **Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102035>. Acesso em: 13 fev. 2024.

KATZ, Claudio. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In: KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã editora, 1996, p. 9-17.

KHAN, Lina. Amazon's antitrust paradox. **The Yale Law Journal**, 2017. Disponível em: <https://www.yalelawjournal.org/note/amazons-antitrust-paradox>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan. **O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos** [meio eletrônico]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - Clínica Direito do Trabalho, 2022.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. Dimensões do trabalho por plataformas digitais no Brasil. In: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (org). **O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos** [meio eletrônico]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - Clínica Direito do Trabalho, 2022, p. 31-126

MARX, Karl. **O capital-Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÖHLMANN, Marieke; ZALMANSON, Lior. **Hands on the wheel: Navigating algorithmic management and Uber drivers**. Autonomy', in proceedings of the international conference on information systems (ICIS). Seoul South Korea, 2017. p. 10-13.

MORESCHI, Bruno; PEREIRA, Gabriel; COZMAN, Fábio G. Trabalhadores brasileiros no Amazon Mechanical Turk: sonhos e realidades de trabalhadores fantasmas. **Contracampo**, Niteroi, v. 39, n. 1, p. 44-64, 2020.

ROSENBLAT, Alex; STARK, L. Algorithmic Labor and Information Asymmetries: A Case Study of Uber's Drivers. **International Journal of Communication**, v. 10, n. X, p. 3758-3784, 2016.

SAMBRANA, Carlos. Na disputa Rappi versus iFood a chapa esquentou de vez. **Neofeed**, 2022. Disponível em: <https://neofeed.com.br/blog/home/na-disputa-rappi-versus-ifood-a-chapa-esquentou-de-vez/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SCHMIDT, Florian. Trabalho e inteligência artificial além da Mechanical Turk. *In*: GROHMANN, Rafael (org). **Os laboratórios do trabalho digital**. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 143-146.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Tradução GIACOMETTI, A. Buenos Aires: 2018.

WOODCOCK, Jamie. O panóptico algoritmo da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão de controle. *In*: ANTUNES, Ricardo O. **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 23-45.